

Da Caixa Rural à Sicredi

Rumo ao centenário do cooperativismo
de crédito no Vale do Rio Pardo

95 ANOS
SICREDI
VALE DO RIO PARDO







Da Caixa Rural à Sicredi

Da Caixa Rural à Sicredi

Rumo ao centenário do cooperativismo
de crédito no Vale do Rio Pardo

© 2014

Todos os direitos reservados à instituição.

Coordenação geral: Assessoria de Comunicação e Marketing
da Sicredi Vale do Rio Pardo

Edição e editoração: Editora Gazeta Santa Cruz Ltda.

Editor: Romar Rudolfo Beling

Pesquisa-base histórica: Marina A. Barth e Guilherme W. Spindler

Complementação de textos: Benno Bernardo Kist e Igor Müller

Arte de capa: Sadraque Lenz Veiga, sobre foto de Sílvio Ávila

Fotos das guardas: Sílvio Ávila

Acervo de fotos: Sílvio Ávila (fachada do prédio do centro),

Lula Helfer (prédios, dirigentes e colaboradores),

banco de imagens da Sicredi Vale do Rio Pardo,

e divulgação de bancos de imagens e fotos históricas

de diversas fontes na cidade

Projeto gráfico, diagramação e arte-final: Sadraque Lenz Veiga

Revisão final: Romar Rudolfo Beling

Impressão: Gráfica LupaGraf, Santa Cruz do Sul (RS)

Santa Cruz do Sul, setembro de 2014.



EDITORA GAZETA

Editora Gazeta Santa Cruz Ltda.

Rua Ramiro Barcelos, 1224 – Centro

Santa Cruz do Sul – RS – Brasil

CEP 96810-900

+55 (51) 3715-7800

www.editoragazeta.com.br

B284d Barth, Marina A.

Da Caixa Rural à Sicredi: Rumo ao centenário
do cooperativismo de crédito no Vale do Rio
Pardo. / Marina A. Barth, Guilherme W.

Spindler, Benno Bernardo Kist. Santa Cruz
do Sul : Editora Gazeta Santa Cruz, 2014.

162 p. : il. ; 21x28 cm

ISBN 978-85-63336-66-8

1. Cooperativismo – Pardo, Rio, Vale (RS). 2.
Cooperativas de Crédito – História. I. Spindler,
Guilherme W. II. Kist, Benno Bernardo. III. Título.

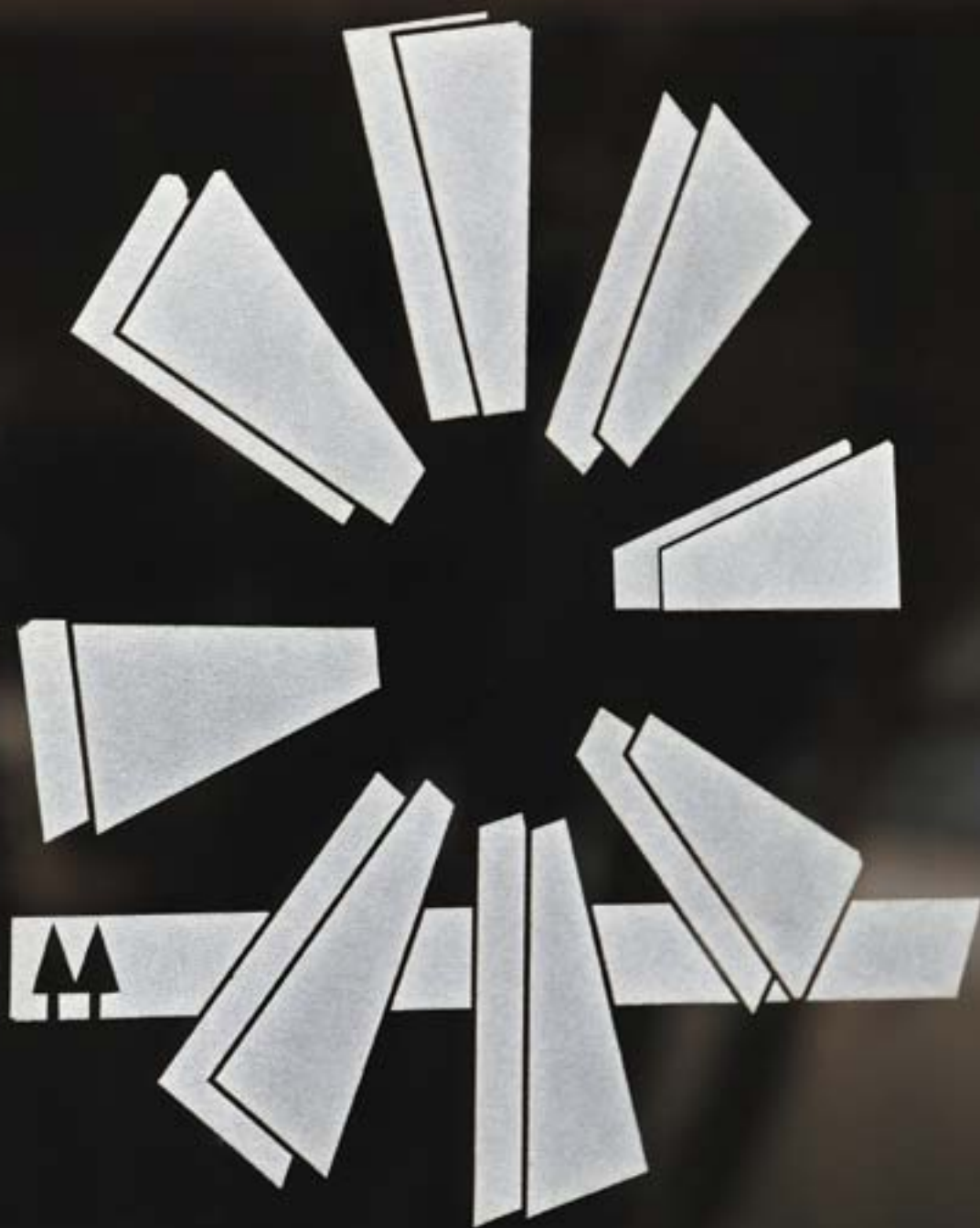
CDD : 334.098165

Catálogo : Bibliotecária Edi Focking CRB-10/1197

Aos idealizadores do cooperativismo.

Aos precursores da Caixa União Popular Santa Cruz.

Aos associados da Sicredi Vale do Rio Pardo,
pelos seus 95 anos de história.



Sumário

<i>O cooperativismo de crédito</i> – Roberto Rodrigues	9
<i>Uma história a ser preservada</i> – Ademar Schardong	13
Mensagem – Orlando Borges Müller	15
Apresentação – Heitor Álvaro Petry	17
A ORIGEM DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO	21
O COOPERATIVISMO NO BRASIL	25
O associativismo no Rio Grande do Sul e as formas de cooperação dos alemães nas comunidades teuto-brasileiras	26
A Colônia de Santa Cruz	30
DA COOPERATIVA CAIXA RURAL À SICREDI VALE DO RIO PARDO	41
Da fundação da Caixa União Popular Santa Cruz (1919) à Central de Caixas Rurais (1925).....	44
A fundação e o primeiro Estatuto	44
Ações do período: reformulação do Estatuto e centralização de Caixas Rurais.....	46
Diretoria e Conselho Fiscal	48
Felix Hoppe (1919-1925).....	49
Outros membros fundadores	51
Da Primeira Reforma Estatutária à reformulação do Sistema Financeiro (1964):	
Diretoria e Conselho Fiscal	52
Edmundo Hoppe (1945).....	54
Bruno Agnes (1946-1961)	57
Segunda Reforma Estatutária (1952)	60
Centro de Treinamento Agrícola.....	62
As inúmeras ações sociais.....	67
Santa Cruz do Sul e as transformações na segunda metade do século XX	69
Da reformulação do Sistema Financeiro, em 1964, à criação da Cocecrer-RS, em 1980	73
Reformulação do Sistema Financeiro (1964) e suas consequências	73
A Diretoria e o Conselho Fiscal no período.....	74

Leopoldo Morsch (1961-1968)	76
Aloysio Nicolau Rech (1968-1974)	79
Eloy Junges (1974-1976).....	81
Possível incorporação da Cooperativa de Crédito Santa Cruz Ltda. (07/10/1969)....	82
A Reforma Estatutária de 1970.....	83
A filiação da cooperativa à Fecresul	83
Da constituição da Cocecrer-RS (1980) ao século XXI: Diretoria e Conselho Fiscal.....	84
Pedro Avelino Junges (1976-1987).....	86
Theodoro Paulo Musskopf (1987-2002)	87
A constituição da Cocecrer-RS	88
A cooperativa no século XXI: Diretoria e Conselho Fiscal	90
Mário Kuntz (2002-2011)	94
Heitor Álvaro Petry (2011-).....	94
Sicredi Vale do Rio Pardo: um modelo nacional	95
Depoimentos.....	97
COLABORADORES COM MAIS TEMPO DE COOPERATIVA.....	97
ENTREVISTAS ESPECIAIS	111
ANEXOS.....	126
A SICREDI HOJE.....	145
Nossa missão	146
Nossos valores	146
Os sete diferenciais	146
Dimensão regional	148
A economia.....	148
Crescer e Pertencer.....	149
Programa A União Faz a Vida	149
REDE DE ATENDIMENTO DA SICREDI VALE DO RIO PARDO	150
Bibliografia consultada.....	159

O cooperativismo de crédito

Roberto Rodrigues*

Desde que comecei minha vida profissional, há 50 anos, depois de formado em agronomia pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da USP, em Piracicaba, sempre tive no cooperativismo o melhor modelo de desenvolvimento sócio-econômico-cultural. De fato, a doutrina universalmente aceita como o principal sistema de organização que integra ao mercado agentes econômicos de todas as atividades através da empresa cooperativa está baseada em princípios e valores que são a expressão mais acabada da democracia: um homem um voto, retorno pro-rata das sobras, participação econômica proporcional, adesão voluntária e sobretudo a preocupação com a comunidade, são temas formadores do próprio DNA do regime democrático.

E nunca tive dúvida de que o cooperativismo de crédito seria a grande alavanca do desenvolvimento de um movimento associativo poderoso, trazendo ao mercado milhões de produtores, especialmente os pequenos que, in-



Silvio Ávila

dividualmente, jamais teriam chance de progresso, sendo candidatos naturais à exclusão social.

Por esta razão, logo depois de ter sido eleito presidente de uma pequena cooperativa de produtores de cana-de-açúcar no interior do Estado de São Paulo, tratei de criar uma cooperativa de crédito rural para nossa sofrida classe.

* Coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Embaixador Especial da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) para as Cooperativas e Presidente da Academia Nacional de Agricultura (SNA).

Esta cooperativa foi montada há 40 anos, em 1974.

Estudando bastante o conceito, estava convencido da importância fundamental da gestão profissional de cooperativas de crédito: afinal, a mercadoria que ela transaciona é dinheiro, e isto exige muita seriedade, muita responsabilidade, muita honestidade dos gestores, e muita competência técnica.

Tive sorte: naquele ano, o Banco Itaú fechou a agência que tinha na localidade. Conhecia bem o gerente do Banco e imediatamente o convidei para “montar” a Credi. Ele não só aceitou como convidou outros 2 excelentes funcionários da agência e, rapidamente, a cooperativa, extremamente profissional, era um modelo de eficiência, sendo inclusive tratada como tal pelo Banco Central do Brasil, organismo regulador da matéria.

O então presidente da OCESP, Américo Utumi, visitou a cooperativa e, entusiasmado com o que viu, me convidou para coordenar um grupo de trabalho que buscava a criação de outras cooperativas de crédito rural em São Paulo, o que aceitei. Com uma equipe formidável, (Hiroshi Nishioka, Tadaomi Ceo, Leopoldo Uchoa, Victor Argollo, Athos Souza Lima, Antonio Carlos Figueiredo e outros) escrevemos um manual técnico para a constituição da Credis e saímos pelo Estado, tendo criado várias cooperativas em três anos, lideradas por uma Central.

Encantado com este resultado, o presidente da OCB, José de Pereira

Campos Filho me convidou para dirigir um outro grupo, agora para fomentar este modelo em todo o país.

Foi aí que conheci bem a figura extraordinária de Mário Kruel Guimarães, que já liderava no Rio Grande do Sul um movimento espetacular do cooperativismo de crédito rural, a partir das experiências exitosas das cooperativas de Nova Petrópolis e Santa Cruz do Sul, e já com duas dúzias de empresas bem estabelecidas em todo o estado.

Com Mário Kruel e Gundolf Van Kaick, outro gigante do cooperativismo paranaense, caímos nas estradas brasileiras e fomos montando sistemas em Minas Gerais, Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso, Bahia, Ceará e aonde fôssemos chamados.

Esta louca e interminável “viagem” acabou por me levar à presidência da OCB em 1985, como candidato único.

Mas naquele tempo era evidente a dificuldade de crescimento das Credis, cerceadas por uma infinidade de “não podes” estabelecidos pelas regras do Banco Central, fruto do poderoso lobby do Sistema Financeiro, que não desejava a concorrência de um cooperativismo de crédito avantajado.

Assumi a OCB, em 1985, quase simultaneamente com o primeiro governo civil depois do movimento militar de 1964, e o presidente Sarney convocou uma Assembleia Nacional Constituinte para reformar a Constituição Brasileira.

Coordenei então um vigoroso movimento junto aos Constituintes tendo em vista inserir na Nova Constituição

textos que garantissem às Cooperativas de Crédito a liberdade para crescerem e praticarem tudo o que os bancos também praticassem na área financeira.

Foi uma luta extraordinária e neste caso específico – além de 5 outros itens constantes da Constituição de 1988, inclusive a sonhada auto-gestão – incluímos um texto apresentado pelo então Deputado Paulo Roberto Cunha (cooperativista de Goiás), pelo qual as cooperativas de crédito em geral passavam a fazer parte do Sistema Financeiro Nacional.

Após uma duríssima disputa, o texto foi aprovado e isso mudou os rumos do cooperativismo de crédito brasileiro, sobretudo o rural: o Banco Central foi retirando os “não podes” sucessivamente, abrindo o mercado para o setor.

Ainda como presidente da OCB, tive oportunidade de representar o agronegócio no Conselho Monetário Nacional, já no Governo Collor, sob o comando do Ministro Marcílio Marques Moreira, tendo conseguido novos avanços ao cooperativismo de crédito, o que me entusiasmou a lutar pela criação de Bancos Cooperativos, sempre com os faróis iluminadores de Mário Kruehl, e contratei consultoria da FAO para organizar este modelo.

Daí surgiram os Bancos Cooperativos atuais, baseados no SICREDI e SICOOB.

E finalmente, como Ministro de Agricultura tive a chance de convencer o Presidente da República a abrir a participação popular nas cooperativas de

crédito, o que deu grande impulso ao movimento.

É bem verdade que como presidente da Aliança Cooperativa Internacional – a ACI – conheci o sistema cooperativo de crédito do mundo todo. E tive o prazer de levar a visitá-lo alguns líderes brasileiros do setor que aplicaram seus conhecimentos adquiridos no Rabobank holandês, no DG Bank alemão, no Credit Agricole francês, no Desjardin canadense e nos movimentos americanos, japoneses e de outros países europeus.

E chegamos onde estamos hoje.

É pois com grande alegria que dou o testemunho da importância notável da celebração dos 95 anos da Cooperativa Sicredi Vale do Rio Pardo, criada logo depois da cooperativa de Nova Petrópolis, e que assim se aproxima de seu centenário de existência.

É uma alegria e uma honra constatar o sucesso desta casa de crédito, que foi uma das inspiradoras de minha longa trajetória no cooperativismo de crédito. Com a ajuda de grandes líderes gaúchos como Mário Kruehl, Ademar Schardong, Vergílio Perius, Adelar da Cunha, e tantos outros, o cooperativismo de crédito brasileiro tem hoje a expressão admirável que o credencia a ser tão importante no cenário financeiro brasileiro quanto são os bancos cooperativos nos países desenvolvidos.

Parabéns, Santa Cruz do Sul, e que siga sempre assim, dando exemplos e servindo de modelo para novas cooperativas em todo o País.

Uma história a ser preservada

Ademar Schardong*

Esta obra, construída a partir do ordenamento de fatos históricos da saga de uma população que fez do Vale do Rio Pardo, especialmente Santa Cruz do Sul, no estado do Rio Grande do Sul sua morada, retrata os pressupostos da ajuda mútua, solidariedade e cooperação que suportaram, mesmo nos momentos de maior dificuldade, o processo de organização social e de desenvolvimento econômico dos seus artífices.

Reunida em pequenas comunidades, a população emigrante aceitou a orientação da Igreja e, já no início do século XIX, foi capaz de maximizar os minguados recursos da época, orientados pelos valores trazidos do continente Europeu, colocando-os a serviços do desenvolvimento e bem estar coletivo.

Com sede no município de Santa Cruz do Sul, a Cooperativa de Crédito fundada com a orientação do Padre Theodor Hamstad, fez prosperar os ideais de solidariedade e cooperação, a partir da orientação do Sistema Rheinfelden, conhecido dos emigrantes em



Tânia Meinerz

seus países de origem.

A concepção econômica e social do modelo se apresentava contemporânea em relação aos pressupostos que o ESTADO brasileiro legitimou na metade do século passado, onde o modelo eco-

* Presidente Executivo do Banco Cooperativo Sicredi

nômico implementado, transferiu ao mesmo, autonomia e competência para operar diretamente os principais setores da economia, num regime político de exceção.

Este período, retratado ao longo desta recuperação histórica, ocorrido entre 1964 e 1988, destruiu em parte o processo de organização autônoma da sociedade, quando restaram aniquiladas as cooperativas da espécie, substituída por instituições financeiras públicas no objeto, mas dizimadas em seus princípios e valores.

Não obstante, tais valores e princípios haveriam de ser retomados diante da incapacidade do modelo institucional vigorante, o que ocorreu no final do século passado, quando da promulgação da Carta Magna atual, ocorrida em outubro de 1988, inserindo as Cooperativas de Crédito como instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Este fato histórico somente se viabilizou porque instituições como a Caixa Rural de Santa Cruz do Sul, juntamente com mais oito do gênero sobreviveram

ao período de hegemonia do estado, pois organizadas em uma Central em 1980, concentraram as atenções das principais lideranças Cooperativistas da época durante o congresso constituinte.

Vencida a fase institucional e reconstruídos os marcos regulatórios pela autoridade monetária, ressurgiu no Brasil o Cooperativismo de crédito como instrumento de organização econômica da sociedade, recriando a condição das pessoas em participar, coletivamente, na construção de empresas de natureza cooperativa, objetivando assegurar o pressuposto da livre iniciativa, da cooperação, da ajuda mútua e, especialmente, a liberdade de empreender.

Portanto, esta obra registra e pereniza a história de luta de uma sociedade que evoluiu, a despeito de condições desfavoráveis em determinados períodos, materializada numa instituição que completa 95 anos de existência, cujo legado oportuniza a atual e próximas gerações a construção de uma sociedade cujos valores estejam alinhados com os pilares da solidariedade e da cooperação.

Mensagem

Orlando Borges Müller*

Há 112 anos, o cooperativismo de crédito apresenta-se com singular importância à sociedade brasileira, na medida em que promove a aplicação de recursos no fomento da atividade econômica, e assumindo os correspondentes riscos em favor da própria comunidade onde se desenvolve.

Com forte cunho social, as cooperativas buscam o equilíbrio entre a situação econômica e a social, pois são estruturas constituídas de forma democrática e espontânea, com base nas necessidades de serviços e produtos financeiros das pessoas, sendo que os benefícios gerados retornam aos associados. Ou seja, por meio de uma boa governança e de seu equilíbrio financeiro, a cooperativa atua fortemente em seu projeto social.

Em 2013, o cooperativismo de crédito brasileiro obteve excelente crescimento dos principais indicadores (associados, pontos de atendimento, volume de negócios etc). Dados do Banco Central indicam uma expansão média de 26,5%.

E a velocidade com que a Sicredi cresce a cada ano é reflexo direto do fato de não nos desviarmos dos princípios do cooperativismo introduzidos no Brasil pelo padre Theodor Amstad. Hoje, somos um exemplo de modelo sistêmico,



Divulgação

reconhecido no mundo, pois a adoção intrínseca de ações direcionadas à integração, à educação e à autofiscalização é o alicerce da nossa longevidade. Tudo é planejado com a visão de longo prazo. O objetivo da Sicredi é o desenvolvimento sustentável dos seus associados e das comunidades.

* Presidente da Central Sicredi Sul.

Outro fator progenitor de nossas bases é ser fiel à democracia. As comunidades têm de ter interesse de fazerem parte do sistema, e não o contrário, pois o propósito de existência do cooperativismo de crédito não é apenas aumentar o número de Unidades de Atendimento e de associados, mas, sim, difundir os ideais do cooperativismo. Ou seja, cada comunidade precisa ter a consciência de suas necessidades, de seus potenciais e de seu poder de agregar forças. Assim o reconhecimento dos valores do cooperativismo é evidenciado e pontencializado

pela sociedade.

E a Sicredi Vale do Rio Pardo faz parte da construção dessa história de sucesso, da busca pelo ideal cooperativista com bases sólidas e sustentáveis. A trajetória dessa cooperativa – arraigada numa terra onde várias culturas de entrelaçam – orgulha-nos, pois é fruto do trabalho incansável de colaboradores, dirigentes e associados apaixonados pelo que fazem.

Parabéns, Sicredi Vale do Rio Pardo, pelos 95 anos realizando sonhos e construindo o futuro sustentável das próximas gerações.

Apresentação

Heitor Álvaro Petry*

Ao apresentar a história da Cooperativa Sicredi Vale do Rio Pardo, desde a sua fundação, em 1919, como Caixa União Popular, relembramos 95 anos de muita dedicação, muito trabalho e grandes desafios. O intenso e prolongado trabalho de pesquisa em fontes históricas e documentais, produzidas ao longo destas mais de nove décadas, foram complementadas com entrevistas coletadas de forma individual junto a familiares e/ou personagens que fazem parte da trajetória dessa instituição.

O conjunto dos relatos e de consultas em fontes primárias resultou na obra “Da Caixa Rural à Sicredi: rumo ao centenário do cooperativismo de crédito no Vale do Rio Pardo”, que aqui entregamos nas mãos dos leitores. Naturalmente, como se pode depreender e como o próprio título de apoio já sugere, aproximamo-nos de uma data ainda mais simbólica, significativa e, sem dúvida, marcante: os 100 anos das atividades dessa tão importante instituição financeira para o desenvolvimento regional.

Desde logo, somos imensamente gratos aos associados, que mantêm ativo o ideal cooperativo. Sem estes, não



Lula Heller

estariamos comemorando o 95º aniversário. Esta história precisa ser entendida e valorizada, a ponto de nos orientar em nossa responsabilidade atual.

Para dissertar acerca da história da Sicredi, percorremos os acontecimentos econômicos da região, desde meados do século XIX até este princípio de século

* Presidente da Sicredi Vale do Rio Pardo

XXI. Além do uso das atas disponíveis na cooperativa, tomou-se por base as informações fornecidas pelos ex-presidentes e por seus familiares.

Na realização dos trabalhos de pesquisa e de entrevistas, fica registrado nosso agradecimento à atuação da historiadora Marina A. Barth, que conduziu os esforços de coleta das informações, em documentos diversos e também na forma das entrevistas. Por extensão, agradecemos igualmente a Guilherme W. Spindler, que a auxiliou nesse processo. Posteriormente, o jornalista Benno Bernardo Kist, já pela equipe da Editora Gazeta, dedicou-se a complementar algumas das entrevistas e a ampliar alguns conteúdos específicos.

Registramos a colaboração do ex-presidente Theodoro Musskopf, que, mesmo com a saúde fragilizada, fez questão de relatar sua contribuição para o desenvolvimento da cooperativa. Lamentavelmente, seu Theodoro veio a falecer dias após a entrevista, e assim acabou não vendo esse seu registro concretizado sob a forma de livro. Somos gratos pela sua colaboração, e que fique registrada a sua cooperação histórica.

Agradecemos ainda ao ex-presidente Mario Kuntz por explicar sobre os acontecimentos que marcaram sua gestão e por detalhar as adaptações da Cooperativa Sicredi aos novos moldes do cooperativismo.

Especialmente, manifestamos nosso reconhecimento à professora Maria Hoppe Kipper, descendente de grandes líderes, por fornecer informações preciosas a respeito de Edmundo Hoppe e de Felix Hoppe, que presidiram a cooperativa, e

por fornecer os contatos de familiares dos demais ex-presidentes: Bruno Agnes, Leopoldo Morsch, Aloysio Rech, Eloy Junges e Pedro Junges.

Ainda, agradecemos ao senhor Arthur Finkler por fornecer relato do cooperativismo nos primórdios do século XX.

Por fim, agradecemos a todos familiares dos ex-presidentes pela colaboração na elaboração da história da cooperativa Sicredi Vale do Rio Pardo.

Muito nos honrou a participação do senhor Roberto Rodrigues, ícone do cooperativismo mundial, e rendemos a ele nossa gratidão pela valiosa contribuição. Assim agradecemos também a participação do presidente da Central Sicredi Sul, senhor Orlando Borges Müller, e do presidente executivo do Banco Cooperativo Sicredi, senhor Ademar Schardong.

A pesquisa desenvolvida por nossa equipe proporcionou-nos conhecer mais a respeito da Cooperativa União Popular e da história do cooperativismo no Rio Grande do Sul. Resgatar os momentos marcantes da cooperativa é dissertar sobre a vida da comunidade de Santa Cruz e região nos séculos XIX ao XXI.

Deste modo, a intenção é apresentar um panorama de como era a cidade de Santa Cruz do Sul quando foi criada a cooperativa e como essa se relacionou com seus associados no decorrer de sua história, contribuindo para o crescimento econômico dos cooperados e para o desenvolvimento de todo o Vale do Rio Pardo.

Destacamos a “Origem do cooperativismo de crédito” na Europa, sua expansão para o Brasil e o seu desenvolvimento

nas comunidades teutas e, especialmente, na Colônia de Santa Cruz.

Em seguida apresentamos a história da Cooperativa de Crédito União Popular Santa Cruz em sua caminhada até tornar-se a Sicredi Vale do Rio Pardo. Para melhor compreensão do leitor, o conjunto das informações foi dividido em alguns capítulos, associados aos períodos históricos importantes do cooperativismo de crédito brasileiro. Em cada momento histórico, destacam-se as ações da cooperativa de Santa Cruz e de seus dirigentes.

Para dissertar acerca da história da cooperativa e contextualizar momentos da mesma, fez-se uso de vasta bibliografia relacionada ao cooperativismo e à colonização de Santa Cruz, além de artigos de jornais, fontes primárias disponibilizadas pela cooperativa (atas, livros de empregados), pesquisa no Centro de

Documentação (Cedoc) da Unisc, como jornais e fotografias da época; e entrevistas com ex-presidentes e colaboradores, e com seus familiares.

As atas foram transcritas, digitalizadas ou fotografadas, resultando em arquivos de texto e de imagem. Além de disponibilizados à coordenação da elaboração do livro, poderão aprofundar a história da Sicredi ou serem utilizados para simples pesquisa a outros fins.

Desta forma, acreditamos que conseguimos alcançar o que se pretendia: apresentar os 95 anos de história da cooperativa, mas, também, fornecer dados para futuras pesquisas, sejam elas movidas pela simples curiosidade ou focadas no cooperativismo. É um conjunto passível de ser enriquecido com outros conteúdos em uma possível nova edição.

Ótima leitura e profícuas análises.

Cooperativa de Crédito

Caixa Rural União Popular de Santa Cruz

SANTA CRUZ DO SUL — RIO GRANDE DO SUL

Sistema Raiffeisen - Fundada em 1919

REFORMADA EM 1923 e 1953

Caderneta N.º.....

Conta Corrente Credora

Osacia Gehlen Reeb

Santa Cruz do Sul

Dep. Populares

Conta N.º.....

L.º.....

A ORIGEM DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

Auxiliar, ajudar, colaborar e trabalhar em prol de um objetivo comum são princípios das cooperativas, que surgiram na Europa e se expandiram para o mundo. A cooperação no sentido de ação conjunta entre duas ou mais pessoas, em razão de um fim comum, é tão antiga quanto a própria vida humana. De acordo com Diva Benevides Pinho, em todos os tempos os homens têm se auxiliado mutuamente para resolver obstáculos ou se defender em situações difíceis.

É em contexto de situações econômicas, políticas e sociais degradantes que as cooperativas surgem também no cenário europeu. Durante a Revolução Industrial, em meados do século XVIII, a vida do trabalhador não era das melhores. A maioria dos operários eram trabalhadores agrícolas recém-chegados às cidades, expulsos de suas terras. Nas fábricas, a jornada de trabalho podia ultrapassar a 17 horas/dia. As condições insalubres e perigosas das fábricas refletiam-se na baixa expectativa de vida da população.

Visando melhorar as condições econômicas e sociais é que, em 1843, operários da indústria de flanelas, que prosperava em Rochdale, distrito de Lancashire, na Inglaterra, resolveram solicitar aumento de salário e iniciaram uma greve, que não foi vista de forma passiva pelos patrões. Diante das circunstâncias, um grupo de 27 tecelões (e uma tecelã) resolveu se unir para encontrar uma maneira de melhorar sua precária situação econômica.

Depois de muito discutir, resolveram criar os seus próprios meios de ação, mediante auxílio mútuo. James Daty, Charles Howart, James Smithies, John Hill e John Bent defenderam a ideia de abrir um armazém cooperativo de consumo. Tendo a pessoa como principal finalidade – e não o lucro –, fundaram as bases da “*Rochdale Society of Equitable Pioneers*” (Sociedade dos Pobros Pioneiros de Rochdale), inaugurada em 1844. No início, a loja abria apenas em duas tardes por semana, e o Comitê dirigente reunia-se uma vez por semana. Em 1845, a loja já abria todas as tardes e passava a vender também chá e tabaco. Em 1860, contrataram serviços de sapateiro e de alfaiate, e passaram de mercado atacadista para o de varejo.

O sucesso dessa iniciativa passou a ser um exemplo para outros grupos. O cooperativismo evoluiu e conquistou um

espaço próprio, definido por uma nova forma de pensar as pessoas, o trabalho e o desenvolvimento social. Por sua forma igualitária e social, o cooperativismo é aceito por todos os governos e reconhecido como fórmula democrática para a solução de problemas socioeconômicos.

O êxito da experiência dos pioneiros de Rochdale os transformou em símbolo que foi seguido pelas cooperativas do mundo inteiro, quer sejam cooperativas de consumo, pró-agropecuária ou industriais, de crédito ou mistas. Na sequência, detalha-se a formação das cooperativas de crédito na Europa, embora a preocupação neste livro seja direcionar o olhar sempre para a história da Cooperativa de Crédito Caixa União Popular Santa Cruz, inspirada no modelo Raiffeisen.

As cooperativas de crédito buscavam combinar os princípios dos pioneiros de



Divulgação

Os pioneiros de Rochdale

Fonte: Portal do Cooperativismo de Crédito

Rochdale com as experiências realizadas na Alemanha e na Itália, em meados do século XIX, sobretudo as de Schulze e de Raiffeisen.

A primeira cooperativa de crédito urbana foi fundada na cidade alemã de Delitzsch, por **Herman Schulze**, por volta de 1849, conforme Diva Benevides Pinho. Destinava-se à classe média e urbana (artesãos, comerciantes, pequenos patrões), permitindo a participação de todas as categorias econômicas. Adotavam o princípio do auxílio-mútuo, recusando auxílio do Estado ou de caráter filantópico, de modo que são os próprios associados que reúnem o capital social, por meio de quotas-partes. O ganho é distribuído entre os associados sob a forma de dividendo, e a responsabilidade dos membros pelos negócios da cooperativa é solidária e ilimitada.

A partir de 1847, acrescenta Diva Benevides Pinho, as cooperativas de crédito organizadas por **Raiffeisen** (Alemanha) destinam-se a atender às necessidades dos agricultores. Conhecidas como Caixas Rurais Raiffeisen, apresentam algumas particularidades: admitem auxílio de caráter filantrópico, embora prefiram o auxílio mútuo; não remuneram os dirigentes da sociedade; não distribuem o retorno; concedem empréstimos a longo prazo; preconizam a organização de um banco central para atender às necessidades das diversas cooperativas de crédito; dão grande importância à formação moral dos associados, que respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações contraídas pela cooperativa; e fundam-se no princípio cristão de amor ao próximo.

As duas cooperativas alemãs Schulze-Delitzsch e Raiffeisen inspiraram várias cooperativas de crédito, como

Luzzati, Haas e Wollemborg.

Em outra frente, as cooperativas **Luzzati**, criadas na Itália a partir de 1864, embora se orientem pelas experiências de Schulze-Delitzsch, apresentam diferenças, como: adoção do princípio da entreatajuda, mas aceitação de auxílio estatal; concessão de empréstimo mediante palavra de honra; não-remuneração dos administradores; e especial importância à conduta dos associados, dos quais exigem completa e irrestrita idoneidade moral.

As cooperativas tipo **Haas** foram criadas por Wilhelm Haas (1838-1913), inspiradas nos modelos alemães. De Raiffeisen conservaram a ideia de limitação da atividade cooperativa e de círculo restrito, e a necessidade de reunir as cooperativas em federações; de Schulze-Delitzsch, mantêm o caráter econômico da sociedade, renunciando aos aspectos éticos e cristãos típicos do raiffeiseianismo.

E as cooperativas de crédito **Wollemborg**, organizadas na Itália a partir de 1883, preocupam-se com o aspecto financeiro da empresa, abandonando o ponto de vista da agricultura do Raiffeisen. Mas, como tal, admitem a responsabilidade solidária e ilimitada dos associados, não remuneram os dirigentes e não distribuem retorno.

No início do século XX, no Canadá, Alphonse Desjardins foi criador da cooperativa de crédito **Desjardins**, inspirada na vivência religiosa dos modelos Raiffeisen, Schulze-Delitzsch e Luzzati. A cooperativa unia as funções de poupança e de crédito popular com o intuito, mediante auxílio mútuo, de criar nos cooperados o hábito da economia sistemática para o atendimento de necessidades profissionais, familiares e pessoais.

Gazeta Especial

Santa Cruz do Sul, quinta-feira, 23 de setembro de 1999

Tudo começou com o *Volksverein*

Em 21 de setembro de 1919, tendo por local as dependências da Aliança Católica, era fundada a Caixa Econômica e de Empréstimo Rural União Popular de Santa Cruz. Na mesma ocasião, surgia o Sindicato Rural União Popular, denominado *Volksverein*. A dupla iniciativa partiu de 51 santa-cruzeiros, que na oportunidade prometeram seguir fielmente os estatutos da nova entidade.

A nova entidade tinha entre os seus objetivos constituir um auxílio mútuo, tanto espiritual quanto material entre os sócios, especialmente no provimento do ensino das crianças como instrução, para que ao término da primária servisse de auxílio na colocação de empregos para os associados. Outra preocupação era a criação de sociedades de seguro, de socorro e caixa de depósitos populares para os sócios.

Ná época somente podiam tornar-se sócios os vovs católicos que faziam parte do *Volksverein* e moravam em Santa Cruz do Sul. Outros também podiam fazer parte da entidade, porém sem direito a voz e voto. A mesma norma valia para os sócios da Caixa Econômica e de Empréstimo Rural União Popular, pois só poderiam ser sócios

os com poder de decisão os que igualmente pertenciam ao *Volksverein*.

Na oportunidade de sua fundação, a então Caixa Econômica e de Empréstimo Rural União Popular Ltda. tinha como endereço a Rua da República, esquina com a Ramiro Barcelos. Em 1925, quando passou a denominar-se Cooperativa de Crédito Caixa Rural União Popular de Santa Cruz, transferiu sua sede para a Rua Ramiro Barcelos, 1086, em prédio onde permanece até hoje. Em 14 de março de 1984, a razão social mudou para Cooperativa de Crédito Rural de Santa Cruz Ltda. (Credirpar). Em 10 de março de 1995 a sigla foi unificada para Sicredi, seguida do nome do município em todo o Rio Grande do Sul. A cooperativa central mudou então de Cocecrer para Sicredi - Central.

Comemorando esta semana a passagem dos seus 80 anos, o Sicredi Santa Cruz abrange também os municípios de Vera Cruz, Vale do Sol, Sinimbu, Herveiras, Gramado Xavier, Venâncio Aires, Vale Verde, Passo do Sobrado e Rio Pardo, orgulhando-se de manter uma estrutura sólida e voltada principalmente ao atendimento de produtores rurais residentes nas localidades do interior.

80
anos



SICREDI
SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO

a parceria como solução

O COOPERATIVISMO NO BRASIL

**No Brasil, o cooperativismo
alastrou-se de forma distinta
nas regiões da federação,
levando em consideração
a comunidade, a política e
a economia. Sua fundação
está diretamente ligada às
necessidades da sociedade
e sua união em busca do
desenvolvimento comum.**

No País, ocorreram várias iniciativas regionalizadas de fomento do cooperativismo tanto no Norte quanto no Centro e no Sul. Conforme lembra Francisco Estigarribia de Freitas, em 1895, Carlos Alberto Menezes fundou

a cooperativa de consumo de Caramagibe, em sua própria fábrica. Em 1902, foi fundada uma Caixa Rural em Goiânia, e no mesmo ano o padre Theodor Amstad, a partir de Nova Petrópolis (RS), começou a cruzada em prol do cooperativismo no Estado.

A partir deste momento, o governo federal assumiu políticas em favor do cooperativismo e passou a regulamentar suas atividades. As normas e as leis do cooperativismo sofrem modificações, apresentadas por Francisco Freitas, como: Período de Implantação (1903-1932); Período da Consolidação (1932-1963); Período do Centralismo Estatal (1964 a 1966); e 1971, Período de Renovação de Estruturas. Estes períodos distintos influenciarão diretamente a criação e o desenvolvimento das cooperativas do Brasil, também as cooperativas de crédito do Rio Grande do Sul, e, em especial, a Cooperativa de Crédito Caixa Rural União Popular Santa Cruz, em sua integração ao Sistema Sicredi.

O associativismo no Rio Grande do Sul e as formas de cooperação dos alemães nas comunidades teuto-brasileiras

Os imigrantes europeus atravessaram o oceano em busca de uma “nova vida”, devido às dificuldades criadas pelo aumento demográfico, pela falta de perspectiva profissional que a instabilidade acentuava na Europa, e em busca de perspectiva de vida melhor, da propriedade da terra e de riquezas inexploradas. Estabeleceram-se no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná, no sul de Minas Gerais, no Espírito Santo e em São Paulo. Foram importantes na estrutura-

ção da agricultura do País, diminuindo o latifúndio da monocultura do café, do cacau e do açúcar, e sendo intermediários, pelo minifúndio, com a policultura.

No Rio Grande do Sul, ingressaram a partir de 25 de julho 1824, na colônia de São Leopoldo, no Vale do Rio dos Sinos, e, posteriormente, após a Revolução Farroupilha, espalharam-se para as demais colônias nos vales dos rios Taquari, Pardo e Pardinho, fundando Santa Cruz do Sul, a Colônia Santa Ângelo, a Colônia de



Chegada dos imigrantes alemães em 1824, quadro de Ernst Zeuner

Fonte: Portal do professor

Santa Maria do Mundo Novo e, às margens da Lagoa dos Patos, São Lourenço do Sul. De 1824 a 1899, o Estado recebeu aproximadamente 78 mil imigrantes.

Quando chegavam às colônias, as garantias oferecidas (viagem, subsídios no primeiro ano, concessão de terras, liberdade religiosa), através das campanhas de recrutamento, nem sempre eram cumpridas. A falta de assistência do Império era atribuída às condições de País recém-independente, à forte recessão econômica e à falta de infraestrutura, principalmente no transporte, na educação e na saúde, gerando desamparo aos imigrantes.

É nesse ambiente que os jesuítas, aos poucos, encontram espaço para a formação de sociedades e de cooperativas, orientando os colonos na vida espiritual e no âmbito da agricultura, em busca do desenvolvimento da colônia. Desta forma, do período que vai de 1890 a 1912 foram fundadas seis instituições associativas nas comunidades teutas. São elas:

Centro Católico, ou Partido Católico (*Zentrumspartei*): De duração efêmera, o “partido do Centro” surgiu num momento de incerteza (1890), provocado pelo alvorecer da República, com eleições para a Primeira Constituição Republicana. Nem só por isso, mas porque a obra da queda do Império esteve nas mãos dos positivistas, assim como dos maçons, que teriam sido traídos pelo Imperador, Grão Mestre da Maçonaria, como explica Francisco Freitas. Seu papel em seguida seria esvaziado, à medida em que os deputados positivistas gaúchos, na Constituinte, fizeram a defesa dos jesuítas e se comprometeram com a garantia de liberdade de culto, que foi assegurada pela Constituição Brasilei-

ra de 1891, segundo refere Schallenger (2001). Objetivou muito mais garantir a liberdade de ação e a evangelização da Igreja Católica, proteger a propriedade eclesiástica, manter em funcionamento os seminários e as escolas das congregações religiosas e a veiculação dos periódicos publicados sob sua inspiração.

Associações Paroquiais Católicas (*Pfarrvereine*): Instituições criadas para atender a vida social dos católicos, dependendo da finalidade, recebiam o nome de “União”, acrescida ao nome do padroeiro da localidade. É exemplo desta época, porém descaracterizada, a “Aliança Santa Cruz”, historicamente transformada em clube social, como salienta Francisco Freitas. O objetivo destas associações é melhorar a vida comunitária, através de bibliotecas paroquiais e da realização de festas beneficentes.

Congressos Católicos (*Katholikentage*): Essa forma associativa teve início em 1898, em Harmonia (RS). Seu idealizador foi o jesuíta Pedro Gasper. O “katholikentage” era realizado a cada dois anos e, segundo Arthur Rabuske, servia como uma “espécie de revista de tropas do exército católico de alemães e de seus descendentes no sul do Brasil”, mas, na segunda assembleia geral, já se volta para o bem-estar material dos agricultores, à medida em que eram debatidos assuntos referentes à aposta em novas culturas e à comercialização do excedente.

Associação Católica de Professores (*Lehreverein*): Idealizada também pelo padre Pedro Gasper durante o “Congresso Católico”, a fundação da “Lehreverein” chegou a congregar todos os professores

primários do Rio Grande do Sul. Nas reuniões periódicas eram planejadas e discutidas publicações de materiais didáticos através do jornal do professor, “Lehrerzeitung”, editado de 1900 a 1939. Esta associação foi responsável pela criação da Escola Normal Católica, com sede em Novo Hamburgo (RS).

As associações denominadas “Bauerverein” e “Volksverein”, apresentadas na sequência, foram as instituições que produziram os maiores dividendos não só aos jesuítas, mas principalmente à colônia de teuto-brasileiros. Seus resultados são visíveis até a atualidade. Nestas associações foi utilizado como modelo o sistema “Raiffeisen”, transplantado da Alemanha para o Brasil através da criação das Caixas Econômicas Rurais, iniciativa do padre Theodor Amstad, que acabou transformando o Estado em pioneiro na utilização deste sistema cooperativista.

Associação dos Agricultores Rio-Grandense (Bauerverein): A associação dos agricultores nasceu do III Congresso Católico, realizado em Santa Catarina da Feliz (Feliz-RS), em 1900. Conforme Francisco Estigarribia de Freitas, foi uma associação interconfessional arquitetada pelo padre Theodor Amstad. Sua ação, durante os 10 anos de sua existência, foi voltada diretamente para homem rural, numa produção de orientações úteis a este segmento populacional. De forma mais objetiva e duradoura, o “Bauerverein” foi fundador da Colônia de Serro Azul (Cerro Largo-RS), em 1902, ao nordeste do Estado, e de Boa Vista (Santo Cristo).

A proposta de Amstad era de que a associação voltar-se-ia a todos os interesses dos colonos e manteria um órgão de divulgação, que se chamaria “Rio-



Divulgação

Padre Theodor Amstad

gandenser Bauern-Freund” (Amigo do Agricultor Rio-Grandense). A associação tinha como sócio todo aquele que “se evidenciar homem de reputação irrepreensível” e previa a participação de alemães, italianos, portugueses e poloneses, o que equivale à participação não só de católicos, mas também de protestantes. A Associação dos Agricultores era uma instituição de estrutura e de ações bastante complexas e avançadas para época.

A estrutura departamental da entidade baseava-se nas associações de picadas, distritos e municípios. Formavam a “Associação Distrital” várias picadas do distrito ou de paróquias. A “Associação Municipal” constituía-se de “Associações Distritais”, sendo a “Associação Rio-Grandense de Agricultores” formada por todas as “Associações Municipais do Rio Grande do Sul”.

Sociedade União Popular (Volksverein): Também foi idealizada por Theodor Amstad, com a finalidade de dar continuidade aos interesses materiais, espirituais e religiosos dos colonos teuto-católicos. O pensamento era no sentido da solução dos problemas sociais, o que dependia da participação de cada um, e a união e a ajuda mútua constituíam valores indispensáveis na busca de um caminho no qual o povo fosse o agente modificador e impulsionador para o desenvolvimento da colônia.

Na área da educação, teve papel importante na organização de uma rede de escolas particulares junto às paróquias. Fundou a primeira Escola Normal Rural do Brasil, com sede em Hamburgo Velho

(Novo Hamburgo), e incentivou a criação da “União dos Professores Católicos”.

De 1912 a 1917, a Sociedade União Popular buscou fundos para erguer a “Associação Beneficente para Sustento do Asilo da Sagrada Família em São Sebastião do Caí”, que deu origem ao Hospital e Asilo de São Sebastião do Caí.

Na zona rural, o “Volksverein” solidificou as “Caixas Rurais da União Popular” com características de cooperativismo de crédito, visando proteger o capital do trabalho agrícola para mobilizá-lo em obras, efetivamente, de interesse da comunidade colonial, na firme intenção de bloquear o escoamento desses capitais às cidades, descapitalizando as zonas rurais. A rede de “Caixas Rurais” formou-se

Monumento em homenagem ao padre Theodor Amstad
Inauguração, em 1942, em Linha Imperial, distrito de Nova Petrópolis (RS)
Fonte: Portal Sicredi Pioneira

Divulgação



a partir de 23 de novembro de 1902, com a fundação da primeira “Caixa Rural”, em Linha Imperial, Nova Petrópolis (RS).

Posteriormente, foram fundadas as demais “Caixas Rurais”, como a de Bom Princípio, São José do Herval, Cerro Largo, Venâncio Aires, Poço das Antas, Santa Maria, Colonia Selbach, Harmonia, Porto Alegre, Picada Café, Santa Cruz, Novo Hamburgo, Santo Cristo, Rolante, Taquara, Arroio do Meio, Três Arroios, Roca Sales, Serra do Cadeado, Sobradinho e Santo Ângelo, complementando a rede, que prestou serviços como: empréstimos a

longo prazo e com juros acessíveis, distribuição de sementes e importação de material para o trabalho na terra. Destacou-se na colonização, na compra de terras e no repasse aos agricultores, como, por exemplo, em Cerro Azul (Cerro Largo), Santo Cristo e Porto Novo (Itapiranga-SC).

Considerando-se que no período não existiam órgãos públicos voltados à agricultura, a Sociedade União Popular prestou serviço importante no desenvolvimento da agricultura e da economia nas regiões de sua abrangência. Isso se mantém até hoje, com suas similares.

A Colônia de Santa Cruz

A história de Santa Cruz do Sul inicia-se quando, em 17 de dezembro de 1849, chegam os primeiros imigrantes europeus a Rio Pardo, pela barca “Bela Francisca”, via Rio Jacuí. Após horas de viagem de carreta, eles chegam ao Faxinal de João Faria¹. As terras que foram destinadas aos primeiros lotes coloniais (equivalentes a 77 hectares) foram distribuídas gratuitamente pela administração provincial. Com o surgimento da Lei provincial nº 229, de 4 de dezembro de 1851, houve a redução para 48,4 hectares na área destinada aos imigrantes. Em 1854, através da Lei nº 504, regulamentando a Lei de Terras de 1850, os lotes coloniais não podiam ser mais doados pelo governo provincial, mas somente vendidos aos imigrantes, que tinham prazo de cinco anos para pagar. Junto com estes lotes, os

colonos recebiam sementes, instrumentos de trabalho, indenização de viagem e dinheiro. No entanto, este dinheiro deveria ser devolvido no momento do pagamento das terras.²

As normas da época relacionadas à estruturação da colônia previam formação de picadas ou de linhas e de uma sede, que era o local destinado para a futura vila, ou cidade, dividido em ruas, quadras e pequenos lotes, reservando-se lotes para a futura prefeitura, igrejas, escolas e cemitério. No entanto, ao se estabelecerem, os imigrantes enfrentavam dificuldades estruturais como: espaço para sepultar os colonos falecidos³, transporte dos produtos (que era realizado no lombo das mulas, até Rio Pardo), o que ocasionava, por sua vez, a elevação do frete, diminuindo o rendimento do colono e a

¹MARTIN, Hardy Elmiro. *Santa Cruz do Sul: de colônia a freguesia, 1849-1859. Santa Cruz do Sul: Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul, 1979*

²VOGT, Olgário P. *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul-RS (1849-1993). Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1997. p. 57*

³MARTIN, Hardy Elmiro. *Santa Cruz do Sul: de colônia a freguesia, 1849-1859. Santa Cruz do Sul: Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul, 1979, p. 41*

aquisição de produtos advindos da região colonial, e prejudicando o desenvolvimento econômico da colônia.

O padre Theodor Amstad menciona que o lucro acrescido aos produtos era exagerado: “Nesta colônia não pode haver presentemente negócio algum sem que haja sido estabelecido o preço dos gêneros por uma tabela, por causa dos abusos que têm aparecido (...) e aplicando a diferença que houve a favor dos colonos, para pagar-se carretos, e conduzirem da cidade de Rio Pardo e do Distrito dos Coutos os gêneros, com a diferença de 40 a 50 por cento do que se tivesse comprado da mão de alguns especuladores”⁴.

A situação modifica-se quando as estradas passam a receber cuidados dos próprios colonos, que dependiam somen-

te desta via de acesso e de escoação de seus produtos. E somente a evolução dos meios de transportes acarretaria na melhoria do escoamento e no barateamento do frete das mercadorias produzidas na Colônia.

Tal situação não desanimava os colonos. Em 1851, 20 eram os colonos bem-sucedidos, que ajudavam a sustentar os últimos que chegavam. Grandes roças e plantações foram cultivadas, e em 1853 a venda do excedente era de 245 sacos de feijão e de 160 arrobas de fumo em rama, além de animais domésticos, como porcos e aves. Em 1856, a colônia, além de exportar os produtos excedentes, dava mostra do crescimento na área industrial com transformação primária do produto – no caso de fumo, tecido, banha e toucinho.



Divulgação

Abertura de uma estrada no interior, mantida pelos colonos

Fonte: Memórias do Povo Alemão

⁴AMSTAD, Theodor (org.). *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul-1824-1924*. Tradução de Arthur Blasio Rambo. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 1999. p. 84



Divulgação

**Banco Pelotense de Santa Cruz do Sul,
hoje Casa das Artes Regina Simonis**

Fonte: Cedoc/Unisc

O desenvolvimento da colônia se dava de forma progressiva. Em 1866, sete anos após ser elevada à categoria de freguesia⁵, possuía 11 moinhos, 2 tafonas, 11 engenhos de açúcar, 5 fábricas de azeite, 5 curtumes, 3 fábricas de arreios, 1 casa comercial por atacado, 25 casas comerciais a varejo, 4 oficinas de alfaiate, 5 sapatarias, 1 sacador de erva, 1 fábrica de cordas, 1 saboaria e 1 fábrica de velas, para uma população estimada em 4.542 pessoas.⁶

Em 31 de março de 1877, Santa Cruz passou a ser município autônomo. Foram eleitos para a Câmara: Joaquim José de Brito, Carlos Trein Filho, Roberto Jaeger, Germano Hentschke, Jorge Julio Eichenberg, José Lopes Simões e Pedro Werlang, empossados no dia 28 de setembro. Em

cerimônia presidida pelo presidente da Câmara de Rio Pardo, sr. Joaquim Alves de Souza, o ato representou a emancipação político-administrativa de Santa Cruz do Sul. Naquela época, o município já tinha cerca de 10 mil habitantes.

Conforme Freitas, entre 1849 e 1900, novas levas de imigrantes chegaram para cultivar a terra, ocorrendo aumento nas necessidades da população da colônia. A maior convergência de elementos à sede motivou a criação de mais ferrarias, curtumes, alambiques, engenhos, lombilharias, fundições, funilarias, marcenarias, sapatarias e alfaiatarias, totalizando 143 fábricas e oficinas.

No final do século XIX, houve a expansão da manufatura e da indústria no Rio

⁵MARTIN, Hardy Elmiro. *Santa Cruz do Sul: de colônia a freguesia, 1849-1859. Santa Cruz do Sul: Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul, 1979, p.119*

⁶FREITAS, p. 103



Cartão-postal mostra a Estação Férrea

Fonte: Prefeitura de Santa Cruz do Sul

Grande do Sul, e ocorreu a penetração de empresas transnacionais. Esse crescimento foi identificado pelo governo e criou-se o Banco Pelotense (1906) e o Banco do Rio Grande do Sul (1928).

Assim como o próprio Estado, Santa Cruz do Sul estava se inserindo na orientação doutrinária capitalista mundial do pós-guerra, cujas principais características foram o surgimento de grandes e médias empresas, em substituição às pequenas. Porém, devido à distância em relação aos centros urbanos, esse avanço não se deu de forma expressiva no município.

A construção da estrada de ferro, inaugurada em 19 de novembro de 1905, com a presença de Borges de Medeiros, então governador do Estado, foi importante para agilizar o percurso feito entre Santa Cruz do Sul e Rio Pardo, contribuindo para o

desenvolvimento econômico.

Porém, foi da atividade agrícola que surgiram os recursos financeiros que vieram formar o parque industrial e o setor financeiro, a ponto de serem fundadas três caixas de crédito, todas com recursos próprios. Duas delas, a “Caixa Cooperativa Santa Cruzense” (1904) e a “Caixa União Popular Santa Cruz” (1919), eram baseadas no sistema Raiffeiseano. A terceira, a “Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Ltda. – Banco de Santa Cruz” (1926), era baseada no sistema Luzzati.

A partir desses estabelecimentos de crédito, os recursos financeiros existiam e provinham da agricultura, da qual passaram a ser canalizados para o surgimento das primeiras empresas que constituíram o parque industrial santa-cruzense.

Conforme Freitas, o crescimento de-



Fotos: Divulgação

Antiga Usina de Luz da cidade, localizada na Rua 7 de Setembro

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul



A Rua da República (atual Marechal Floriano) na década de 1920

Fonte: Cedoc/Unisc



Divulgação

Instalação da primeira hidráulica, onde hoje se encontra o Parque da Gruta

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul

mográfico do município registrava, em 1900, população de 23.122 habitantes. Em 1910, atingiu a 30.010 pessoas. E em 1920, o número de habitantes já era de 34.408. Essa demanda populacional exigia investimentos básicos, como energia elétrica e rede hidráulica.

Estas demandas começaram a ser satisfeitas a partir de 1905, quando Henrique Melchior assinou contrato com o município, visando o fornecimento de energia elétrica para a sede por um período de 25 anos. Entretanto, a usina foi comprada pela Intendência em 1912.

A construção da rede hidráulica, no atual Parque da Gruta, foi iniciada em 25 de fevereiro de 1907 a pedido do intendente Galvão Costa. Em 1908, após diversos contratemplos, foram realizadas as primeiras ligações a domicílio⁷. Em 1920,

chegou-se a 509 instalações.

Neste contexto, do final do século XIX e do início do XX, surgiram as indústrias em Santa Cruz do Sul, voltadas para o comércio da região. Guilherme Schreiner, quando imigrou em 1888 para o Brasil, encorajou-se de substituir os parafusos de madeira utilizados nas prensas de fumo por similares de ferro. A ideia motivou um grupo de comerciantes de fumo, que importou um torno da Alemanha. Desta maneira, surgiu a primeira fábrica de máquinas de Santa Cruz do Sul. Em 1900, essa fábrica, com as modificações na fundição, além de produzir máquinas para serem utilizadas na agricultura, passou também a produzir máquinas para confeccionar tijolos.

Dentro do período incipiente de comercialização e de industrialização, Au-

⁷MARTIN, H. *Recortes do passado de Santa Cruz. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999, p. 67*



Divulgação

Vista da Rua da República (atual Marechal Floriano) no início do século XX

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul

gusto Hennig fundou no distrito de Sinimbu (emancipado em 1991) a Exportadora Hennig S/A, estabelecimento que se dedicou à comercialização de produtos coloniais, materiais elétricos, fazendas, ferragens, secos e molhados, por atacado e varejo, além de manter um posto de compra de fumo. Em 1910, a matriz foi transferida para a sede, dando início à exportação de fumo e de pedras preciosas para Estados Unidos e Argentina, enquanto a filial em Sinimbu continuava a manter as atividades anteriores.

Posteriormente, com o avanço econômico da região, a empresa passou a sociedade anônima, tendo como diretor Adolfo Hennig, que, junto com Arnaldo Hennig, Ervino Hennig e Edwino Hennig, fundou nas instalações da firma a Casa Bancária Hennig Ltda. Além das atividades bancárias, havia o processamento do fumo em folha, visando a exportação às fábricas nacionais e aos importadores

européus, tarefa que empregava 300 operários na época de safra (de novembro a março).

Em 1949, Arnaldo, Edwin e Walter Hennig montaram uma fábrica de cigarros em Santa Cruz do Sul. A Cia. de Cigarros Sinimbu produzia cigarros comuns e requintados. Mais tarde, a empresa foi adquirida pelo capital estrangeiro.

No final do século XIX, em Vila Tezera (atual Vera Cruz), Roberto Gruendling fundou uma funilaria, fabricando canos para estufas. Após um período de 29 anos com a funilaria instalada no distrito, transferiu-se para a sede do município sob a razão social “Estabelecimento de Gruendling Irmãos”.

Instalaram-se neste período, ainda em Santa Cruz, empresas como a Companhia Brasileira de Fumo em Folha (1920), a Fábrica Sul-Brasileira de Cigarros Ltda. (1932), além da empresa em artigos de borracha de Jorge Hoelzer & Cia Ltda.,



Fotos: Divulgação

**Agricultores fazendo entrega da safra de fumo
junto à Companhia Souza Cruz**
Fonte: Prefeitura de Santa Cruz do Sul



Transporte de carga no lombo de mula (atual Rua Júlio de Castilhos)
Fonte: Portal do Centro Cultural 25 de Julho

ou Mercur, em 1923; e de derivados de suínos, com o frigorífico de Abraão Tatsch, fundado em 1893 e adquirido dos irmãos João e Carlos Baumhard, na década de 1940, atualmente Excelsior.

Assim, o processo de industrialização e de acumulação de capital em Santa Cruz do Sul demonstra ter estado diretamente ligado à agricultura. Nessa proporção, possibilitou não só a industrialização dos produtos primários, mas, igualmente, foi a origem da acumulação do excedente por parte dos comerciantes,

criando, desta forma, o capital necessário para a proliferação de novas unidades de produção, com cada vez maior tecnologia agregada.

Esse é o contexto em que a Caixa Rural União Popular foi fundada, em 21 de setembro de 1919. Com suas atividades voltadas para o serviço de crédito, à disposição dos associados, foi imprescindível no desenvolvimento da economia de Santa Cruz do Sul e da região circunvizinha e tem subsistido até hoje às crises do âmbito interno e de forma global.

Divulgação



Movimento de descarga de fumo, onde hoje é o entroncamento das ruas Carlos Trein Filho e Felipe Jacobus Filho com a Avenida Gaspar Bartholomay
Fonte: Prefeitura de Santa Cruz do Sul



Fotos: Divulgação

**Antigo prédio da Companhia de Fumos Santa Cruz,
localizado na esquina das ruas Ernesto Alves e Borges de Medeiros**
Fonte: Prefeitura de Santa Cruz do Sul



Antigo prédio do Frigorífico de Abraão Tatsch
Fonte: *site do Frigorífico Excelsior*

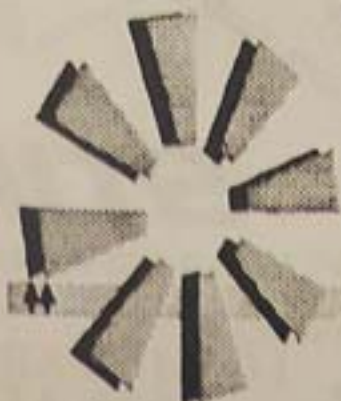


CREDIVARP

O BANCO DO PRODUTOR

A sua Cooperativa de Crédito Rural mudou de nome.

A partir de agora as
Cooperativas de Crédito Rural
do Rio grande do Sul
e seus respectivos
Postos de Atendimento Cooperativo,
além de integrados, estão com
uma única marca: **SICREDI**.
Um único nome em todo o Estado.
Inclusive a sua.
É o **SICREDI** cada vez mais
cooperativo e crescendo com você.



SICREDI

SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO

A OPÇÃO INTELIGENTE DO CAMPO E DA CIDADE

Rua Ramiro Barcelos, 1090 - Fone: 711.2320

DA COOPERATIVA CAIXA RURAL À SICREDI VALE DO RIO PARDO

Conforme se mencionou no capítulo anterior, várias instituições associativas foram criadas entre 1890 e 1912. Estas, por sua vez, introduziram ideias práticas de ajuda mútua em várias atividades humanas. Mas em termos de Rio Grande do Sul, o grande precursor do cooperativismo foi Theodor Amstad. A ação contínua do missionário, visando à implantação do cooperativismo, não tem precedente.

O Rio Grande do Sul tornou-se pioneiro no cooperativismo de crédito, e Nova Petrópolis é reconhecida como a Capital Nacional do Cooperativismo. Os frutos da dedicação e do trabalho do padre Theodor Amstad foram únicos e provocaram um movimento de ações junto à comunidade, que proliferaram e perduram até a atualidade.

Quando as cooperativas foram criadas, os legisladores buscavam os subsídios necessários para a elaboração de uma forma jurídica às cooperativas que lhes possibilitasse uma vivência livre e autônoma. Com o passar dos anos, a legislação foi cada vez mais visando sistematizar a ação das cooperativas, e aos poucos atrelou-as ao Estado, o que resultou em momentos distintos no desenvolvimento e na história do cooperativismo.

De 1902 a 1963, esse modelo cresceu a ponto de se tornar o principal agente fi-

nanceiro da agricultura no Sul do País. Surgiram 66 cooperativas de crédito do tipo Raiffeisen no Rio Grande do Sul⁸. Durante a Ditadura Militar (1964-1985), as cooperativas de crédito passaram por restrições impostas pelo Banco Central. Somente a

partir do final da década de 1980 as cooperativas que sobreviveram voltaram a se desenvolver, dentro dos limites impostos pelo sistema financeiro nacional, dando origem ao Sistema Sicredi. O quadro abaixo ilustra essa linha do tempo:

Linha do Tempo: Principais fatos da trajetória do Sistema Sicredi (1902-2010)

1902	Constituída a primeira cooperativa de crédito brasileira, a “Caixa Rural União Popular”, em Nova Petrópolis (RS)
1919	Fundação da “Caixa Rural União Popular de Santa Cruz”
1925	Criada a primeira Central de Caixas Rurais, denominada União Popular do Rio Grande do Sul
1964	Reformulação do Sistema Financeiro Nacional (Lei nº 4.595/64) impôs restrições normativas ao funcionamento das cooperativas de crédito
1980	Constituída a Cocecrer-RS, atual Central Sicredi Sul
1985	Constituída a Cocecrer-PR, atual Central Sicredi PR
1989	Constituídas a Cocecrer-MT, atual Central Sicredi MT, e a Cocecrer-MS, atual Central Sicredi Brasil Central
1992	Adoção da marca Sicredi em todas as cooperativas integrantes do Sistema
1995	Constituição do Banco Cooperativo Sicredi S.A., primeiro Banco cooperativo brasileiro. Integração da Cocecrer-PR ao Sistema, atual Central Sicredi PR
1996	Integração da Cocecrer-MT ao Sicredi, atual Central Sicredi MT
1997	Integração da Cocecrer-MS ao Sicredi, atual Central Sicredi Brasil Central
1998	Constituída a Alcred Central-SP, atual Central Sicredi PR/SP
1999	O Banco Cooperativo Sicredi é autorizado a realizar operações de crédito rural com encargos equalizados pelo Tesouro Nacional

⁸ PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. *Cooperativas de crédito. História da evolução normativa no Brasil*. Brasília: Banco Central do Brasil 2008. p.28

2000	Constituídas a Confederação Sicredi (com objetivo de prestar serviços ao Sistema e a entidades conveniadas) e a Corretora de Seguros Sicredi Ltda.
2001	O Banco Cooperativo Sicredi concretiza sua participação no BC Card-Administradora de Cartões dos Bancos Cooperativos Ltda.
2002	Integração da Alcred Central-SP ao Sicredi, atual Central Sicredi PR/SP
2003	Início das atividades da Sicredi em Santa Catarina. Aprovada a Resolução nº 3.106/03, que permite a livre admissão de associados
2004	Constituição da Administradora de Bens Sicredi Ltda.
2005	Início das atividades da Sicredi em Goiás, Tocantins, Pará e Rondônia. Constituídas a Fundação Sicredi e a Administradora de Consórcio Sicredi Ltda.
2006	O Banco Cooperativo Sicredi adquire as quotas de participação do Bancoob na BC Card. Sendo assim, a nova razão social passa a ser Administradora de Cartões Sicredi Ltda.
2008	Aprovado o Projeto de Reestruturação Organizacional e de Governança do Sicredi. Constituída a Sicredi Participações S.A.
2009	Nova Petrópolis recebe o título de Capital Nacional do Cooperativismo
2010	Firmada a parceria com o grupo holandês Rabobank para proporcionar o intercâmbio de informações entre as instituições financeiras cooperativas

Fonte: PESAVENTO, 2010

Considerando-se a trajetória do cooperativismo, com suas ascendências e restrições, tanto na política quanto econômicas, e a superação do Sistema, apresenta-se a seguir, em amplos detalhes, a história que conduziu a cami-

nhada da Caixa Rural União Popular rumo à Cooperativa Sicredi Vale do Rio Pardo. Essa exposição é feita em tópicos, possibilitando esboçar a atuação de dirigentes e associados no desenvolvimento da Cooperativa de Crédito.

Da fundação da Caixa União Popular Santa Cruz (1919) à Central de Caixas Rurais (1925)

A fundação e o primeiro Estatuto

Amparada na legislação federal em vigor (Decreto nº 1.637, de 5 de janeiro de 1907, e Decreto nº 6.532, de 20 de junho de 1907), que criou e regulamentou os sindicatos e as cooperativas, é que foi fundada, em 21 de setembro de 1919, a Caixa União Popular Santa Cruz. Nas de-

pendências do Salão da Aliança Catholica foi lido e aprovado o Estatuto, eleita a diretoria e o conselho fiscal, e, após, foi lavrada ata com a presença de 50 sócios fundadores.

Abaixo, a Ata de Fundação da Caixa Econômica:

“Acta de Assembleia geral de Instalação da Caixa Econômica e de Empréstimos Rural União Popular de Santa Cruz (Volksverein)

Sociedade com responsabilidade limitada dos sócios.

Aos vinte e um dias do mes de Setembro de mil novecentos e dezenove na cidade de Santa Cruz, as onse horas do dia, no salão da Aliança Catholica, afirma presente os abaixo assignados que constituem a totalidade dos membros fundadores da Caixa Econômica e de Empréstimos Rural “União Popular (Volksverein) de Santa Cruz, em assemblea geral de Instalação, assumia a Presidencia o cidadão Pedro José Koelzer, que convidou para servir de secretario a fim de lavrar a acta dos trabalhos ao cidadão Bernardo Urbano Stein, o qual procedeu a leitura dos Estatutos lavrados em livro de matricula assignados por todos os fundadores cujo livro tambem servirá para nelle lavrar-se as actas e resoluções da sociedade. Em seguida, o Snr Presidente submetheu a votos a resolução de estar a Caixa definitivamente constituída, resolução que foi unanimamente aprovada. Passando-se em seguida a proceder a eleição definitiva da Directoria e Conselho fiscal, foi eleito para presidente o Snr Felix Hoppe, para thezoureiro o Snr José Werlang e para secretario o Snr Bernardo Urbano Stein. Para os cargos de Conselheiros fiscaes foram eleitos os cidadãos José Wolgeninth Koelzer, Pedro Fröhlich Filho e Henrique Melchiors. Em seguida achando-se presente todos os eleitos foram os mesmos empossados de seus cargos, prometendo cada um bem cumprir os Estatutos e regulamento da Caixa. Nada mais havendo a tratar-se foi pelo Snr Presidente encerrada a sessão. Eu Bernardo Urbano Stein secretario mandei lavrar a presente acta que vai por todos assignada. (Livro de Atas 1919-1925)”⁹

⁹ Tratando-se de documento histórico, no ato de transcrição do conteúdo desta e das demais atas foi mantida a ortografia original

A primeira diretoria da Caixa União Popular era composta por Felix Hoppe (presidente), José Werlang (tesoureiro) e Bernardo Urbano Stein (secretário), e os cargos de Conselheiros fiscais, José Wolgeninth Koelzer, Pedro Fröhlich Filho e Henrique Melchior, que, conforme Estatuto, foram eleitos pela assembleia geral para o mandato de três anos.

O primeiro artigo dos Estatutos outorgou a denominação de “Caixa União Popular de Santa Cruz”, enquanto a denominação social é de “Caixa Econômica e de Empréstimo Rural União Popular Santa Cruz”, Sociedade com Responsabilidade Limitada dos Sócios (em anexo a este livro constam os Estatutos da “Caixa União Popular de Santa Cruz”).

O Estatuto, aprovado no ato da fundação, regia ainda que as assembleias dividiam-se em gerais e parciais ou de diretoria. A Assembleia Geral deveria se reunir, obrigatoriamente, uma vez por ano para prestação de contas do ano social (que terminava no dia 30 de junho de cada ano) e podia ser convocada extraordinariamente sempre que necessário. A convocação para a Assembleia Geral era anunciada vinte dias antes da realização. Era validada a assembleia com a presença de, no mínimo, um terço dos sócios, na primeira convocação; e na segunda, com o número de sócios presentes. As assembleias parciais ou de diretoria deveriam ocorrer quando necessário.

A finalidade da Caixa União Popular de Santa Cruz era “fornecer a seus sócios, os capitais necessários, por meio de empréstimos feitos com juro módico

e sobre a responsabilidade commum; receber sob sua guarda com vencimento de juros as economias e capitães inativos pertencente quer ao socios quer a extranhos a sociedade.”¹⁰ – apresenta o terceiro artigo.

Podia ser sócio somente aquele que pertencesse à Sociedade União Popular (*Volksverein*) e ao Sindicato Rural de Santa Cruz¹¹. O artigo possibilitava a todos aqueles que não pudessem tomar parte da Sociedade União Popular (pois essa admitia somente católicos) o poder de usufruir da “Caixa União Popular”, adquirindo empréstimos para fins particulares, mas estes não eram elegíveis e não possuíam direito a voto.

Até outubro de 1922, a diretoria da Caixa União Popular admitiu 88 sócios (entre estes a primeira mulher, Maria Bergel) para fazerem parte da Sociedade.

“Aos quatorze dias do mes de Outubro de um mil novecentos vinte e dois nesta cidade de Santa Cruz, na séde da Caixa União Popular de Santa cruz reunida em sessão a Directoria da Caixa acceitou por unanimidade de votos o cidadão J. Theodoro Friedrich e a cidadã Maria Bergel para fazerem parte da Sociedade como sócios. (Livro de atas 1919-1922)”

Mesmo com a contínua admissão de sócios, a situação da Caixa não era das melhores. Ao que, em Assembleia Geral de 1922, o tesoureiro expôs: “a sociedade ainda não podia apresentar um resultado satisfatório devido ao pequeno movimento que até agora tem toda a Caixa, além do que ainda veio agravar esta circunstância

¹⁰ Estatuto de fundação da Caixa União Popular Santa Cruz. Livro de Atas (1919-1922); foi mantida a ortografia original

¹¹ Fundado também em 21 de setembro de 1919

a dificuldade criada pela Inspectoria Regional de Fiscalização dos Bancos”¹². Era necessário buscar alternativas.

A ação da Centralização de Caixas Rurais estava sendo discutida nas reuniões da Diretoria da Caixa União Popular Santa Cruz como uma alternativa possível às dificuldades econômicas e burocráticas enfrentadas. Reunir forças foi a decisão, conforme reunião ocorrida

em 31 de dezembro de 1922: “Directoria resolveu, por haver em 20 do corrente em Porto Alegre uma sessão de Caixas Rurais enviar o thesoureiro desta Caixa Snr João G. Werlang afim de assistir a referida sessão onde foi resolvido a centralização das Caixas e mudança dos estatutos para o que esta Directoria projecta uma oportuna reunião” (Ata 31/12/1922).

Ações do período: reformulação do Estatuto e centralização de Caixas Rurais

De acordo com Feitas¹³, a primeira reforma de estatutos ocorreu em 25 de fevereiro de 1923. Previa significativas alterações, desde a razão social a disposições gerais.

A denominação passa para “Sociedade Cooperativa Caixa Rural União Popular de Santa Cruz”. Além dessa alteração, o Capítulo I definiu a instituição como sendo uma cooperativa de crédito rural do sistema Raiffeisen, com responsabilidade pessoal, solidária e ilimitada dos sócios.

A Sociedade terá por fim combater a usura, fornecendo a juro módico, a seus sócios e somente a estes, os capitais necessários à exploração de seu pequeno trabalho, facilitando-lhes o exercício da profissão. A concessão de empréstimos, a curto e longos prazo, reembolsáveis por amortização periódica, só seriam concedidos quando a diretoria julgasse que o fim para a qual se destina era útil e produtivo. A Sociedade poderia receber

em depósito, a prazo, a fixo ou em conta corrente limitada ou de movimento, em dinheiro a juro de sócios e pessoas estranhas. Os máximos de empréstimos e o total de encargos seriam deliberados pela Assembleia Geral.

A regulamentação do **Fundo de Reserva** era normatizada pelo Capítulo III, sendo este formado por donativos ou contribuições espontâneas dos sócios ou estranhos à Caixa União Popular Santa Cruz e por 80% dos lucros verificados anualmente pelo balanço. A constituição do fundo de reserva visou fazer frente a prejuízos eventuais, constituindo-se em propriedade exclusiva da instituição.

Sobre a eventual **dissolução da Sociedade**, seria recolhido à “Caixa Econômica da União” e, oportunamente, aplicado na fundação de outra Caixa Raiffeisen no município ou, então, aplicado em algum estabelecimento conforme deliberação da Assembleia de Dissolução. O lucro de 80% iria para o Fundo de Reserva e os

¹²Ata de 27 de agosto de 1922. Livro de Atas (1919-1922)

¹³ Devido à inexistência das atas que compreendem o período (1922-1923; 1926-1945), utilizamos como base ao descrever as alterações dos estatutos: FREITAS, Francisco Estigarribia de. *Cooperativa de Crédito Caixa Rural União Popular Santa Cruz - 1919 a 1963*. Florianópolis, 1990 (Dissertação de Mestrado em História da UFSC)

restantes 20% seriam levados a título especial, com aplicação em fins beneficentes ou outra qualquer despesa imprevisível, conforme entendimento da diretoria.

No que diz respeito aos **sócios** e a **seus direitos** o estatuto também passou por alteração. A responsabilidade dos sócios era ilimitada, respondendo cada um por si solidariamente, com todos os seus bens, pelos compromissos sociais. Na prática, em caso de prejuízo, a Sociedade só recorreria aos sócios rateando os prejuízos em partes iguais quando o Fundo de Reserva fosse insuficiente para cobrir o déficit.

Referente à **Assembleia Geral**, era alterado o número mínimo de presentes na Assembleia Geral, da terça parte para a quinta parte, na primeira convocação, e a segunda convocação com qualquer número. Havia uma diminuição no número de sócios nas Assembleias.

Outra modificação introduzida pelo Estatuto foi a de fixar a **realização da Assembleia Geral** para os três primeiros meses do ano, oportunidade em que seria apresentado o relatório da diretoria, discutindo e votando o parecer do Conselho Fiscal sobre balanço, contas e atos gestivos referentes ao exercício anterior. Assim como era via para eleger membros da Diretoria e Conselho Fiscal, fixar os limites máximos para empréstimos e o total dos encargos e compromissos a serem assumidos pela Sociedade.

O último acréscimo referente à **Assembleia Geral** condiz com a proibição dos sócios interessados em algum assunto em pauta, de votar sobre o mesmo, somente possibilitando-lhe o debate.

Quanto às ações voltadas à **diretoria**, o novo estatuto não difere do anterior. Ela continua sendo composta por três



Reprodução

Propaganda publicada em jornal

Fonte: *Gazeta*

membros, agora denominados de presidente, gerente e secretário, com mandato de três anos, podendo ser reeleitos.

Fiscalizar todas as operações da sociedade, examinar livros, correspondências e fazer inquéritos, analisar minuciosamente contas e relatório de diretoria e sobre estes apresentar parecer por escrito, prestar informações sobre qualquer negócio social e servir de órgão consultor da diretoria eram as tarefas do Conselho Fiscal previstas no novo Estatuto, funções não previstas no Estatuto anterior.

A **dissolução da sociedade** poderia ocorrer em dois momentos: primeiro na hipótese de o número de sócios ser menor que sete (Decreto nº 1637, de 5 de janeiro de 1907) ou, em segundo caso, ao findar o prazo de existência da Sociedade sem que esta tenha sido, em tempo, renovada pela Assembleia Geral. Em qualquer caso, caberia ao presidente determinar o modo de liquidação e nome-

ar os liquidantes.

Este Estatuto foi aprovado pelo Ministro da Fazenda em despacho deferido em 27 de junho de 1923 e perdurou quase três décadas sem alterações, afirma Freitas.

Tendo novos Estatutos alterados, adequando-se às exigências para efetuar a união, a “Sociedade Cooperativa Caixa Rural União Popular de Santa Cruz” passa a integrar a Central das Caixas Rurais da União Popular do Estado do Rio Grande do Sul, Sociedade de Cooperativa de Responsabilidade Limitada, criada em 1925. Com adesão de 18

Caixas Rurais, foi a primeira central unicamente de crédito do Brasil (FREITAS, 1990; PINHEIRO, 2008). Em 1933, a central contava com 34 cooperativas de crédito organizadas no Sistema Raiffeisen. (SCHALLENBERGER, 2001) O raio de ação da instituição havia se expandido pelos vizinhos estados de Santa Catarina e do Paraná, demonstrando, dessa forma, que o sistema cooperativista (reunir as cooperativas) estava seguindo rumo certo e que Santa Cruz do Sul figurava nesta perspectiva com a ação da Sociedade Cooperativa Caixa Rural União Popular.

Diretoria e Conselho Fiscal

Como mencionado anteriormente, a primeira eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal ocorreu na data de fundação da “Caixa União Popular”, sendo eleito para presidente Felix Hoppe, para tesoureiro, José Werlang; e para secretário, Bernardo Urbano Stein. O Conselho Fiscal era composto por José

W. Koelzer, Pedro Fröhlich Filho e Henrique Melchiors. Na segunda eleição foi reeleito Felix Hoppe para presidir a cooperativa, Bernardo Urbano Stein para o cargo de secretário e João Guilherme Werlang como tesoureiro. O conselho era composto por Henrique Melchiors, Pedro Fröhlich Filho e Frederico Kops.

Diretoria da Caixa União Popular (1919-1925)

Gestão	Diretoria	Conselho Fiscal
1919-1922	Felix Hoppe (presidente) Bernardo Urbano Stein (secretário) José Werlang (tesoureiro)	Conselho Fiscal José W. Koelzer, Pedro Fröhlich Filho e Henrique Melchiors
1922-1925	Felix Hoppe (presidente) José Werlang (secretário) João Guilherme Werlang (tesoureiro)	Henrique Melchiors, Pedro Fröhlich Filho e Frederico Kops

Fonte: Livro de Atas (1919-1922)

Felix Hoppe (1919-1925)

Filho de Alois e Maria Hoppe, Felix Ambrósio Hoppe nasceu na região da Silésia, no oeste da Alemanha, em 7 de dezembro de 1888, e faleceu em Santa Cruz do Sul em 7 de abril de 1963. Concluiu estudos que tiveram ênfase na área agrícola em seu país de origem e, com 23 anos, decidiu vir para o Brasil. Viajando a bordo do barco a vapor “Kreselt”, chegou em 1912 em Santa Cruz do Sul, onde se dedicou inicialmente ao plantio de arroz irrigado. Depois, teve uma ola-



ria. Em 1924, fundou a empresa Hoppe&Jordan, que vendia secos e molhados, madeiras e materiais de construção. A empresa, que mais tarde mudou a razão social para Hoppe&Cia e Hoppe S.A., durou mais de 70 anos e chegou a ter mais de 300 empregados.

Entre suas características pode-se destacar o empreendedorismo, a honestidade, o amor ao trabalho, a religiosidade e o espírito comunitário e solidário. Naturalizou-se brasileiro e dedicou grande amor a sua

Fotos: Divulgação



Ao centro, sentados, estão Felix e sua esposa, Bertha. Acima de Felix encontram-se Edmundo e sua esposa, Lúcia Melchiors. À esquerda, Maria Romana Hoppe e o esposo, João Thies Filho. À direita, Carlos Aloysio Hoppe, e a esposa, Iris Lúcia Ruschel. Presume-se que acima de Bertha estejam José Albano Hoppe e a esposa, de nome desconhecido.

pátria de adoção. Participou da diretoria de algumas entidades comunitárias, como a Sociedade Aliança Católica e a Caixa Rural União Popular. Fez parte da diretoria e foi presidente da comunidade católica na época da construção da catedral.

Felix contraiu matrimônio com Bertha Kipper Hoppe, com quem teve quatro filhos: Carlos Aloísio Hoppe, Edmundo Hoppe, José Albano Hoppe e Romana Thies.¹⁴

Felix foi membro fundador da “Caixa Econômica e de Empréstimos Rural

União Popular (Volksverein) de Santa Cruz”, e eleito presidente na primeira assembleia, no dia 21 de setembro de 1919. Tem-se notícia de que Felix Hoppe foi reeleito presidente em 1922, cargo que exerceu até 1925. Em função da falta de atas do período que vai de 1926 até 1945, não se sabe até quando ele exerceu o cargo na cooperativa. Também, não há informação dos atos realizados por ele na execução da presidência. Porém, a partir de 1944, seu filho, Edmundo, já aparece como presidente, dando sucessão ao cargo.



Divulgação

Túmulo de Felix e Bertha Hoppe

Fonte: Site árvore genealógica

¹⁴ Fonte: Contribuição da professora Maria Hoppe Kipper, neta de Felix Hoppe

Outros membros fundadores

Por ocasião do 33º aniversário de fundação, a Caixa Rural União Popular prestou homenagem, no dia 20 de setembro de 1952, a “4 Beneméritos da Organização”¹⁵, sendo eles: Juca Werlang, José Miguel Frantz, Bernardo Fischer e José Augusto Mergener. O fato foi alvo de reportagem da *Gazeta do Sul*:

“Nessa ocasião, de improviso, o sr. Agnes disse dos motivos que levaram a atual Diretoria a homenagear os falecidos srs. Juca Werlang, Bernardo Fischer, José Miguel Frantz e José A. Mergener, cujos retratos ao lado dos beneméritos Vater Raiffeisen, fundador do sistema na Suíça e do revdo. Padre Theodoro Amstad S. J., iniciador do cooperativismo no Brasil e Rio Grande do Sul e fundador da Caixa Rural União Popular, deveriam lembrar aos milhares de associados e depositantes que anualmente comparecem aos guichets do estabelecimento de que o idealismo e patriotismo desses homens havia possibilitado essa obra que tantos serviços vem prestando à coletividade.” (Gazeta do Sul, p. 4-5)

Em meio a muitos discursos, destaca-se o do Sr. Vitor Haffner, diretor-gerente da Central das Caixas, de Porto Alegre:



Fotos: Divulgação

Juca Werlang

*“Homenagem póstuma, homenagem sentida pelos que ainda lutam e laboram no mesmo sentido cooperativístico, tão heroicamente praticado por **Juca Werlang** que deve ser considerado como idealizador profundo, com*

a verdadeira idéia de – um para todos e todos para um – praticada pelo ‘Vater Raiffeisen’, sim, Juca Werlang que deve ser considerado fundador real desta Caixa Rural, Juca Werlang, um homem que nunca esperava locupletar-se como suor de seu próximo, mas sim visava o progresso e o bem estar da coletividade santacruzense, acompanhando de corpo e alma o grande ideal do nosso saudoso ‘Bauernpater’ Theodor Amstad S. J. Rogamos a Deus Onipotente que o espírito cooperativista, praticado por Juca Werlang continue na nossa organização e que serve de exemplo que o imortalizou para os nosso pósteros, nossa organização raiffeiseana. (...)



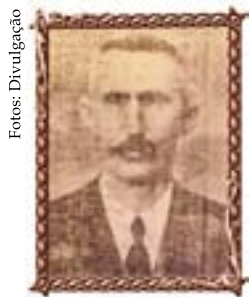
José Miguel Frantz

*(...) Meus senhores! Seguindo no programa desta solene reunião, devemos lembrar de um companheiro de Juca Werlang, um companheiro compreendedor da iniciativa cooperativista por ocasião da fundação da Caixa Rural de Santa Cruz. Era indubitavelmente o inesquecível **José M.***

***Frantz**, que, com o seu gesto simples, exprimindo a sua grande confiança na obra, fez com toda coragem o primeiro depósito na importância de 700\$00 [setecentos contos de réis], dinheiro não achado, mas sim ganho com o suor. Tem, pois, o José M. Frantz um lugar destacado na história desta Cooperativa de Crédito Rural de Santa Cruz, e pela grandeza da região seja dito, que foi imitado por milhares de depositantes que confiaram as suas economias à sua Caixa, que por outro lado podia atender milhares de associados, lhes oferecendo o empréstimo, com o qual podia financiar tudo quanto era empre-*

¹⁵Gazeta do Sul, Terça-feira, 11 de novembro de 1952, Ano 8, nº 90, p. 4-6

endimento produtivo, que fez tão grande essa comuna pelo seu amor ao trabalho. (...)



Bernardo Fischer

*(...) Homenageamos também o saudoso **Bernardo Fischer**, que além de ter sido exemplar chefe de família era presidente – ou pai – da Caixa Rural de Santa Cruz e merece esta homenagem que lhe prestamos com a nossa eterna gratidão. (...) que como os demais homenageados continuará símbolo inesquecível nas rodas cooperativísticas e imortal na história da Caixa Rural. (...)*

(...) Com o meu coração comovido desejo concentrar o meu espírito num pensamento digno, referindo-me a uma das mais célebres figuras cooperativísticas, não somente de Santa Cruz, mas sim do Estado, no braço forte que reergueu a sua cooperativa de crédito que é um orgulho

*desta zona, no homem mais popular desta região, o meu amigo, o nosso amigo, o saudoso **José Augusto Mergener**, prematuramente falecido no ano passado, e deixando uma clara nas filas dos raiffeisianos brasileiros. O que valeu o amigo Mergener, demonstrou a sociedade santacruzense no dia de sua inumação. O nome de José Augusto Mergener na história da Caixa Rural de Santa Cruz é tão imortal como o do Pe. Amstad na história do cooperativismo nacional. Otimista de mão cheia, o amigo José não temia dificuldade nenhuma e somente pensou na grandeza de sua Coop. de Crédito com uma fé extraordinária e levado pela mesma, desenvolveu uma força gigantesca, alcançando pleno êxito com os seus planos traçados, quando sucumbiu, deixando-nos a tarefa de continuar na obra por ele re-*



José Augusto Mergener

organizada. (...)"

Fonte: Gazeta do Sul, 16 de Outubro de 1951, p. 8.

Da Primeira Reforma Estatutária à reformulação do Sistema Financeiro (1964): Diretoria e Conselho Fiscal

A primeira reforma estatutária (1923) previa a eleição dos dirigentes durante a Assembleia Geral, denominando, portanto, Presidente, Gerente e Secretário, com mandato de três anos, podendo ser ree-

leitos. Ao organizar a tabela do corpo Diretivo e do Conselho Fiscal, com base nas atas da entidade, percebe-se que a eleição para o Conselho Fiscal ocorria a cada ano. Confira abaixo a diretoria da Sociedade.

Diretoria da Sociedade Cooperativa Caixa Rural União Popular de Santa Cruz (1945-1965)

Gestão	Diretoria	Conselho Fiscal
1945-	Edmundo Hoppe (presidente) José Augusto Mergener (gerente) Arno A. Goettems (secretário)	

1946-1949	Bruno Agnes (presidente) José Augusto Mergener (gerente) Arno A. Goettems (secretário) Leopoldo Morsch (secretário 1947)	Leopoldo Morsch, Alfredo Fischer, Felipe Jacobus; (1946) Edmundo Hoppe, Jacob Schmitt, Jacob Vogt (1947) Francisco J. Frantz, Felipe Jacobus, Edmundo F. Haeser (1948)
1949-1953	Bruno Agnes (presidente) José Augusto Mergener (gerente) Leopoldo Morsch (secretário) Arnoldo Zimmer (secretário 1951)* Olibio Helfer (secretário 1952) Pedro A. Junges (secretário 1952)	Arnoldo H. Zimmer, Jacob Schmitt, Jacob Vogt (1949) Francisco J. Frantz, Felipe Jacobus, Alfredo Fischer (1950) Arnoldo H. Zimmer, Antonio W. Eick, Jacob Schmitt (1951) Alfredo Fischer, Felipe Jacobus, Francisco J. Frantz (1952)
1953-1956	Bruno Agnes (presidente) Leopoldo Morsch (gerente 1955) Olibio Helfer (secretário 1955)	Antonio W. Eick, Jacob Schmitt, Arnoldo H. Zimmer (1953) Francisco J. Frantz, Edmundo Hoppe (1954) Arnoldo H. Zimmer, Jacob Schmitt, Antonio W. Eick (1955)
1956-1959	Bruno Agnes (presidente) Leopoldo Morsch (gerente 1958) Olibio Helfer (secretário 1958)	Felipe Jacobus, Francisco J. Frantz, Carlos Ernesto Kraether (1956) Jacob Schmitt, Antônio Wilibaldo Eick, Arnoldo Henrique Zimmer (1957) Felipe Jacobus, Carlos Ernesto Kraether, Francisco J. Frantz (1958)
1959-1961	Bruno Agnes Leopoldo Morsch (gerente 1961) Olibio Helfer (secretário 1961) Leopoldo Morsch (presidente 1/4/1961) Olibio Helfer (gerente 1961) Antônio Wilibaldo Eick (secretário)	Jacob Schmitt, Antônio Wilibaldo Eick, Arnoldo Henrique Zimmer (1959) Carlos Ernesto Kraether, Francisco J. Frantz, Felipe Jacobus (1960) Arnoldo H. Zimmer, Antônio Wilibaldo Eick, Jacob Schmitt (1961) Felipe Jacobus (1961)
1962-1965	Leopoldo Morsch (presidente) Olibio Helfer (gerente) Antônio Wilibaldo Eick (secretário)	Carlos Ernesto Kraether, José Alfredo Goetter, Ludwig C. Agnes (1962) Francisco Frantz, Felipe Jacobus, Arnoldo Henrique Zimmer (1963) Carlos Ernesto Kraether, Jacob Schmitt, Theodoro J. Agnes (1964)

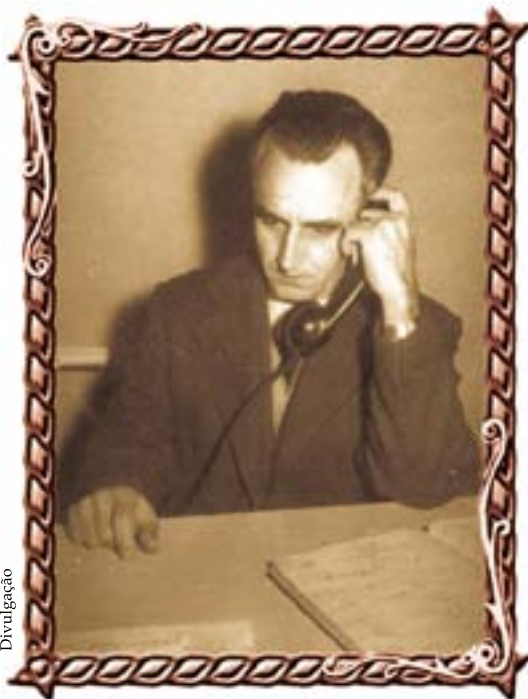
* Em 1951, Arnoldo Zimmer deixa o conselho e passa a secretário. Fonte: Livro de Atas

Edmundo Hoppe (1945)

Filho de Felix Ambrósio Hoppe e de Bertha Kipper Hoppe, Edmundo nasceu em Santa Cruz do Sul em 17 de fevereiro de 1917 e faleceu em acidente rodoviário, no mesmo município, em 5 de julho de 1988. Estudou no Colégio Marista São Luís, onde se diplomou perito contador.

Foi prefeito de Santa Cruz do Sul durante dois mandatos, de 1960 a 1963 e de 1969 a 1973. Também foi vereador, presidente da Câmara Municipal e secretário municipal de planejamento. Durante toda a sua trajetória participou intensamente da vida cultural, econômica, recreativa e religiosa da comunidade, atuando muitas vezes na diretoria de clubes e de associações, como a Associação Comercial e Industrial, a Caixa Rural União Popular, a Sociedade Aliança Católica, a Associação Santa Cruz de Futebol, a Comunidade Católica, a Sociedade de Auxílio aos Necessitados, além de ter atuado na direção de Hoppe S.A. e ter se dedicado ao cultivo de trigo e soja.

Foi sua a iniciativa de convocar a reunião que deu origem à Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul (Apesc), entidade que implantou o ensino superior na região, e que até hoje é mante-



Divulgação

nedora da Unisc. Foi presidente da Apesc de 1963 a 1966.

Administrador competente e dinâmico, promoveu muitas melhorias nas áreas urbana e rural do município, como: planos de calçamento e de arborização urbana, ampliação de redes de iluminação pública, canalizações de águas pluviais e esgotos, ajardinamento de praças e parques, organização do Distrito Industrial e

do parque da Gruta dos Índios, ampliação da rede escolar municipal em mais de trinta escolas, planos de eletrificação e de telefonia rural.

Empreendeu um grande plano de recuperação de solos para favorecer o aumento da produtividade nas áreas rurais. Considerava a melhoria da educação e das condições do meio rural fatores imprescindíveis para o progresso do município. Homem de grande vitalidade, afável e cordial, gostava de ler, cantar, viajar, ouvir música, fotografar. Foi um dos pioneiros em filmagens na região.

Foi casado com Lucia Melchiors Hoppe, um casamento muito harmonioso que gerou 10 filhos, e com Simone Ivone Scholle.¹⁶

¹⁶ Fonte: Contribuição da professora Maria Kipper, filha de Edmundo Hoppe

Consta em ata que Edmundo Hoppe foi presidente da cooperativa em 1944 e em 1945. No entanto, por falta

de documentação, não foi possível saber quando ele efetivamente assumiu o cargo.

Edmundo concorrendo a prefeito pelo Partido Libertador



Fonte: *Gazeta do Sul*, sábado, 1º de outubro de 1955, ano 6, nº 114, p. 5

Campanha Eleitoral de Edmundo Hoppe



Fotos: Reprodução

Fonte: *Gazeta do Sul*, sábado, 24 de setembro de 1955, ano 6, nº 111, p. 7

Quanto às suas ações na cooperativa, enquanto presidente, a situação é bastante parecida com a de seu pai, Félix Hoppe: faltam atas a respeito. Porém,

com as poucas fontes disponíveis, é possível perceber que, ao menos nos dois últimos anos de seu mandato, realizou uma administração satisfatória.

“Termo de visita.

O abaixo assinado, autorizado inspetor das Caixas Confederadas à Central das Caixas Rurais, declara que, durante os dias de 11 e 12 de novembro do corrente ano, esteve na sede da Caixa Rural União Popular de Santa Cruz, inspecionando a sua escrituração, bem como o estado da Caixa e documentação em geral, sempre de acordo com as disposições de nosso Regulamento em vigor.

Surpreendido pelo movimento extraordinário, verificado durante as horas do expediente, causou ótima impressão a excelente manobra dos negócios e a pontual escrituração que foi encontrada em dia e bem co-ordinada. Após a verificação do Caixa, cujo saldo estava certo, examinou-se a escrituração em seus comprovantes, achando-se tudo em perfeita ordem, pelo que expresso um voto especial de louvor ao Sr. Arno A. Goettems, digno secretário e chefe da contabilidade e as gentis e laboriosas senhoritas Jana Mergener e Theonila Clarice Eid, pela sua especial atuação e inteligente elaboração nos negócios internos desta progressista Cooperativa de Crédito.

Posso afirmar que a Caixa Rural está ótimamente dirigida, reinando um verdadeiro espírito de progresso, pelo que felicito a ativa e ablegada diretoria. Merece o meu especial apoio e uma menção honrosa o agil gerente Sr. José A. Mergener, pela sua atuação gigantesca, pelo seu esforço titanico, pela sua brilhante ação com que tem contribuído para o reerguimento de sua Cooperativa, a qual devo a ele e aos seus jovens e inteligentes auxiliares, tanto na diretoria como no Conselho Fiscal, perpétua gratidão.

*Santa Cruz do Sul, 12 de Novembro de 1945
(assinatura ilegível) Inspetor.”*

“Relatório da Soc. Coop. Caixa Rural União Popular de Sta. Cruz referente ao exercício de 1945.

*Presados Sócios (...). É com imensa satisfação, que, podemos franquear-vos neste ano, apesar das grandes estiagens que assolou o nosso município já durante diversos anos, um movimento digno de nota. Foi no ano de 1945 que a nossa Caixa fez o maior impulso desde a data de sua fundação. Elevaram-se os depósitos por mais de 50% (...).”
(03/03/1946)*

Bruno Agnes (1946-1961)



Bruno Agnes presidiu a Sociedade Cooperativa União Popular de Santa Cruz por 15 anos. Sua primeira eleição para presidente ocorreu a 11 de março de 1946, no mesmo dia em que foram eleitos José Augusto Mergener para o cargo de gerente e Leopoldo Morsch para secretário. Ambos já tinham experiência nos cargos deferidos. Bruno seria reeleito mais quatro vezes, até falecer, prematuramente, enquanto ainda exercia o cargo.

Assim como seu Edmundo Hoppe, Bruno Agnes participava ativamente da sociedade santa-cruzense, de modo que foram várias as homenagens públicas à sua memória. Também foi presidente da Câmara de Vereadores, por cinco mandatos (1950, 1951, 1952, 1953, e 1960), todos pelo PSD. Isso continua sendo, até hoje, um recorde. Segue um boletim oficial da Prefeitura Municipal de Santa Cruz, da ocasião de sua morte:

“Bruno Agnes nasceu no dia 30 de julho de 1913 e faleceu a 25 de março de 1961, nesta cidade de Santa Cruz do Sul.

Depois de ter absolvido o então Colégio São Luiz, passou a auxiliar os seus pais nas lides da lavoura, para, três anos após, tornar ao educandário para prestar o serviço militar e integrar, durante três anos, a primeira turma de Perito-Contadores, formada em 1933.

Ao ultimar seus estudos, empregou-se na Caixa Rural União Popular, como Contador. Mais tarde, tornar-se-ia diretor-presidente da mesma instituição de crédito cooperativo, função gratuita, que exerceu por muitos anos, sendo que no exercício do mesmo faleceu.

Além de dedicar-se aos seus negócios particulares, Bruno Agnes encontrava, sempre, durante o dia e a noite, tempo para dedicar-se aos interesses da coletividade.

Foi, durante muitos anos, presidente da Câmara de Vereadores e vereador em quatro legislaturas.

Exerceu as funções de prefeito por diversas vezes. A primeira, há mais de quinze anos, quando da redemocratização, e por escolha do interventor Cilon Rosa. Nas demais vezes, assumiu a administração municipal na sua condição de presidente da Câmara de Vereadores.

Na Câmara sempre foi fator de equilíbrio, pois era acatada por todos os companheiros e adversários políticos. Todos o respeitavam pela sua linha de conduta.

Elemento destacado na Associação Comercial por vários anos, influenciou e participou da reorganização de seus serviços, e, foi sua a iniciativa de dar a Associação, também, amparo aos agricultores nos tempos difíceis da última Guerra Mundial.

Bruno Agnes foi, acima de tudo, um amigo do agricultor. Como Presidente da Caixa Rural, já há muitos anos, sonhava, planejava e, finalmente, organizou e zelou pelo funcionamento do Centro de Treinamento Agrícola, um dos meios, que os entendidos acham capaz de elevar o nível de capacidade e produção do homem da lavoura.

Fundador do Rotary Club e seu ex-Presidente, Bruno Agnes desempenhou, dentro desta entidade, muitos cargos, nos quais sempre demonstrou a sua capacidade e seu belo caráter.

Em muitas iniciativas de interesse, Bruno Agnes foi parte atuante. Batalhou pela organização da Indústria de Laticínios em Santa Cruz do Sul.

Foi um dos fundadores do jornal Gazeta do Sul, foi membro da Diretoria da Comunidade Católica, presidente do Círculo de Pais e Mestres da Associação dos Ex-alunos e Amigos dos Irmãos Maristas.

Bruno Agnes foi o fundador e primeiro vice-presidente do Centro de Desenvolvimento da Comunidade de Santa Cruz, que se propõem a estudar os problemas da coletividade santa-cruzensense, e pugnar pelas soluções acertadas. Foi membro destacado da Sociedade União Popular do Rio Grande do Sul e representante do distrito de Santa Cruz.

Foi membro do Conselho Fiscal da Central das Caixas Rurais em Porto Alegre e exerceu, também, as funções de membro do Conselho de Revisão.

Invariavelmente, dava a sua colaboração em todas as boas iniciativas, fazendo-o com aquela franqueza habitual, a sua capacidade de trabalho extraordinária, a sua calma, a sua simplicidade, que punham à vontade desde o elemento mais culto e ilustre até o operário mais simples.

Em sua vida particular, Bruno Agnes foi um homem que soube honrar o seu nome de pai e esposo."

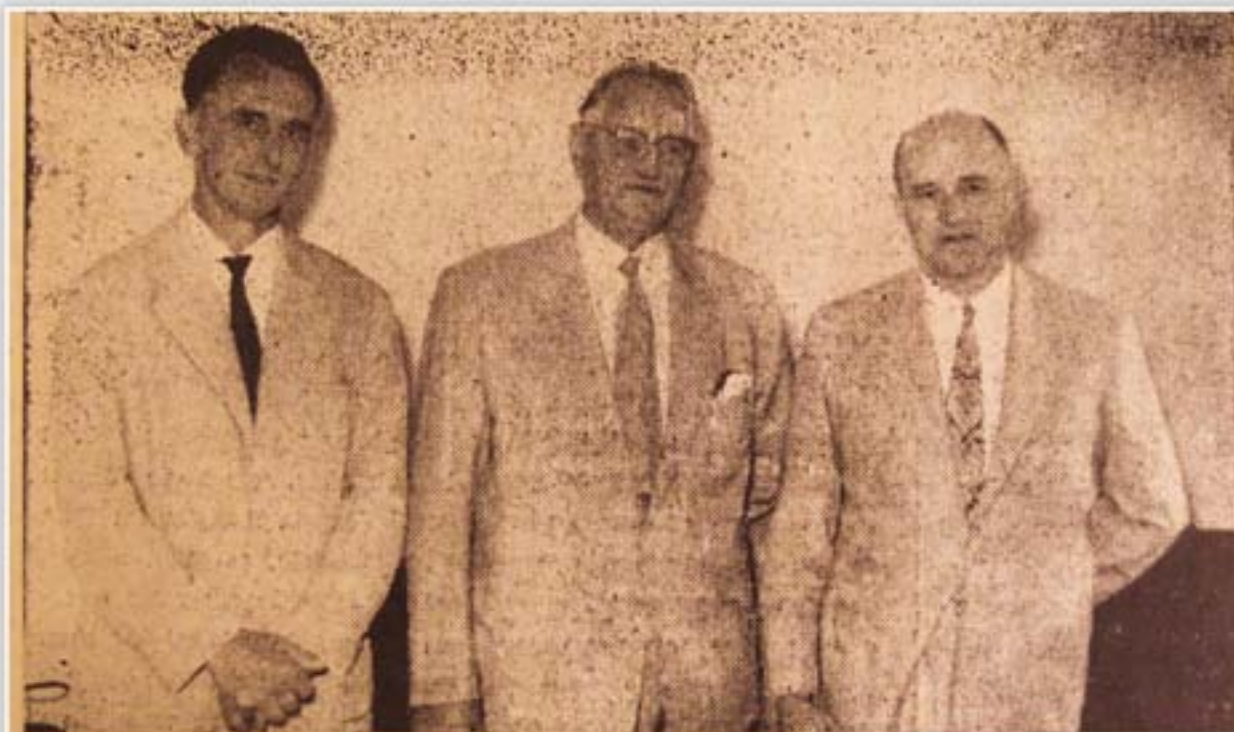
Fonte: Acervo particular de Bruno Faller.

Há ainda mais quatro homenagens póstumas, publicadas nos jornais da região, disponíveis em anexo ao final deste livro:

“Bruno Agnes iniciou seu trabalho na Caixa Rural, como contador, em princípios de 1933. Três anos mais tarde retirou-se para organizar uma sociedade comercial própria. Mas continuou a colaborar, com entusiasmo, nos empreendimentos da Caixa. Eleito diretor-presidente em diversos períodos, empenhou-se decisivamente, dentro do espírito que orienta as nossas atividades, para melhorar as culturas agrícolas do município, em especial a produção de gêneros alimentícios e a criação de gado leiteiro e suínos. De visão larga, com os olhos e coração abertos, procurando soluções para os mais variados problemas, era uma pessoa benquista em qualquer lugar e em qualquer ocasião. Seus conceitos e orientação eram seguros e claros. Ponto culminante de suas atividades na Presidência da Caixa Rural, foi, sem dúvida, a organização do Centro de Treinamento Agrícola, criado e mantido pela Caixa Rural, para ensinar a jovens, filhos de agricultores, métodos mais racionais de cultura e criação.

Bruno Agnes nos deixou um exemplo de trabalho e dedicação. A recompensa pelo seu desprendimento deve tê-la recebido na eternidade.” (Relatório do ano de 1961)

Transmissão do cargo



NO GABINETE DO PREFEITO. — Na manhã de sábado, às 9,30 horas, o ex-prefeito Walter Kaempf transmitiu ao seu sucessor o cargo. Na foto de Harry Genehr, colhida no gabinete, aparecem, da esquerda para a direita, o novo prefeito, Edmundo Hoppe, o ex-titular e o novo presidente da Câmara, Vereador Bruno Agnes.

Reprodução

Segunda Reforma Estatutária (1952)

A segunda Reforma Estatutária foi aprovada em 19 de novembro de 1952. Após duas Convocações Extraordinárias, uma no dia 6 de novembro, quando não ocorreu o quórum necessário em ne-

nhuma das chamadas, foi então decidida a marcação de nova Convocação para o dia 19 de novembro. A nova convocação foi publicada em 11 de novembro de 1952 no jornal *Gazeta de Santa Cruz*.

Edital de 2ª e 3ª Convocação



Fonte: *Gazeta do Sul*, 11 de novembro de 1952

No dia 19 de novembro de 1952, às 14 horas, o presidente Bruno Agnes, cumprindo as determinações estatutárias e nos termos do edital de convocação publicado, abriu a sessão e, mais uma vez, foi constatado não haver o número legal

de associados para a referida sessão ser deliberada legalmente. Foi então encerrada a sessão para ser reaberta em terceira e última chamada às 16 horas do mesmo dia. Nesta oportunidade, a Assembleia Geral funcionaria e deliberaria com qual-

quer quórum, conforme facultava o Estatuto. Os 30 associados presentes aprovaram a segunda reforma Estatutária.

No capítulo I, que trata da sede, da forma jurídica e da duração, apresenta duas alterações. Uma é a razão social, que passou para “Caixa Rural União Popular de Santa Cruz”, precedida pela designação de Cooperativa de Crédito, sendo abolida a palavra Sociedade.

Outra alteração deste capítulo refere-se à duração da instituição, pois o artigo terceiro determinava que o prazo de duração passasse a ser de tempo indeterminado, e o ano social passaria a coincidir com o ano civil, ao fim do qual seria apresentado o balanço geral. Esta medida alterou o procedimento anterior, que previa a apresentação de balanço semestral.

Quanto à concessão de empréstimos de que trata o Capítulo II, um acréscimo importante foi introduzido com a nova redação do artigo quarto, mais especificamente o parágrafo primeiro, que disciplina a concessão de empréstimos *“exclusivamente aos associados lavradores ou criadores, que sejam solváveis, dignos de crédito e domiciliados na circunscrição onde a Caixa tem sua área de ação, ou aí possuem propriedade agrícola, destinados a serem aplicados em sua atividade diária”*. Foi complementado pelo parágrafo segundo, que adicionava a necessidade do fim de o empréstimo ser útil e reprodutivo – já previsto no Estatuto anterior –, havendo a obrigatoriedade do solicitante em declarar este fim. Ficou proibido ainda o empréstimo para mero consumo.

O Fundo de Reserva permaneceu inalterado no que se refere à constituição, ao destino e em caso de dissolução da Caixa União Popular-SCS, exceção feita ao órgão a ser recolhido em caso de dis-

solução. Anteriormente, este recolhimento deveria ser feito à Caixa Econômica da União. A partir da vigência do novo Estatuto, em caso de recolhimento, o mesmo seria feito ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC).

No que diz respeito ao sócio, seus direitos e deveres, desapareceu a imposição estatutária anterior que impedia o sócio não membro da sociedade “União Popular” do Rio Grande do Sul de ser eleito para cargo de Diretoria e Conselho Fiscal.

O novo Estatuto não alterou substancialmente a Assembleia Geral como órgão soberano da administração. Quanto ao quórum, o artigo 19 ratificava a necessidade de um quinto dos associados para a Assembleia funcionar e deliberar com validade em primeira convocação, e com qualquer número em segunda convocação. Possibilitava que ambas as convocações fossem publicadas em mesmo edital.

Por fim, determinava que as decisões tomadas pela plenária em regime de votação fossem realizadas pelo processo simbólico, levantando-se os que aprovassem as propostas, sendo feita a verificação pelo inverso, exceção feita quando o presidente ou qualquer associado propusessem voto secreto.

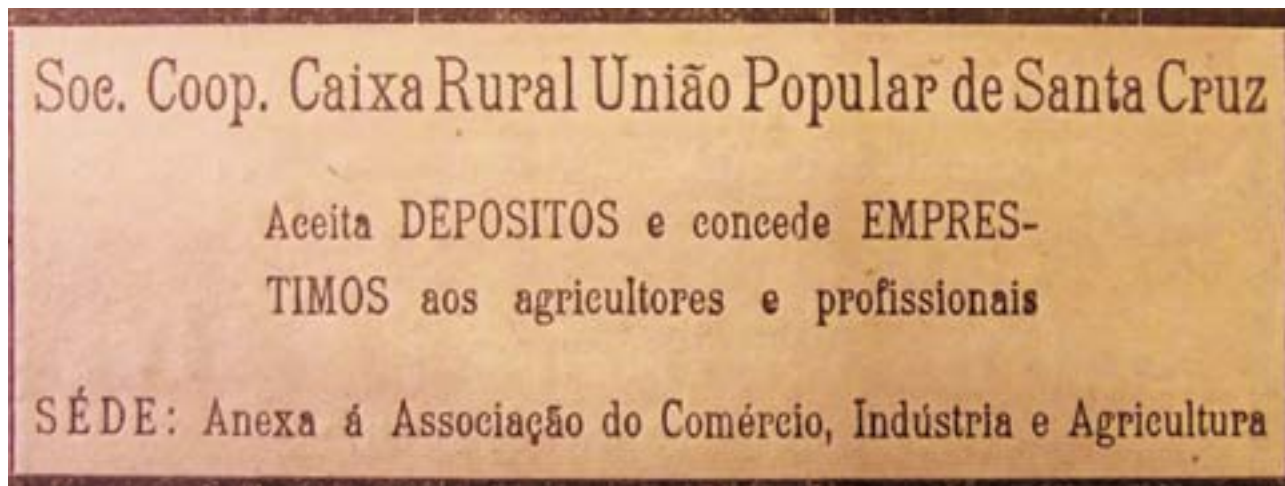
Este estatuto vigorou até 17 de novembro de 1970. Nesta data, a Assembleia Geral Extraordinária, em virtude das transformações da “Cooperativa de Crédito Caixa Rural União Popular de Santa Cruz” para “Cooperativa de Crédito Rural União Popular Ltda.”, passou a reger-se pela Lei nº 4595, de 31 de dezembro de 1966, pelo Decreto nº 60.597, de 19 de abril de 1967, normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.

Centro de Treinamento Agrícola

A Caixa União Popular Santa Cruz, fundada nos princípios raiffeiseanos, tem o compromisso com tudo aquilo que diz

respeito ao bem-estar do agricultor, desde a concessão até a educação dos filhos de seus associados.

Anúncio da Sociedade Cooperativa Caixa Rural União Popular de Santa Cruz



Reprodução

Fonte: *Gazeta do Sul*, 23 de fevereiro de 1945

Intencionados em resgatar os princípios originais do cooperativismo, a partir de 1952 passaram a ser realizadas algumas ações junto à comunidade rural. A diretoria da época estava atenta aos negócios financeiros e constatou

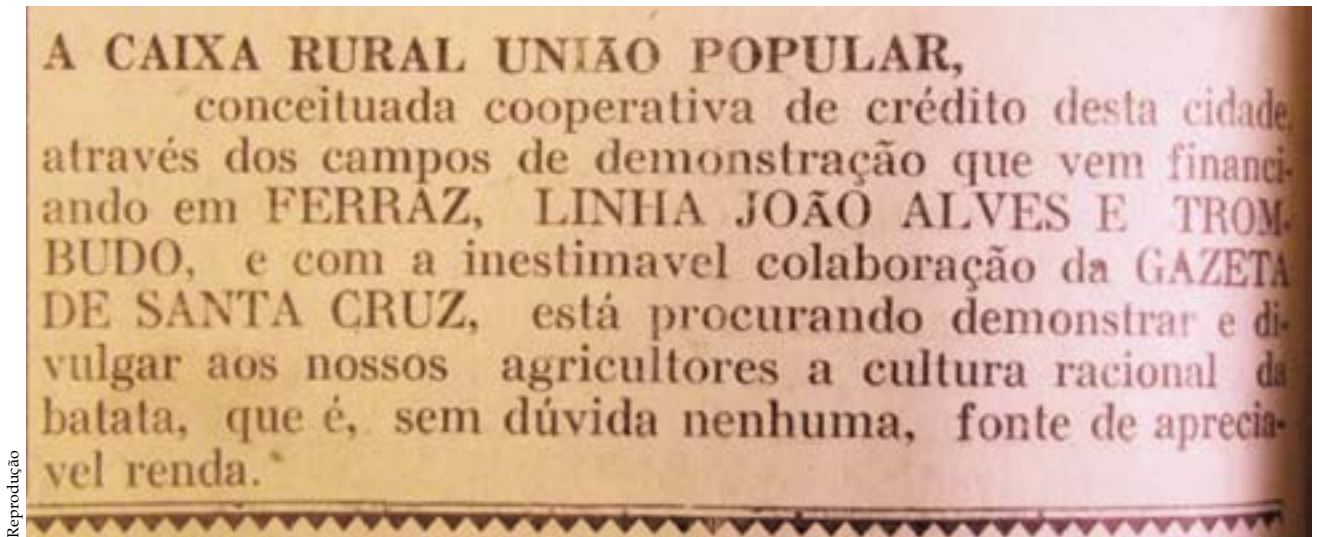
que a maior parte dos depósitos da instituição provinha da cidade e uma minoria do interior, constatando-se um enfraquecimento da economia primária, o que estava levando ao êxodo rural. Assim era avaliada a situação:

"Muito sofreu a nossa circunscrição com o resultado nada satisfatório da produção agrícola do ano que terminou, e motivado por condições climatéricas desfavoráveis. A escassez de numerário se fez sentir acentuada em todos os negócios e economias do Município. Porém, apesar do baque das culturas, o nosso bom agricultor não desanimou em sua labuta e, graças a Deus, parece que a presente safra há de compensar-lhe melhor o trabalho. As safras do fumo e milho, principalmente de fumo, segundo tudo indica, serão bastante grandes. Houve, para alguns, um melhor resultado na cultura de batatas e feijão preto. Também o feijão soja foi bastante plantado e tudo faz crer que haja uma colheita regular. O comércio e a indústria defrontam-se com o problema da diminuição de moeda e consequente limitação de crédito. Não obstante as dificuldades encontradas em suas atividades, o comércio e a indústria estão progredindo normalmente, graças à tenacidade, à dedicação ao trabalho e à probidade dos elementos que nele intervêm, primando pela seriedade dos seus negócios e pela boa qualidade dos produtos. Sem dúvida alguma, todos contribuem com a sua parcela para tal estado de cousas, não podendo olvidar-se a classe dos empregados do comércio e da indústria, tão dedicada e tão solícita no cumprimento de seus deveres." (Ata de 06/02/1953)

Para estimular a permanência na zona rural, a cooperativa organizou os “Campos de Demonstração Agrícola” em Linha João Alves, Ferraz, Trombudo e nos demais distritos de Santa Cruz. O

objetivo era dar maior expansão à atividade agrícola, possibilitando ao agricultor oportunidade de plantar as mais variadas culturas, com sistema racional e com uso de fertilizantes (Freitas, 1990).

Anúncio da Caixa Rural União Popular



Reprodução

Fonte: *Gazeta do Sul*, 18 de novembro de 1952

Com a experiência adquirida nos “Campos de Demonstração Agrícola” é que o presidente Bruno Agnes apresenta o projeto de criação da “Escola Prática de Agricultura” na reunião de Diretoria e de Conselho Fiscal realizada no dia 31 de julho de 1954. O projeto previa a aquisição de uma área de terra pela cooperativa, na qual seria instalada a “Escola Prática de Agricultura”, destinada aos filhos dos agricultores, visando, com isso, possibilitar condições de estudar e praticar novos métodos de agricultura racional. Após discussão em torno do projeto, a Diretoria e o Conselho Fiscal decidiram levar o projeto para a pauta da Assembleia Geral Extraordinária, marcada para 16 de agosto de 1954.

Na data, Bruno Agnes apresentou o projeto “Escola Prática de Agricultura” aos associados presentes, destacando ser necessário introduzir na zona rural métodos e culturas melhoradas. O presidente esclareceu que o Estatuto Social previa que somente a Assembleia poderia autorizar a realização da proposta. Esta entrou em regime de votação, sendo aprovada por unanimidade, e a diretoria foi autorizada a adquirir uma propriedade rural, objetivando a instalação da Escola Prática de Agricultura. Antes de encerrar a reunião, foram escolhidos Antônio Willibaldo Eick, Jacob Schmitt e o professor Guilherme Hilleshein para a comissão de execução do projeto. O professor, a título de colaborador, ficou res-

ponsável por dirigir os trabalhos iniciais da escola.

Em 7 de dezembro de 1954, na reunião da Diretoria e do Conselho Fiscal, foi noticiada a compra de uma área de 34 hectares de terras pertencente a Alvino Mandler, situada em Linha Santa Cruz.

Em ata de 23 de julho de 1955, de Diretoria e Conselho Fiscal, foi noticiado que na Escola Prática de Agricultura estavam sendo realizados trabalhos

com quatro filhos de agricultores que já se encontravam na instituição: Pedro Reckers, de Linha Formosa; José Sorbens, de Linha Floresta; Roque Baierle, de Serro Alegre; e Arthur Pappen, de Linha Santa Cruz.

Na reunião da Diretoria e do Conselho Fiscal do dia 20 de fevereiro de 1956 foi apresentado relatório constando que a intenção era concluir a construção do prédio até o final daquele ano.

Sob os cuidados do dedicado professor Wily Hillesheim, temos ali alguns jovens do nosso município e que vêm aproveitando os ensinamentos que lhes procuramos ministrar. Até fins do ano em curso esperamos concluir a construção do prédio apropriado aos serviços que nos propusemos realizar e, então, poderemos aceitar maior número de alunos. Aos poucos vamos introduzindo melhoramentos em nossas instalações, indispensáveis a uma exploração racional da agricultura, sempre obedecendo à orientação de que tudo aquilo que se extrai do solo lhe deva ser devolvido por meios naturais, quando possível, e segundo o velho axioma de que no mundo nada se consome, mas tudo se transforma. O novo prédio em construção, além de sala ampla para as aulas, dormitório, refeitório, cozinha, sanitários etc, prevê, igualmente, locais apropriados para depósito de produtos agrícolas, de acôrdo com as necessidade da Escola.” (Ata de 20/02/1956)

O entusiasmo em torno do educandário era evidente e irradiava em todas as direções, tanto que na reunião de Diretoria e do Conselho Fiscal de 27 de outubro de 1956 o presidente levou ao conhecimento dos presentes que a Escola tinha sido escolhida por Ministério e Secretaria da Agricultura, Campanha Nacional de Educação Rural, Sociedade União Popular, Central das Caixas Rurais e Federação das Associações Rurais (Ascar) para servir de modelo em iniciativas semelhantes em outras regiões do Estado.¹⁷

O relatório da diretoria referente à

atividade do “Centro de Treinamento Agrícola”, apresentado na mesma data, comunica que, a partir de abril de 1957, o local estaria em pleno funcionamento, pois todas as pendências haviam sido resolvidas. O ambiente tinha capacidade para alojar entre 25 e 30 alunos internos.

O Centro de Treinamento Agrícola foi inaugurado no dia 8 de abril de 1957, durante a realização do “Congresso de Ação Social Rural”. Na oportunidade, mais de duas mil pessoas visitaram o espaço.

Quinze alunos estavam matriculados, em regime de internato, oriundos

¹⁷Ata de 27 de outubro de 1956 – Livro de atas (1946-1960)

de diversos municípios. Eram orientados nas atividades teóricas e práticas por professores colocados à disposição do CTA pela Secretaria de Educação e pelo Superior dos Jesuítas. O local contava ainda com a colaboração do agrônomo e da supervisora do escritório da Ascar. Com o apoio destes, o primeiro ano de atividades do Centro foi considerado bom.

Na reunião da Diretoria e do Conselho Fiscal de 29 de abril de 1958, o presidente Bruno Agnes comunicava a todos a assinatura de um convênio entre a Caixa União Popular de Santa Cruz e a Campanha Nacional de Educação Rural, para execução de um trabalho de educação rural no CTA. O convênio previa verba de CR\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros), destinada ao pagamento dos vencimentos do agrônomo e do técnico rural e para manutenção do equipamento do CTA.

No final de 1959, o convênio de manutenção do CTA contava com a participação da Campanha Nacional de Educação Rural, do governo do Estado, via Secretaria de Educação Rural, Prefeitura de Santa Cruz do Sul e mais a Província Brasileira dos Jesuítas, além de colaboração de instituições públicas e privadas. Ampliavam-se as fontes de manutenção, em vista dos altos custos, com o objetivo de melhorar os conhecimentos dos agricultores e de lhes proporcionar métodos racionais na exploração da lavoura e da criação.

O ano de 1960 transcorreu na nor-

malidade para o CTA, tendo operado no limite de sua capacidade interna, com 24 rapazes matriculados. No entanto, a direção previa modificações, a fim de obter resultados maiores nas atividades da instituição.

Porém, a 25 de março de 1961, inesperadamente faleceu o presidente da Caixa União Popular Santa Cruz do Sul, Bruno Agnes. Idealizador do Centro de Treinamento Agrícola e seu principal incentivador, constituindo-se em perda considerável, “Bruno Agnes nos deixou um exemplo de trabalho e dedicação. A recompensa pelo seu desprendimento tê-la-á recebido na eternidade.¹⁸” Porém, o centro precisava continuar, até mesmo por gratidão ao seu arquiteto.

Conforme previa o Estatuto, Leopoldo Morsch assumiu a presidência da Caixa União Popular Santa Cruz do Sul em 1º de abril de 1961¹⁹. O novo presidente enviou ao deputado Euclides Nicolau Kliemann uma sucinta história do CTA e os planos para o futuro, com atividades e estrutura para se tornar autossuficiente. Além disso, a meta era oferecer cursos de orientação sobre os mais variados assuntos para agricultores já estabelecidos, criando intercâmbio de ideias. Pretendia-se contemplar também a mulher do meio rural e oferecer condições para a boa formação.

Apesar de tantos planos e objetivos, em 1961 ocorreu queda no número de matrículas, mesmo tendo sido mantida a programação dos anos anteriores. No decorrer, as atividades transcorreram

¹⁸Relatório do ano de 1961. Ata de 01/04/1961

¹⁹Leopoldo Morsch assumiu a presidência em 1º de abril de 1961, pelas normas do Estatuto da instituição. Eleito pela Assembleia Geral em 1962, permaneceu no cargo mediante reeleição até 1968

normalmente e com previsão de boa colheita na região.

Apesar de terem sido aprovadas novas verbas para o Centro, no orçamento da União, indicadas pelos deputados Tarso Dutra e Willy Frohlich, por intermédio do deputado Euclides Kliemann, esses recursos não foram recebidos.

Referente ao ano de 1963, as informações sobre o CTA são exíguas. Na ata de 25 de fevereiro de 1964 consta que o número de alunos em 1963 foi de 18 rapazes e que os trabalhos tinham sido encerrados em 10 de dezembro.

No relatório das atividades de 1964, foi possível constatar que, apesar de o Centro ser considerado uma realização ousada da Caixa União Popular de Santa Cruz do Sul, o mesmo não era bem compreendido pela população do interior, pois esta desconhecia os benefícios que a cultura técnico-agrícola lhes proporcionaria, segundo a Diretoria.

Mas o reconhecimento vinha do Ministério da Agricultura, que continuava a enviar recursos financeiros, pois, segundo a ata de 25 de fevereiro de 1965, o CTA tinha recebido Cr\$ 775.000,00 e estaria, em breve, recebendo mais Cr\$ 1.200.000,00, de acordo com comunicação feita por Carlos Leite Costa, procurador em Brasília. Esta verba, até a venda do CTA, não foi recebida, apesar de estar prevista no orçamento da União, conforme apresenta Freitas (1990).

Segundo registro da ata da reunião da Diretoria e do Conselho Fiscal, realizada em 20 de abril de 1966, a alegação para o não repasse de consignações no valor de Cr\$ 3.500.000,00 deveu-se ao fato de o Centro Nacional de Serviço Social ter negado o registro ao Centro de Treinamento Agrícola.

Somavam-se às dificuldades financeiras os aspectos administrativos, que não passavam por bons momentos. Tanto que na ata do dia 4 de julho de 1965, o presidente Leopoldo Morsch levou ao conhecimento dos presentes que o diretor do “Centro de Treinamento de Caí” estava disposto a dividir suas atividades entre o “Centro de Caí” e o de Santa Cruz do Sul.

Mas o que realmente definiu o futuro do CTA já havia sido sancionado em 31 de dezembro de 1964. Ou seja, a partir desta data passava a vigorar a Lei nº 4.595 (Lei Bancária), impondo inúmeras restrições às Cooperativas de Crédito.

As consequências das determinações da Lei 4.595/64 foram analisadas na reunião da Diretoria e do Conselho Fiscal em 12 de novembro de 1965, principalmente no que diz respeito a: novos associados; prazo de carência de 30 dias para receber empréstimos; proibição a diretores, conselheiros, fiscais e suplentes, bem como suas respectivas esposas e parentes de primeiro grau, de receber empréstimos e, de modo especial, o Artigo 35, que proibia a Caixa de possuir imóveis que não para uso próprio (Freitas, 1999, p. 221)

Em decorrência dos fatos, foi convocada Assembleia Geral Extraordinária para o dia 18 de outubro de 1966, com vistas a normatizar os procedimentos do CTA. Na Assembleia, foi apresentada a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, com destaque ao Artigo 35, sendo lida também a circular nº 30, de 29 de março de 1966, do Banco Central, item 3. Este regulamentava a venda de imóveis que não fossem de uso da instituição financeira, caso do Hotel Santa Cruz e do Centro de Treinamento Agrícola, além

de outros anexos à sede da Cooperativa.

Na sequência das negociações, o Santa Cruz Hotel foi vendido para Edgar Engelmann, pela importância de Cr\$ 44.000.000²⁰.

O Centro de Treinamento Agrícola estava em negociação com a Prefeitura, que acabou desistindo da compra por falta de verba orçamentária. Em 20 de junho de 1968, em reunião de Diretoria

e de Conselho Fiscal, foi apresentada a proposta do Hospital Santa Cruz, visando a aquisição do CTA por Ncr\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil cruzeiros novos), com uma entrada de Ncr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros novos) e Ncr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros novos) a cada sessenta dias. A proposta acabou sendo aceita pela instituição, conforme relatório de 1968:

“Em data de 22 de julho, escrituramos à Sociedade Literária São Francisco de Assis, mantenedora do Hospital Santa Cruz, o imóvel onde estava instalado o Centro de Treinamento Agrícola. A operação foi realizada pela importância de NCR\$ 65.000,00.

A autorização para a venda desse imóvel foi concedida à Diretoria em assembléia geral extraordinária de 18 de outubro de 1966.”

As inúmeras ações sociais

Em termos de ação social, a linha de atuação da Cooperativa Caixa União Popular Santa Cruz teve participação em praticamente todos os setores da comunidade.

A prática adotada foi a doação simples de numerário às mais variadas instituições, a concessão de empréstimos facilitados, tanto em vias e ao fim a que se destinavam; a aquisição de sementes e de implementos agrícolas para serem distribuídos entre agricultores, a doação de material didático às escolas particulares, a contribuição para aquisição de bens públicos e a colaboração financeira para dinamizar o setor cultural. Por exemplo, a contribuição de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros) às Irmãs Maria, em 1º de abril de 1947, por período de seis meses, visando auxiliar no trabalho realizado na Vila Operária em Santa Cruz do Sul.

A educação também foi outro setor para o qual as contribuições foram significativas, não só para educandários do município de Santa Cruz do Sul, mas igualmente de várias regiões do Estado. De modo semelhante, a formação de professores recebeu contribuições pecuniárias da Caixa.

A construção do estádio do Foot-Ball Club Santa Cruz e o ginásio de Esportes do Corinthians Sport Club tiveram participação financeira da Caixa União Popular Santa Cruz, assim como quermesses realizadas na comunidade.

Outro setor que contou com apoio foram o Asilo de Idosos de Santa Cruz, a Creche Casa da Criança, a Casa do Menor Abandonado, a Casa de Formação Loyola (Casa de Retiro), seminários de várias localidades do Estado, igrejas, arcebispos e ordens religiosas.

²⁰Relatório do ano de 1966

O meio rural foi contemplado em termos de ação social com a compra de sementes de batata holandesa, distribuídas gratuitamente aos agricultores; e a organização de reuniões nos vários distritos com a finalidade de dimensionar as reais necessidades do agricultor.

Outro tipo de ação social prestada pela Cooperativa foi no sentido de adquirir materiais e doá-los. Este tipo de atitude beneficiou mais escolas particulares, que receberam mapas do Brasil, do Rio Grande do Sul e do município, bandeiras do Brasil e demais materiais didáticos básicos para funcionamento.

Da mesma forma, foi adquirido um terreno, posteriormente doado ao Círculo Operário de Santa Cruz do Sul, para que fosse instalada uma fábrica de ossos. Assim, a cooperativa estava proporcionando possibilidades de gerar mais trabalho e mais alimento, contribuindo, ainda que de forma discreta, com a diminuição da marginalização do operário que, em grande parte, na época, era originário das zonas agrícolas do município (Freitas, 1990).

A ação social mais objetiva da Caixa União Popular Santa Cruz, como menciona Freitas, foi a liberação de empréstimo via Central de Caixas – a legislação em vigor e os Estatutos da Caixa proibiam empréstimos desta natureza – ao Liceu Comercial São Luiz, de Santa Cruz do Sul, no valor de um milhão de cruzeiros, para a construção do prédio; e ao Instituto Visconde de Mauá, também de Santa Cruz do Sul, o valor de quatrocentos mil cruzeiros, para igual finalidade. Contribuiu desta forma, dentro da natureza a que se

propôs a Caixa União Popular de Santa Cruz, para solidificar a formação plena de seus associados, através do fomento à estrutura nessa área, que hoje permanece sendo da mais alta importância no contexto cultural da região. Com isto, cumpria um dos pressupostos do Raiffeisen: a educação.

Na época, a cooperativa possuía representantes no interior do município para manter contato com a Caixa e com seus associados. A função era intensificar a ligação entre a cooperativa e seu público, bem como divulgar junto à comunidade as ações diversas da Caixa União Popular de Santa Cruz.

Para que esta interação fosse alcançada, eram marcadas reuniões das quais participavam os representantes, a Diretoria e o Conselho Fiscal. A Caixa União Popular tinha representantes em Rio Pardo, Rio Pardense, Ponte Rio Pardo, Sinimbu, Gramado Xavier, Sítio, General Osório, São Martinho, Monte Alverne, Ferraz, Dona Josefa, Linha Antão, Rio Thal e Linha Trombudo.

Em reunião de 29 de setembro de 1951, que contou com a participação da Diretoria, do Conselho Fiscal e de representantes das diversas localidades do interior, chegou-se à conclusão de que havia necessidade de contratar um inspetor para estar em permanente contato com a clientela, tanto depositantes quanto devedores, a fim de auxiliá-los²¹. Em reunião da Diretoria e do Conselho Fiscal do dia 9 de novembro de 1951, foi escolhido para o cargo de inspetor Pedro Alvino Junges, que atuava como professor da escola particular de São Martinho.

²¹*Livro de Atas da Caixa União Popular de Santa Cruz do Sul, período de 1945 a 1964*

Santa Cruz do Sul e as transformações na segunda metade do século XX

Na década de 1970, a população urbana de Santa Cruz do Sul ainda era menor quando comparada com a rural: 32.967 para 53.820, respectivamente. A situação, porém, foi se invertendo: na década de 1980, os valores se equilibraram, e metade da população ainda morava no meio rural. Mas em 1991 a população urbana já havia chegado a 78.955, enquanto a rural havia baixado para 38.818 habitantes, sendo que a cada década a diferença aumentava ainda mais. Não é

objetivo dessa obra aprofundar-se nestes dados. Porém, os utilizaremos como referência, para melhor contextualizar a segunda parte do trabalho, que trata da história mais recente da cooperativa e de sua eventual vinculação ao Sistema Sicredi, como é a situação atual.

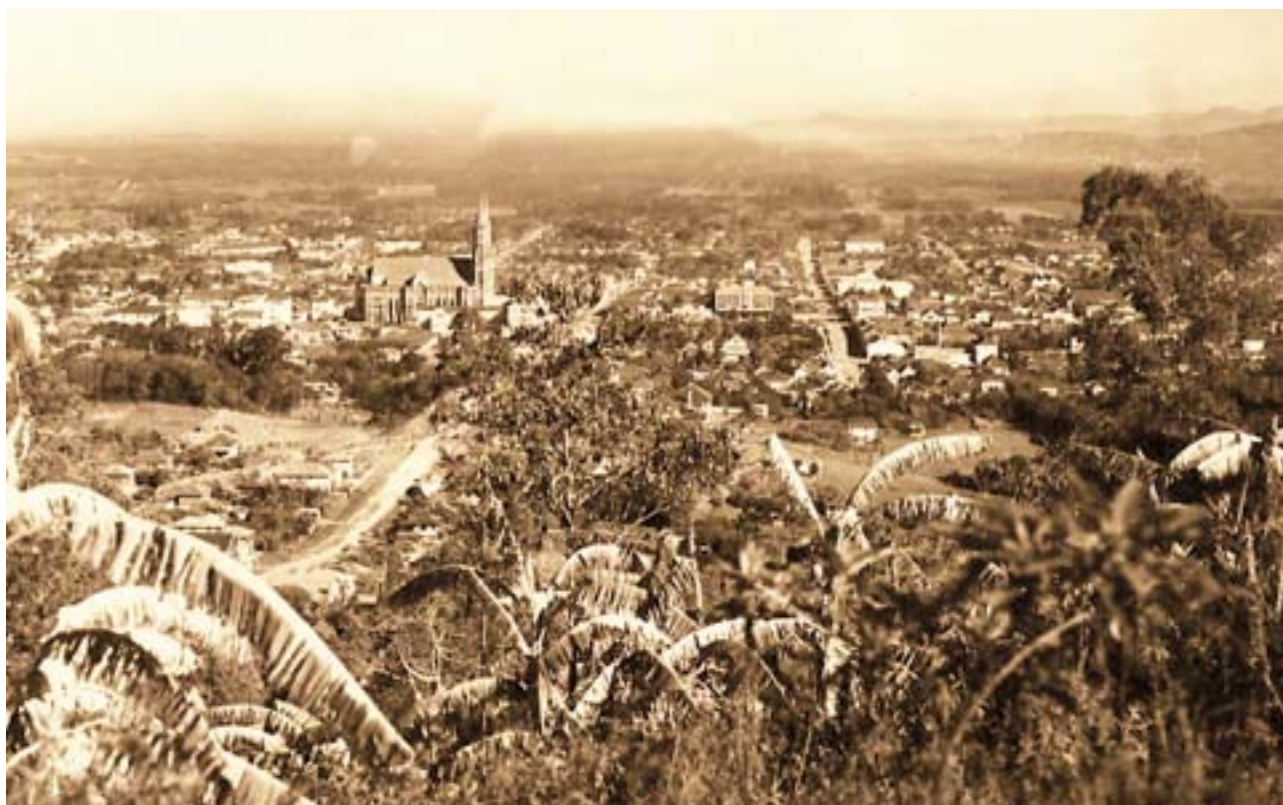
Para melhor visualizar as transformações por que Santa Cruz do Sul passou, foram reunidas, a seguir, fotos que mostram a evolução da área urbana do município, em especial do centro.

Vista parcial da cidade de Santa Cruz do Sul na década de 1940



Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul

A cidade na década de 1950



Fotos: Divulgação

Fonte: Cedoc/Unisc

Perspectiva do ano de 1967



Fonte: Cedoc/Unisc

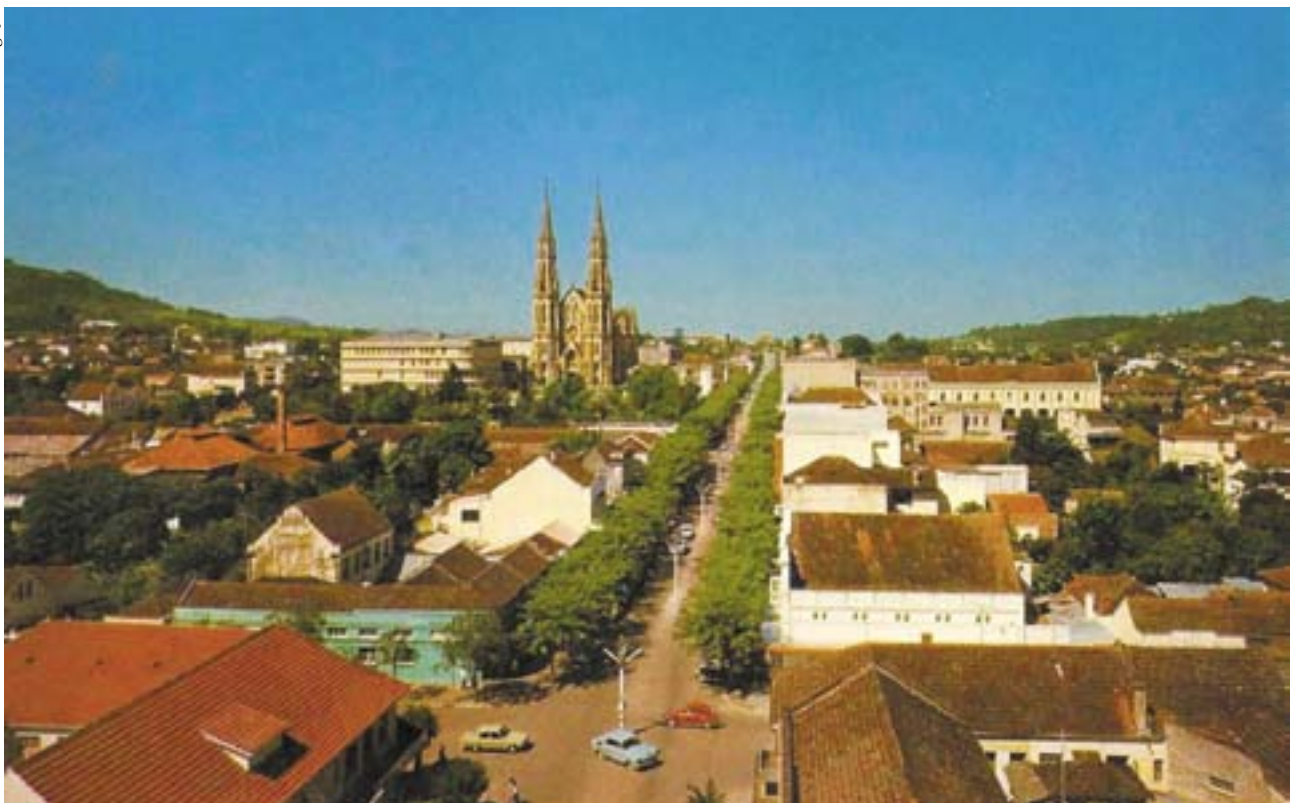
Outro ponto de vista, na década de 1970



Fonte: Cedoc/Unisc

Cartão-postal de Santa Cruz (de data desconhecida)

Fotos: Divulgação



Santa Cruz do Sul, por volta dos anos 2000



Fotos: Divulgação



Da reformulação do Sistema Financeiro, em 1964, à criação da Cocecrer-RS, em 1980

Reformulação do Sistema Financeiro (1964) e suas consequências

A reformulação do Sistema Financeiro Nacional ocorreu logo que o governo militar assumiu o comando do País. Com o objetivo de dotar o sistema financeiro de mecanismos capazes de sustentar o processo de industrialização, já em formação, e de evitar a inflação, foi lançado o Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg).

Ao mesmo tempo, o governo criou o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional e instituiu a Lei nº 4.595 de 1964, com funções normativas e reguladoras. Entre as restrições estava a impossibilidade de compensação de cheques, de formar centrais e filiais, e a taxa de juros que as cooperativas podiam trabalhar era inferior à das outras instituições financeiras. Aliada ao plano estava a Resolução nº 11, de 1965, do Conselho Monetário, que previa a extinção das atividades creditícias por sucursais, agências, filiais, departamentos, escritórios ou qualquer outra espécie ligada a cooperativas de crédito, segundo Pinheiro (2008).

As restrições legais impostas às cooperativas, conforme Freitas (1990), resultaram em processo conhecido como

autofagia das cooperativas de crédito. Estas, ao perderem espaço no mercado, passaram a consumir suas próprias reservas. Neste contexto, o patrimônio passou a ser o fator de sobrevivência. No decorrer das décadas de 1960 e de 1970, elas foram gradativamente ruindo, restando apenas 12 Caixas Rurais, das 67 que antes existiam.

Envolvida neste contexto histórico do cooperativismo brasileiro, a Caixa União Popular de Santa Cruz adaptou-se às restrições legais exigidas pelo Banco Central e pelo Conselho Monetário, criando novo regimento e fazendo modificações estatutárias. Em consequência das novas adaptações legais, a Cooperativa de Crédito União Popular de Santa Cruz liquidou alguns imóveis, como o Hotel Santa Cruz e o Centro de Treinamento. Nos itens a seguir apresenta-se o corpo diretivo da cooperativa durante este contexto da crise, que abalou todas as cooperativas de crédito do Brasil. A partir de atas, reuniu-se informações sobre como foi administrada a instituição, a fim de superar a situação crítica e conduzi-la ao desenvolvimento pleno.

Rua Ramiro Barcelos, com o prédio do Hotel Santa Cruz à direita



Divulgação

Fonte: Prefeitura de Santa Cruz do Sul

Obs.: A foto foi tirada em frente ao prédio onde atualmente se encontra estabelecido o jornal Gazeta do Sul. O prédio de três andares na esquina é o Hotel Santa Cruz, existente até hoje.

A Diretoria e o Conselho Fiscal no período

Diretoria da Sociedade Cooperativa Caixa Rural União Popular de Santa Cruz (1965-1979)

Gestão	Diretoria	Conselho Fiscal
1965-1968	Leopoldo Morsch (presidente) Olibio Helfer (gerente) Antônio Wilibaldo Eick (secretário)	Francisco Frantz, Orlando Paulo Schaefer, Felipe Jacobus (1965), Arthur G. Rauber, Harry A. Werner, Edvino J. Haeser (1966), Carlos Ernesto Kraeter, Olivio Xavier Lugnos, J. M. Melchiors (1967)

1968-1971	Leopoldo Morsch (presidente) Olibio Helfer (gerente) Antônio Wilibaldo Eick (secretário) Aloysio Nicolau Rech (presidente 07/68) Leopoldo Morsch (secretário 07/68) Rudolfo Pedro Etges (12/68) Leopoldo Morsch (gerente 1969)	Bruno Eugenio Mahl, Edmundo C. Goettert, Elemar Schuster (1968), Simão H. Campos, Ernani José Kipper, Orlando Paulo Schaefer (1969)
1971-1974	Aloysio Nicolau Rech (presidente) Leopoldo Morsch (gerente) Orlando Paulo Schefer (secretário)	Arnoldo Henrique Zimmer, Pedro Fonnies Hogetop, Clemente José Pristch (1971) , Arnoldo Henrique Zimmer, Patrick Francis Fairon, Helio Kothe (1972), José Alfredo Goettert, Theodoro Paulo Musskoff, Patrick Francis Fairon (1973)
1974-1976	Eloy Junges (presidente) Henrique Thomé (gerente) Aloisio Nicolau Rech (secretário) Orlando Paulo Schaeffer (09/74 gerente)	Lothar Wünsch Rodolpho, Felix Kipper, Edmundo Goettert (1974), Rodolpho Felix Kipper, Elemar Schuster, João Carlos Kolling, Valfredo Muller (1975)
1976-1979	Pedro Avelino Junges (presidente) Aloysio Nicolau Rech (gerente) Orlando Paulo Schaeffer (secretário)	João Carlos Kelling, Claudio Schmidt, João Astor Schwartz (1976), Antonio Manoel de Borba, Renato Rodolfo Melchiors, Fredolino Ricardo Waechter (1977), Dalvo Arnoldo Paulus, Hiltor Osmar Lersch, Fredolino Ricardo Waechter (1978)

Leopoldo Morsch (1961-1968)

Como previsto no Estatuto, **Leopoldo Morsch** assumiu o lugar de Bruno Agnes na presidência, quando do falecimento deste, cargo que ocupou por mais dois mandatos, até 1968. Morsch assumiu poucos anos antes do surgimento da Lei Bancária e da criação do Banco Central do Brasil, e teve a missão de coordenar a Caixa num momento de grande dificuldade.

Morsch era economista, e foi também presidente da Associação Pró-Ensino de Santa Cruz do Sul (Apesc) de 1973



a 1978, diretor da Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas (Faccosul), professor e coordenador técnico/administrativo. Na cooperativa, além da presidência, exerceu por muitos anos os cargos de secretário e gerente.

Em matéria publicada na *Gazeta do Sul* de 11 de novembro de 1952, quando ainda exercia o cargo de diretor-secretário (e, na sequência, de diretor-gerente), o acadêmico Patrick Francis Fairon prestou-lhe devida homenagem:

“Consta ainda a atual administração da Caixa Rural, com um nome de proa, da envergadura do Dr. LEOPOLDO MORSECH, em cuja personalidade se aliam o espírito pioneiro e a pertinácia da vontade esclarecida, e a sóbria capacidade do julgamento, haurida no amor da cultura e no trato, tantas vezes penoso, da realidade.” (Gazeta do Sul, 11 de novembro de 1952, ano 8, nº 90, p. 5)



Fotos: Divulgação

**Leopoldo Morsch, Norberto Schmidt
e Mário A. Assmann**

Fonte: Kipper, Neumann; p. 19²²

L. Morsch e
Alfredo Zimmer

Fonte: Kipper, Neumann, p. 21

Divulgação



Uma das características do período da presidência de Morsch, em especial a partir do Golpe de 64 (e de suas consequências), foi o declínio do Centro de Treinamento Agrícola: em 1961, o número de rapazes matriculados caiu para 16, e nos anos seguintes decresceu ainda mais, até sua eventual venda:

“A direção levou ao conhecimento dos presentes as dificuldades pelas quais está passando o C.T.A. neste ano, em virtude da falta de rapazes. Se perdurar tal estado de causas, deverá ser estudada a possibilidade de transformar o C.T.A. em ginásio agrícola ou em Instituto Técnico Rural, em convênio com outra entidade.” (22/07/1964)

Porém, o golpe mais forte viria a abalar a estrutura da cooperativa como um todo:

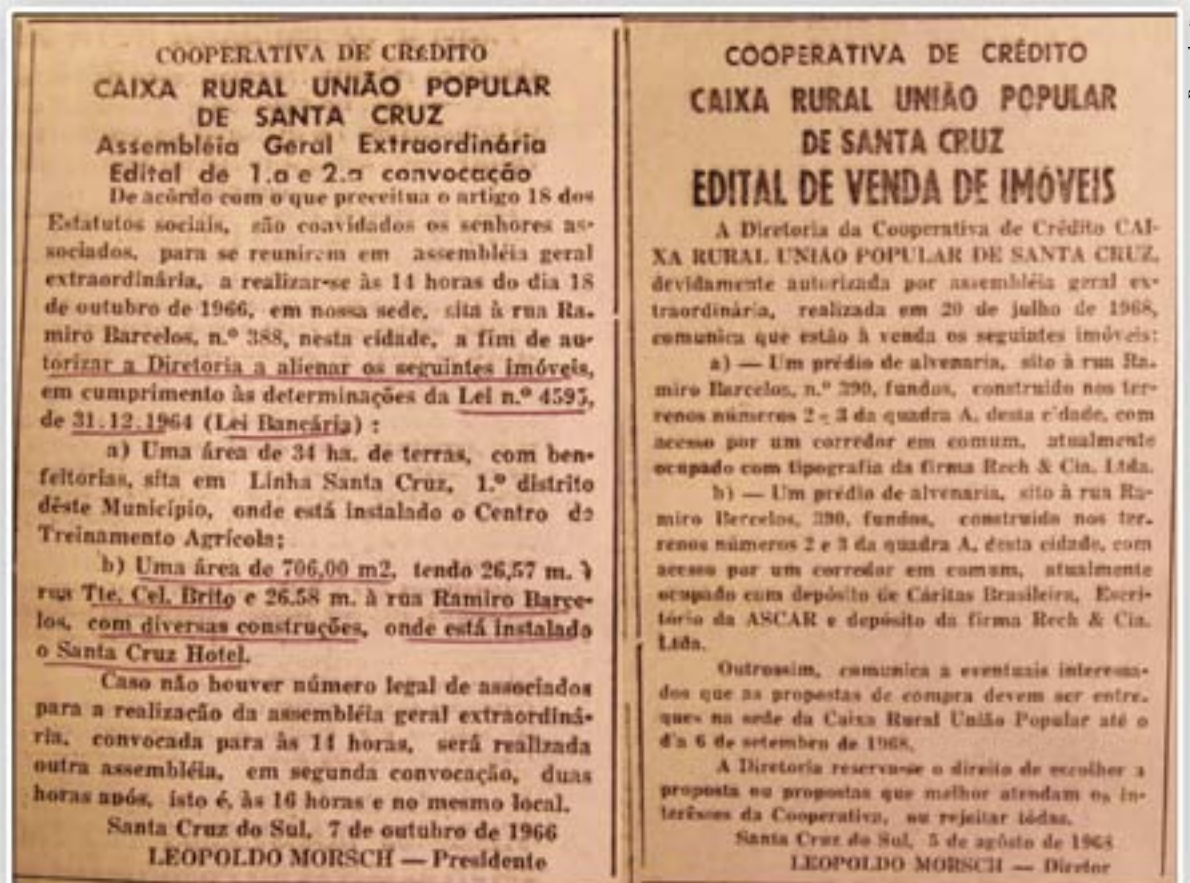
“O acontecimento marcante das atividades financeiras no ano recém findo foi a constituição e a entrada em operação do Banco Central da República. Criado pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, também conhecida como nova Lei Bancária, passou a atuar a partir de 31 de março de 1965. Compete ao Banco Central da República orientar, coordenar, controlar e determinar toda a política monetária do país.

As Cooperativas de Crédito, anteriormente vinculadas ao Ministério da Agricultura, passaram a integrar, desde então, o Sistema Financeiro Nacional, como, aliás, todas as demais instituições financeiras públicas e privadas.

Para o cumprimento das determinações legais da nova Lei Bancária, serão tomadas em conjunto, por intermédio de nossa Cooperativa Central em Porto Alegre, as medidas necessárias para orientação de todas as Caixas Rurais do Rio Grande do Sul. (...)” (Relatório do ano de 1965)

²²KIPPER, Maria; NEUMANN, Roque. APESC (recurso eletrônico): uma história de desafios e conquistas. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2012. www.unisc.br/edunisc

Outro resultado desse processo, como já citado, foi a venda de importantes imóveis que pertenciam à cooperativa, e que, inclusive, eram alugados a terceiros.



Reprodução

Fontes: *Gazeta do Sul*, 11 de outubro de 1966 e 7 de agosto de 1968, respectivamente.

“A Cooperativa de Crédito Caixa Rural União Popular de Santa Cruz desenvolveu durante o ano findo de 1966 uma atividade intensa na persecução dos objetivos que lhe são estatutariamente assinalados.

Na realidade, a conjuntura difícil que atravessa a economia nacional se reflete com intensidade no sistema financeiro-creditício. As rigorosas medidas anti-inflacionárias, postas em ação pelos condutores da política econômica brasileira, buscam uma solução de equilíbrio, nem sempre atingido, entre a expansão dos meios de pagamento e a recessão econômica.

Dentre as medidas legais adotadas pelas autoridades monetárias, no sentido da regulamentação do crédito cooperativo, algumas há que deixam levar em conta características regionais específicas, consagradas pelo uso e pela tradição. No entanto, pelos contatos havidos com os responsáveis por êsse setor, estamos em condições que afirmar que dentro de algum tempo será encontrada a solução satisfatória.” (Relatório do ano de 1966).

O imóvel do Centro de Treinamento Agrícola foi vendido à Sociedade Literária São Francisco de Assis, mantenedora do Hospital Santa Cruz. Já o Hotel Santa Cruz foi vendido a Edgar Engelmann.

A gestão de Leopoldo Morsch estendeu-se até sua renúncia, em 1969. Ele continuou, porém, a exercer cargos administrativos na cooperativa, mas deixou a presidência com Aloysio Nicolau Rech.

Início da construção das Faculdades



Fotos: Divulgação

À esquerda está o professor Leopoldo Morsch, enquanto presidente da Apesc. À sua direita, o prefeito Elemar Gruendling, e, ainda, à direita deste, o sr. Francisco J. Frantz, diretor da *Gazeta do Sul*, também membro da cooperativa. (Fonte: *Gazeta do Sul*)

Aloysio Nicolau Rech (1968-1974)

Filho de José Rech e Justina Kern Rech, e neto de imigrantes originários da região do Vale do Rio Mosel e do Hunsrück, na Alemanha, **Aloysio Nicolau Rech** nasceu a 6 de maio de 1902. De 1920 a 1925 prestou serviço militar no 7º Regimento de Infantaria de Santa Maria, Cia. de Metralhadoras, tendo sido combatente pelas forças legalistas na Revolução de 1924, cujo epicentro foi a cidade de São Paulo, com difusão das operações de guerra pelo interior de São Paulo, pelo oeste do Paraná (região de Foz do Iguaçu) e pelo Mato Grosso, em enfrentamentos com o que seria a histó-



rica Coluna Prestes. Promovido a cabo de Exército, conheceu pessoalmente o comandante encarregado das operações militares legalistas, e vulto da história do Brasil, o futuro Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Ferido em combate no *front* na região de Catanduvas (PR), foi removido de Foz do Iguaçu por via terrestre, pelas paragens e pelos sertões do então Estado do Paraná, para o Hospital Militar de Curitiba, seguindo-se a baixa do Exército.

Tornou-se, então, aprendiz de tipógrafo (“corneta”, “mandalete”) e ofi-

cial tipográfico na Gráfica da Livraria do Globo, em Porto Alegre. Isso implicava, além do trabalho especializado, na varredura e na faxina da oficina gráfica.

Casou-se com Anatólia da Luz, e de 1931 a 1954 foi tipógrafo e impressor na Tipografia Kuhn, em Santa Cruz, e tipógrafo bilíngue no jornal “Die Kolonie”, em língua alemã. A partir de 1946, tornou-se sócio-proprietário da Tipografia Rech & Azambuja, em Santa Cruz do Sul, que realizava a composição e a impressão do então semanário *Gazeta do Sul*.

Livraria e Tipografia Rech



Divulgação

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul

Só a partir de 1949 é que Rech associou-se à Cooperativa de Crédito “Caixa Rural União Popular”. Em 1955 ocorreu seu segundo casamento, com Maria Gehlen Rech, enfermeira no Hospital Santa Cruz. No mesmo ano, fundou a Gráfica Rech & Cia. Ltda.

De 1968 a 1973, atuou como presidente da cooperativa, na implementação da legislação do sistema financeiro nacional pós-64, com a popularização do crédito para pequenos produtores rurais, a consolidação das empresas multinacionais (“Big Tobacco”), época do

“milagre econômico”. Sempre em atividade laboral, faleceu em Santa Cruz do Sul, aos 92 anos, em 17 de maio de 1993.

Associado do F. C. Santa Cruz, chegou a “bater uma bolinha” por lá como atleta, pelos anos da I Guerra Mundial (1914-1918), segundo relato próprio. Também foi sócio do E. C. Corinthians,

da Sociedade Aliança e da Comunidade Católica do Centro, e contribuinte assíduo da Sociedade de Auxílio aos Necessitados (SAN) – Asilo dos Velhinhos – durante decênios. São filhos do segundo casamento (com Maria): João Gehlen Rech, Luiz Gehlen Rech e (adotiva) Ju-raide Teresinha Martens.²³

Eloy Junges (1974-1976)

Eloy Junges teve passagem rápida pela presidência da cooperativa. Era filho de Elsa Ana Assmann e de Pedro Avelino Junges, inspetor da Caixa, e assumiu num dos piores períodos da entidade, por falta de mais alguém que quisesse assumir tal responsabilidade. Como seu pai era funcionário, assumiu por um tempo, para possibilitá-lo de fazer cursos de formação e de administração, de modo a ter aptidão para dirigir a cooperativa em um momento tão difícil.



Eloy nasceu em 22 de janeiro de 1940, em Monte Alverne, distrito de Santa Cruz do Sul. Casou-se com Renate Bergel e teve dois filhos: Carlos Francisco Junges e Suzane Junges. Para piorar a situação, Olíbio Helfer, contador da cooperativa por 27 anos, adoeceu e ficou afastado, em busca de tratamento, até falecer a 10 de setembro de 1974. Outros membros da diretoria, como o gerente Leopoldo Morsch, também desligaram-se por motivos de saúde. Apesar disso, com dedicação, os dirigentes conseguiram manter a Caixa Rural aberta, mesmo com a grave crise por que passava. Contatos com outras cooperativas e a adesão de novos membros nos cargos da Diretoria trouxeram vitalidade à instituição, que, aos poucos, e no decorrer do mandato dos presidentes seguintes, foi se recuperando.

“(...) O presidente, sr. Eloy Junges, levou ao conhecimento dos presentes que em data de 4 de abril do corrente participou da assembléia geral ordinária da Cooperativa Agrícola Pe. Theodoro Amstadt Ltda., na qual teve a oportunidade de motivar os agricultores a se filiarem a cooperativas; e expor um plano de colaboração recíproca entre esta Cooperativa de Crédito Rural e a Cooperativa Agrícola P. T. Amstadt Ltda.

(...) O Diretor Gerente fez apelo aos presentes no sentido de se interessarem pelo progresso da Cooperativa, empenhando-se em conseguir novos associados, a fim de aumentar os recursos em dinheiro e garantir a máxima aplicação dos mesmos recursos.” (06/04/1974)

²³Dados fornecidos por Carlos Rech

“Eleição de Diretor Gerente: – participou o sr. Presidente que, em decorrência de consultar, visando conseguir um associado para ser eleito para este cargo, conseguiu despertar o interesse do associado, Sr. Orlando Schaeffer, funcionário, ou melhor dito membro integrante da Diretoria da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do R.G.S. e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul. Concluiu o Sr. Presidente que, tendo feito nesta manhã consulta pessoal ao senhor da Inspetoria de Bancos, do Banco Central do Brasil, Delegacia de P. Alegre, e eles nada apostando quanto às funções do candidato, propunha que o nome de Orlando Schaeffer seja o candidato desta Diretoria para a Ass. Geral Extraordinária, a ser eleito para Diretor Gerente. A sugestão foi aceita por todos.” (09/09/1974)

“Em seguida o senhor Presidente apresentou o senhor Valfredo Müller, funcionário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul, convidado especial para esta reunião. Disse o senhor Presidente que já entrara em contato com o senhor Valfredo há mais tempo, no sentido de ele aceitar o contrato de Gerente desta Cooperativa.” (07/02/1976)

“Para boa compreensão da matéria, o presidente explicou aos presentes que com a reformulação dos Estatutos a Cooperativa não era mais administrada por uma Diretoria, como anteriormente, mas sim por um Conselho de Administração, composto de cinco membros, dentre os quais eles mesmos escolhiam um Presidente, um Secretário e um Tesoureiro, além de três suplentes. A composição do Conselho Fiscal ficava a mesma de antes.

(...) Apurado o resultado da eleição, os membros do Conselho de Administração a uma sala em separado reuniram-se para determinar entre si os cargos, os quais ficaram assim distribuídos: Presidente: Pedro Avelino Junges, Secretário: Orlando Paulo Schaeffer, Tesoureiro: Aloysio Nicolau Rech.” (17/03/1976)²⁴

Possível incorporação da Cooperativa de Crédito Santa Cruz Ltda. (07/10/1969)

No contexto das restrições legais aplicadas pelo governo, por meio da Lei Bancária de 1964, a Caixa União Popular buscava alternativas para superar a situação. Em relatório referente ao ano de

1969, havia comunicado ser possível uma união, em forma de incorporação, com a Cooperativa de Crédito Santa Cruz Ltda. Isso, no entanto, foi denegado pelo Banco Central em data de 17.3.1970.

²⁴Todas as citações foram retiradas do Livro de Atas das Assembleias Gerais (1968-1975)

²⁵Ata da Assembleia Geral de 21/12/1971 (Livro de Atas das Assembleias Gerais 1968-1975)

²⁶Ata da Assembleia Geral de 26 de março de 1971 (Livro de Atas das Assembleias Gerais 1968-1975)

A Reforma Estatutária de 1970

O antigo estatuto vigorou até 17 de novembro de 1970, data em que a Assembleia Geral Extraordinária, em virtude das transformações da “Cooperativa de Crédito Caixa Rural União Popular de Santa Cruz” para “Cooperativa de Crédito Rural União Popular Ltda.”, passou a reger-se pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1966, pelo Decreto nº 60.597, de 19 de abril de 1967, normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.

As principais alterações aplicadas ao Estatuto, aprovado na Assembleia Geral

de 1970, foram: a) área de ação no município-sede e municípios limítrofes; b) emissão de quotas-partes de capital; c) manutenção do atual quadro social; d) novas admissões, como associados unicamente agricultores. Foram aprovadas pelo Banco Central em abril de 1971. Em consequência, a cooperativa iniciou o segundo semestre dentro da nova modalidade operacional, com a emissão de quotas-partes de capital, com resultado relativamente bem-sucedido. Obteve a adesão de 680 associados, com a aquisição, maior ou menor, de quotas de capital²⁵.

A filiação da cooperativa à Fecresul

Já em 26 de março de 1971, na Assembleia Geral, foi posta em debate a filiação desta Cooperativa à Federação das Cooperativas de Crédito Rural no Sul do País (Fecresul). Com a palavra do diretor-gerente, o mesmo explicou que em janeiro daquele ano fora fundada, na cidade de Nova Petrópolis, a referida federação, que se propunha criar na opinião pública nacional um clima favorável à expansão do movimento cooperativo de crédito rural e prestar às cooperativas filiadas serviços de ordem técnica.

Respondidas diversas perguntas de associados, o presidente pôs em votação, tendo a Diretoria sido autorizada a oportunamente encaminhar a filiação da cooperativa à Fecresul²⁶. O movimento cooperativista de crédito conseguiu um novo alento em 1971, quando foi insta-

lada, mesmo sem personalidade jurídica, novamente em Nova Petrópolis, essa organização, a Fecresul, para lutar pelo cooperativismo. Em 1980, foi fundada, finalmente, a “Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul” (Cocrecer/RS), com base nas nove cooperativas remanescentes.

O novo movimento se diferenciou da fase anterior pelo surgimento de algumas delas dentro das cooperativas de produção e de comercialização. Nesse processo, em 1992 foi adotada a sigla Sicredi, e em 1996 foi inaugurado o Banco Cooperativo Sicredi, primeiro banco cooperativo no País, constituído pelas 50 cooperativas de crédito, para administrar os recursos do sistema e dar acesso a produtos e serviços vedados às cooperativas.²⁷

²⁷ LAGEMANN, Eugenio. *A história do sistema financeiro no Rio Grande do Sul e no Uruguai dos primórdios até 1931: uma comparação*. In: *Historia Regional Comparada (Rio Grande do Sul, Uruguay e Provincias Argentinas de Córdoba, Santa Fé, Entre Rios, Corrientes e Misiones) – séculos XVIII, XIX e XX. Segunda Jornada de História Econômica*

Da constituição da Cocecrer-RS (1980) ao século XXI: Diretoria e Conselho Fiscal

Diretoria da Sociedade Cooperativa Caixa Rural União Popular de Santa Cruz (1979-2009)

Gestão	Diretoria	Conselho Fiscal
1979-1982	Pedro Avelino Junges (presidente) Aloysio Nicolau Rech (gerente) Orlando Paulo Schaeffer (secretário)	Mellior Rosso Carlos, Ernesto Kraether, Dalvo Arnaldo Paulos (1979), Erni Ernesto Schaack, Claudio Schmidt, Carlos Ernesto Kraether (1980), Erni Ernesto Schaack, Fredolino Ricardo Waechter, Isidoro Ervino Kist (1981)
1982-1983	Pedro Avelino Junges (presidente) Aloysio Nicolau Rech (gerente) Orlando Paulo Schaeffer (secretário)	Elstor Serafim Beckenkamp, Isidoro Ervino Kist, Hildor Osmar Lersch (1982)
1983-1987	Pedro Avelino Junges (presidente) Orlando Paulo Schaeffer (diretor-administrativo) Maurino Lauro Müller (diretor de crédito)	Elstor Serafim Beckenkamp, Carlos Ernesto Kraetler, Helio Cristmann (1983), Renato Mahl, Inacio Marx, Elstor Serafim Beckenkamp (1984), Adilio José Schuster, Silvio Schwengber, Bernardo Luiz Mahl (1985), Aduilo José Schuster, Roque Paulus, Guido Rene Bloedorn (1986)
1987-1990	Theodoro Paulo Musskopf (presidente) Elstor Serafim Beckenkamp (diretor-administrativo) Maurino Lauro Muller (diretor de crédito)	Guido Rene Bloendorn, Irineu Temp, Elpidio Alvino Frantz (1987), Liberio Irineu Temp, Ivo Heini Jaeger, Adalberto Fernando Baier (1988), Ivo Heini Jaeger, Dalvo Inacio Schmidt, Heitor José Schuch (1989)

1990-1993	Theodoro Paulo Musskopf (presidente) Elstor Serafim Beckenkamp (diretor administrativo) Rubem Raul Werner (diretor de crédito)	Heitor José Schuch, Paulo Henrique Sehn, Hary Eugenio Radtke (1990), Paulo Henrique Sehn, Flavio Luiz Hermes, Paulo Pedro Dupond (1991), Paulo Roberto Dupond, Heitor José Schuch, Vilson Antonio Hammes (1992)
1993-1996	Theodoro Paulo Musskopf (presidente) Roque Paulus (diretor administrativo) Gilmar Etges (diretor de crédito)	Vilson Antonio Hammes, Paulo Henrique Sehn, Rudi Mahe (1993), Vilson Antonio Hammes, Danilo Paulitsch, Ruben Adriano Schmidt (1994), Danilo Paulitsch, Mario Kuntz, Edmar Euclides Schmidt (1995)
1996-1999	Theodoro Paulo Musskopf (presidente) Roque Paulus (diretor-administrativo)	Blasio Auri Etges, Euclides Schmidt, Paulo Henrique Sehn (1996), Nilson Gorck, Blasio Auri Etges, Elio Alvisius Schneider (1997), Nilson Gorck, Paulo Henrique Sehn, Dorival Ruppental (1998)
1999-2002	Theodoro Paulo Musskopf (presidente) Roque Paulus (diretor-administrativo)	Paulo Henrique Sehn, Dalvo Inacio Schmidt, Elsidio Alvino Frantz (1999), Blasio Auri Etges, Edmar Euclides Schmidt, Paulo Henrique Sehn (2000), Armando Flesch, Blasio Auri Etges, Astor Pedro Rech (2001)

Pedro Avelino Junges (1976-1987)



Fotos: Divulgação

Pedro Avelino Junges nasceu em 14 de março de 1914, em Tupandi, São Benedito (RS), filho de Pedro Junges Sobrinho e Elsa Carlota Koch. Casou-se com Elsa Ana Assmann em 9 de setembro de 1937, em Monte Alverne. Tiveram 13 filhos, sendo que Eloy foi o segundo. Começou a trabalhar na Caixa União Popular em 1951, no cargo de inspetor, e em 1976 assumiu o cargo de presidente, no lugar do filho.

Faleceu em 12 de junho de 1997, aos 83 anos, em Santa Cruz do Sul. Quanto à sua atuação como presidente da cooperativa, exerceu três mandatos, na época da integração da Caixa à Cocecrer, tendo liderado a instituição em um momento igualmente marcante e muito desafiador para o desenvolvimento do cooperativismo de crédito no Vale do Rio Pardo.

Família Junges, com Pedro e a esposa no centro.

Acima, da esquerda para a direita: Nestor, Claudio, Eloy, Lauro, Mario, Tarcisio e Humberto. Abaixo: Jacinta, Anisia, Francisco, Elsa, Pedro, Alberto e Lucia.



As crianças da família Junges

Theodoro Paulo Musskopf (1987-2002)



Inor Assmann

Natural de São Pedro do Maratá, Montenegro (RS), **Theodoro Paulo Musskopf** nasceu no dia 25 de fevereiro de 1934. Cursou o primário no Instituto Concórdia, em Porto Alegre, e o 2º Grau Normal Rural. Casou-se com Ana Irmgard Tornquist, de Entre Rios, Vera Cruz (RS). Foi professor na escola paroquial em 1957 e 1958. A partir de 1959, entrou para o Ma-

gistério Público Estadual. Também deu aulas de religião, culto de leitura e organizou grupos de jovens nas comunidades de Esquina Gaúcha, Lageado Grande (Tuparendi), São José da Reserva e Entre Rios. Durante 11 anos, foi coordenador do Clube 4-S, formando jovens rurais para exercer a liderança.

A partir de 1987, foi o presidente da Cooperativa de Crédito Rural de Santa Cruz do Sul, contribuindo de forma ativa e criativa no desenvolvimento do Sistema Cooperativo de Crédito (Sicredi) na região e no Rio Grande do Sul. É um dos idealizadores do Programa **A União Faz a Vida**, projeto que leva o valor da cidadania e da cooperação às escolas.

Faleceu no dia 8 de junho de 2013, no Hospital Ana Nery. Mais adiante, neste livro, publica-se a última entrevista realizada em vida com Theodoro Musskopf.



Divulgação

A constituição da Cocecrer-RS

As restrições impostas pela Lei nº 4.595 agiram bruscamente sobre as Caixas Rurais no Rio Grande do Sul. Ao longo das décadas de 1960 e 1970, as cooperativas foram gradativamente se extinguindo, até que das 67 Caixas Rurais existentes no Rio Grande do Sul apenas 12 chegaram a 1980.

No final da década de 1970, as restantes uniram-se em prol de um movimento de reestruturação das cooperativas de crédito. Neste contexto, houve duas federações distintas no Estado, a Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul (Fecotrig) e a Fecresul, ambas com o mesmo objetivo.

A Fecotrig tinha como propósito construir uma estrutura privada para financiar o agronegócio. Na mesma época, conforme Legemann, o movimento cooperativista de crédito criou, em Nova Petrópolis, a Federação das Cooperativas de Crédito Rural do Sul do País (Fecresul), para lutar pelo cooperativismo. A Caixa União Popular de Santa Cruz passou a integrar essa federação em março de 1971, conforme ata da Assembleia Geral.

Em 1980 foi fundada a Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul (Cocecrer/RS), atual Central Sicredi Sul, com base nas cooperativas remanescentes. O novo movimento se diferenciou da fase anterior, como se pode ver, pelo surgimento de cooperativas de produção e comercialização. Na segunda ata da Cocecrer-RS, de 15 de janeiro

de 1982, 22 cooperativas somaram-se às nove existentes, totalizando 31 associadas. Quando o Banco Central aprovou os estatutos constitutivos, em 29 de maio de 1981, mais 30 novas cooperativas se associaram.²⁸

A filiação da Cooperativa de Crédito Rural União Popular de Santa Cruz ocorreu após a Assembleia Geral de 19 de março de 1982, quando o presidente Pedro Avelino Junges deliberou pela filiação desta cooperativa à Cooperativa Central de Crédito Rural do Rio Grande do Sul Ltda., passando assim a fazer parte do Sistema Integrado de Crédito Rural do Rio Grande do Sul, consolidando cada vez mais o cooperativismo de crédito no Estado.

Depois de o Banco Central ter aprovado os estatutos constitutivos da Cocecrer-RS, a Cooperativa de Crédito Rural União Popular Ltda., em 19 de novembro de 1983, procedeu à alteração dos seus estatutos para adaptá-los aos padrões do Sistema Integrado de Crédito Rural Cooperativo do Rio Grande do Sul (Sicredi), que, a partir deste momento, passava a Cooperativa de Crédito Rural de Santa Cruz do Sul Ltda. (**Credivarp**). O gerente da Coagrisol, Egidio Pederiva, falou do interesse da Cooperativa de Produção de Soledade, que possuía três postos, próximos à sede da Credivarp, em sua filiação e integração à Credivarp, promovendo assim o crescimento e o fortalecimento do cooperativismo e, consequentemente, do produtor rural.

²⁸Pesavento, Fabio. Retomada do crescimento: a força da união. Porto Alegre: Sicredi, 2010, p.15

Em 1988, o presidente Theodoro Paulo Musskopf salientou que a Credivarp possuía uma grande capacidade operacional e que a existência do cooperativismo de crédito no Brasil estava assegurada pela nova Constituição. Após a sua regulamentação pela nova legislação ordinária, a Credivarp faria a reforma estatutária, adaptando-se aos novos tempos do cooperativismo de crédito, voltado ao autofinanciamento, com redução de custos financeiros aos agricultores e associados.

O Novo Estatuto Social da Cooperativa de Crédito Rural de Santa Cruz do Sul Ltda. (Credivarp) foi aprovado em 15 de março de 1991, e a sigla “Credivarp” regeu-se pela legislação cooperativista e pela do Sistema Financeiro Nacional, e por estes Estatutos, tendo: a) sede, administração e foro jurídico em Santa Cruz do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul; b) área de ação limitada ao município-sede e aos seguintes municípios: Vera Cruz, Venâncio Aires, Rio Pardo, Candelária e Soledade; c) prazo de duração indeterminado; d) exercício social com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano.³⁰

Enquanto a Cooperativa de Crédito Rural de Santa Cruz do Sul aumentava a rede de associados, o mesmo ocorria em outras regiões do País. Em 1985 foi constituída a Cooperativa Central de Crédito do Paraná (Cocecrer/PR), e 1989 era formada a Cocecrer Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, atual Sicredi Brasil Central.

Em menos de uma década, o cooperativismo de crédito se recuperava dos abalos restritivos da política monetária brasileira. Em 1992, a marca Sicredi foi adotada em todas as cooperativas integradas do sistema, ao que o presidente Theodoro Musskopf falou em ata³¹ sobre o plano de trabalho e o novo visual do Sicredi, com a unificação das siglas e seu novo logotipo. Neste momento a cooperativa passava a ter visibilidade. Mesmo atuando junto à comunidade agrícola desde a sua criação, no final da década de 1990 ela é muito percebida pela sociedade urbana no Vale do Rio Pardo e nas demais regiões do Estado, conforme Kuntz.³²

Em 1995 ocorreu a Constituição do Banco Cooperativo Sicredi S.A., primeiro banco cooperativo privado brasileiro. Esta conquista teve seu ponto de partida na argumentação ao artigo 192 da Constituição, que garantia às cooperativas igualdade de tratamento em relação aos demais agentes financeiros. O primeiro avanço veio com a Resolução nº 1.914 do Conselho Monetário Nacional, de 11 de junho de 1992, que ampliava a autonomia das cooperativas de crédito, autorizando uma série de atividades e operações.

Esta é uma bandeira de muitos e muitos anos do cooperativismo de crédito brasileiro, em especial do Sicredi, tendo merecido, no momento certo, o justo reconhecimento por parte da autoridade normativa.

³⁰ Ata da Assembleia Geral de 15 de março de 1991 (Livro de Atas da Assembleia Geral)

³¹ Ata da Assembleia Geral de 12 de dezembro de 1993 (Livro de Atas da Assembleia Geral 1976-1995)

³² Relato de entrevista do ex-presidente Mário Kuntz, em anexo na sequência deste livro

A cooperativa no século XXI

Diretoria e Conselho Fiscal

Diretoria da Sicredi Vale do Rio Pardo 2002-2014

Gestão	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
2002-2005	Presidente Mario Kuntz Vice-presidente Elsídio Alvino Frantz	Conselho Fiscal Efetivo 2002 Alfeu Kuentzer Clóvis Matias Back Jair Schoeninger
	Conselheiros efetivos Almiro Ramm Arcênio Schwendler Danilo Paulitsch José Carlos Lago Paulo Ricardo Werner Waldemar Arlindo Tornquist	Conselho Fiscal Suplente 2002 Mauro Francisco Henkes Marli Dhiel Valdir Heinz Becker
	Conselheiros suplentes Edson Ivan Ziebell Gastão Carlos Waechter Harry Eugênio Radtke Osmar Ficht Nestor Buchle Inácio João Sehnem	Conselho Fiscal Efetivo 2003 Clóvis Matias Back Davi Leonhardt Jair Nietsche
		Conselho Fiscal Suplente 2003 Nilceu Grasel Elio Schneiders Ariosto Carlos Silbenschlag
		Conselho Fiscal Efetivo 2004 Jair Nietsche Alfeu Kuentzer Octávio José Schaefer
		Conselho Fiscal Suplente 2004 Nilton Francisco Limberger Gildor Wagner José Carvalho dos Santos

Gestão	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
2005-2008	Presidente Mario Kuntz Vice-presidente Elsídio Alvino Frantz Conselheiros efetivos Aldênio Bringmann Alfeu Kuentzer Jair Nietsche Flavio José Kist Milton Francisco Limberger José Carlos Lago Arcêncio Schwendler Almiro Ramm Conselheiros suplentes Eno Darzi Klein Paulo Jacob Backes Elton Roberto Hein Renato Francisco da Rosa Giordano Bruno Freire da Silveira Edson Ivan Ziebell Inácio João Sehnem Octávio José Schaefer	Conselho Fiscal Efetivo 2005 Clóvis Matias Back Adilor Adams Paulo Ricardo Werner Conselho Fiscal Suplente 2005 Gastão Carlos Waechter Danilo Inácio Hentschke Darci Romeu Braun Conselho Fiscal Efetivo 2006 Paulo Ricardo Werner Paulo Henrique Sehn Danilo Paulitsch Conselho Fiscal Suplente 2006 Darcísio Staub Dorival Ruppenthal Darci Romeu Braun Conselho Fiscal Efetivo 2007 Clóvis Matias Back Gastão Carlos Waechter Paulo Henrique Sehn Conselho Fiscal Suplente 2007 Mauro Francisco Henkes Dorival Ruppenthal Edi Luiz de Mello Lopes

Gestão	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
2008-2011	Presidente Mario Kuntz Vice-presidente Elsídio Alvino Frantz	Conselho Fiscal Efetivo 2008 Alfeu Kuentzer Arcênio Schwendler Gastão Carlos Waechter
	Conselheiros efetivos Aldenio Bringmann Almiro Ramm Paulo Ricardo Werner Octávio José Schaefer Paulo Jacob Backes José Carlos Lago Flávio José Kist Jair Nietsche Elton Roberto Hein Nilton Francisco Limberger	Conselho Fiscal Suplente 2008 Salete Wagner Renato Francisco da Rosa Dorival Ruppenthal
	Conselheiros suplentes Leandro Grassel Ernani Schneider Luiz Rohr Edi Luiz de Mello Lopes Celso André Kappenberg Edson Ivan Ziebell Inácio Mario Leifheit Roque Benildo Henn Valmir Francisco Lissa Dal Pra Nilda T. Correa da Silveira Persson	Conselho Fiscal Efetivo 2009 Alfeu Kuentzer Arcenio Schwendler Danilo Paulitsch
		Conselho Fiscal Suplente 2009 Jair Schoeninger Marcos Paulo Beise Airtton Romeu Mueller
		Conselho Fiscal Efetivo 2010-2013 Alfeu Kuentzer Jair Schoeninger Gastão Carlos Waechter
		Conselho Fiscal Suplente 2010-2013 Lauri José Schwendler Salete Wagner Pedro Carlos Thessing

Gestão	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL (2013-2016)
2011-2015	Presidente Heitor Álvaro Petry Vice-presidente Renato Goerck Conselheiros Titulares Geraldo Back Ornelio Sausen Silvani Janisse Frantz Marco Antônio dos Santos Lothário Pedro Geller Elemar Walker Leandro Grassel Aurélio Fernando Bastos Habekost André Francisco Eichelberger Conselheiros Suplentes João Waldemar Goerck Eroni Antônio Rosa Sérgio Luiz Reis Paulo Henrique Sehn Sérgio Luiz Pauli Vilmar Schneider da Silva Astor Ervino Breunig Ernani Edgar Kahmann Silvana Trarbach Pires	Conselheiros Titulares Pedro Carlos Thesing Salete Wagner Adilor Adams Conselheiros Suplentes Cristiano Antônio da Silva Krug Engelberto José Henn Liane Cristina da Silva Toillier

Mário Kuntz (2002-2011)

Mário Kuntz nasceu em 29 de março de 1960, filho de Elor e Lori Kuntz. Já trabalhou como ferreiro, e atualmente se dedica à agricultura e ao empresariado.

Casou-se com Ironi, com quem tem três filhos. É associado da cooperativa desde 1992. Exerceu o cargo de conselheiro por sete anos, até ser eleito presidente, em 2002, exercício que findou em 2011. Vive em Rio Pardo e é participante ativo da comunidade.

Entrevista mais ampla com Kuntz consta em seção posterior deste livro, e traz mais detalhes de sua vida e de sua atuação na cooperativa.



Divulgação

Heitor Álvaro Petry (2011-)



Lula Helfer

Presidente da Cooperativa Sicredi Vale do Rio Pardo desde 2011, **Heitor Álvaro Petry**, filho de Guido Emílio e Lilly Petry, nasceu em 2 de janeiro de 1961. É casado com Rosane Tornquist Petry, tem quatro filhos, formado em Estudos Sociais e pós-graduado em Gestão Pública, agropecuarista e administrador de empresa. Associado desde 1987. No setor bancário-

-financeiro, já atuou como economiário, inclusive gerente-adjunto, na Caixa Econômica Estadual, de 1982 a 1987, e gerente regional do Banco da Terra do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Vale do Rio Pardo, de 2000 a 2003.

Na área pública, além de secretário municipal em Sinimbu e assessor da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) em 2005-06, exerceu dois mandatos de vereador (1989 a 1996) e de prefeito (1997-2004) em Vera Cruz; foi presidente da Câmara local por duas vezes, da Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo (Amvarp), em 2002/03; e da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), em 2004/05 e vice-presidente da Afubra (2006-2011). Marca presença em diversas entidades sociais e culturais, destacando-se sua atuação à frente de organismos rurais. Identifica-se, desde moço, como produtor rural, residindo em Vila Progresso, Vera Cruz.

Sicredi Vale do Rio Pardo: um modelo nacional

Em 2003 foi aprovada a muito reivindicada Resolução nº 3.106/03, que permitiu a livre admissão de associados, autorizando as cooperativas a criarem (na forma de constituição ou migração de entidades já existentes) cooperativas de livre admissão de associados. Entre as vantagens da livre admissão estavam ganho de escala, ampliação das pessoas beneficiadas, redução do risco sazonal etc.

No mesmo ano foi realizada a reforma estatutária na qual a Cooperativa de Crédito Rural do Vale do Rio Pardo (Sicredi Vale do Rio Pardo), constituída, passou a designar-se Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Rio Pardo (Sicredi Vale do Rio Pardo), entidade cooperativa de responsabilidade limitada, sociedade livre sem fins lucrativos e não sujeita a falência, regida pela legislação cooperativista e, residualmente, compatível com a sua natureza associativa, do sistema financeiro nacional.

A permissão livre de associados causou modificação não somente nos estatutos, mas também na forma de administrar. Conforme o ex-presidente Kuntz, era então necessário atender às demandas e às necessidades do homem do campo e da cidade. Era fundamental aprimorar o corpo de colaboradores da cooperativa, oferecendo treinamentos. A logística na cooperativa foi modificada por tarefas afins para atender pessoas físicas e jurídicas.

Ainda de acordo com Kuntz, o número de associados da cooperativa aumentou significativamente e a Sicredi Vale do Rio Pardo logo aparecia como modelo nos primeiros anos. Isso resultou de muitas reuniões e de encontros com os associados e da qualificação dos colaboradores.

Fazer ações voltadas a incentivar o cooperativismo era necessário para cultivar o princípio do auxílio mútuo do sistema Raiffeisen, idealizado pelo precursor jesuíta padre Theodor Amstad, há um século.





Depoimentos

COLABORADORES COM MAIS TEMPO DE COOPERATIVA

Os 20 funcionários da Sicredi Vale do Rio Pardo com mais tempo de cooperativa oferecem na sequência depoimentos sobre suas trajetórias na instituição e sobre a importância de seu trabalho e do sistema cooperativo, respondendo basicamente às seguintes questões: desde quando integra o quadro de funcionários da Sicredi, que funções já ocupou e o que representa a cooperativa em sua vida?

Angela Maria de Borba

Ingressei na Cooperativa de Crédito Credivarp em novembro de **1985**. Desde lá, trabalhei em diversas áreas, como caixa, atendimento, administrativo, tesoureiro e na Controladoria. Atualmente, atuo na área da Recuperação de Crédito. Durante todo esse período (mais de 28 anos), a cooperativa se desenvolveu e cresceu muito, trazendo consigo grandes mudanças. Isso despertou a minha motivação, e tive a chance de mostrar a minha capacidade de superação e de adaptação aos novos desafios.

No início, éramos poucos colaboradores, no máximo cinco; as tarefas eram divididas entre todos, ou seja, todos sabiam fazer tudo. Apesar das dificuldades, pois todo o processo era manual, procurei sempre fazer o melhor possível, buscando o aprimoramento, sendo responsável nas ações desenvolvidas e nunca me sentindo acomodada. Pelo co-



nhecimento adquirido, por meio de diversos treinamentos realizados nas áreas técnicas e de gestão, em formação acadêmica e MBA, e também pelas experiências vividas, a Sicredi me oportunizou crescimento profissional, como reconhecimento pelo trabalho realizado. Sinto-me feliz e realizada por fazer parte da construção desta história de sucesso.

José Buboltz

Comecei minhas atividades na Sicredi em 8 de fevereiro de **1988**, na função de escriturário e caixa. Após algum tempo, assumi as atividades de operador de CPD (Centro de Processamento de Dados) e TI (Tecnologia da Informação), crédito, contabilidade, seguros; enfim, todos os produtos e serviços, estando sempre ligado ao atendimento do associado.

Depois de alguns anos, a cooperativa começou a se expandir, abrindo Unidades de Atendimento em outros municípios, como Venâncio Aires, Vera Cruz, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Sinimbu e Herveiras, onde assumi a função de gerente durante um período, sempre alternando com as funções administrativas. Em novembro de 2003, com a abertura da Unidade de Atendimento em Monte Alverne, fui promovido a gerente de UA, tendo posteriormente também sob minha responsabilidade o Posto de Atendimento de Alto Paredão. Após nove anos como gerente de Unidade, passei a atuar na Superintendência Regional como analista de Recuperação de Crédito, cargo que ocupo atualmente.

Durante os 26 anos de atuação como



Lula Helfer

colaborador e associado da Sicredi Vale do Rio Pardo, passei por grandes e rápidas mudanças, assim como por dificuldades e superações. Acima de tudo, é um privilégio estar neste Sistema, onde somos colaboradores e, ao mesmo tempo, donos do negócio. Nós, associados, dirigentes e colaboradores, conseguimos, juntos, construir a imagem da cooperativa na região e podemos nos orgulhar por sermos uma instituição sólida e respeitada, o que me faz acreditar que as cooperativas são a melhor opção, não só em crédito, mas em todos os segmentos.

Vanderlei Airton Jaeger



Luiza Helfer

Fui admitido em 17 de maio de 1988 no cargo de Escriturário. Na época, éramos três colaboradores. Todos faziam um pouco de tudo, desde o serviço de caixa, atendimento aos associados, cálculos e lançamentos da atualização monetária dos empréstimos. Atualizávamos diariamente a movimentação da conta corrente e as aplicações financeiras dos associados de forma manual em anotações nos relatórios que recebíamos via malote e também a escrita contábil, que era lançada em fichas razão transcritas em livro diário numa máquina de datilografia apropriada ao serviço. Logo em seguida, com o crescimento da cooperativa e pela necessidade de adequação ao mercado, houve necessidade de modernização: adquiriu-se então o primeiro computador, que teve custo equivalente ao valor de carro popular da época (Fusca).

Diariamente, em dupla ou em trio, levávamos o numerário excedente ao Banco do Brasil para ser creditado na conta da Cooperativa junto ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), extinto pelo governo Collor de Melo. Até então, o BNCC era responsável pela intermediação dos negócios e dos serviços entre

as cooperativas e o mercado financeiro, o que passou a ser feito pelo Banco do Brasil. Durante esta transição, íamos de banco em banco recolhendo os cheques e fazendo uma compensação manual para que nossos associados não tivessem prejuízos.

Se no início tínhamos de ser generalistas, em janeiro de 1996 houve reestruturação interna, segregando funções, onde a minha principal passou a ser o atendimento aos futuros associados em diversos serviços. O começo de minhas atividades aconteceu na Unidade de Atendimento situada na Rua Ramiro Barcelos, em Santa Cruz do Sul. Com a inauguração de novas unidades na região, alternava meu trabalho nestes locais. Ao longo da minha trajetória, exerci as funções de escriturário, encarregado de Serviços, de Crédito, de Atendimento, gerente de Negócios e atualmente sou gerente da Unidade de Atendimento Santa Cruz Afubra, desde 2008, depois de ter assumido em 2004 a Unidade de Sinimbu.

Neste período, tive possibilidade de agregar conhecimento por meio de diversos cursos e treinamentos proporcionados a nós, colaboradores, assim como também pude dar andamento e concluir minha graduação universitária, entre outros avanços. Mas a principal contribuição para meu crescimento, tanto pessoal como profissional, foram as pessoas com as quais pude e posso interagir, desde superiores, professores, colaboradores e associados. Ser colaborador da Sicredi possibilita-me diariamente por em prática os valores, o conhecimento e a experiência adquiridos ao longo do tempo.

Sandra Helena Sehnem Limberger

Estou na Sicredi desde 25 de janeiro de **1993**. Comecei na Abertura de Contas, passei por Caixa, Atendimento, Tesouraria, encarregada de Atendimento, e atualmente sou gerente administrativo financeiro na Unidade de Atendimento Santa Cruz do Sul-Centro.

A cooperativa de crédito, hoje Sicredi, representa toda minha formação profissional. Tive experiências anteriores breves; porém, o aprendizado e o desenvolvimento se deram aqui. Assim também meu desenvolvimento pessoal, uma vez que ao longo desses 21 anos convivi com muitas pessoas diferentes, colegas, associados, gestores, sistemas e formas de trabalhar, que foram se modificando e aperfeiçoando ao longo deste tempo, e a evolução não para.

Tenho a certeza de que o balanço desse tempo na Sicredi foi muito positi-



Fotos: Lúia Helfer

vo, pois sempre gostei de pessoas e me adaptei bem às mudanças que ocorreram. Estas, no meu entendimento, foram implantadas sempre objetivando melhores resultados, tanto economicamente quanto na integração do quadro social e funcional da cooperativa.

Marcilei Gehrke Thesing

Um sonho pessoal começou a se tornar realidade a partir de 4 de dezembro de **1995**, quando iniciei minha caminhada na Sicredi. Desde aquela data, minha trajetória foi marcada por superações, desafios diários, flexibilidade perante mudanças contínuas, mas, principalmente, por conquistas e realizações.

Iniciei na Unidade Santa Cruz do Sul (Centro), com a função de caixa. Após, atuei na área como tesoureira. Em janeiro de 2001 passei para função de atendente, em julho de 2003 para encarregada de atendimento, em março de 2010 a coordenadora administrativa financeira e, a partir de novembro de 2011, gerente administrativa financeira. Neste período, também trabalhei na Unidade Vera Cruz e, atualmente, na Unidade do Arroio Grande.

Dentro da cooperativa, adquiri e confirmei valores, ética e conduta profissional, concretizei sonhos pessoais e estabilidade



financeira. Todos os dias, nestes 18 anos, foi necessária a busca de conhecimento e a atualização contínua, e isso é desafiador e contagiante. Hoje, é gratificante pensar que participei da construção desta cooperativa e que eu e minha família fazemos parte disso. Este ambiente familiar torna a Unidade do Arroio Grande minha segunda família.

Elton Luís Sehn

Estou no quadro de funcionários da cooperativa desde 16 de setembro de 1996, quando fui contratado para ser colaborador da Unidade de Venâncio Aires, que abria em novembro daquele ano. Ali passei pelas funções de caixa até 1999, atendimento até 2001, encarregado de atendimento até 2005 e gerente de UA até o momento. Nesse meio tempo, também trabalhei na UA Centro de Venâncio Aires, em Passo do Sobrado por duas oportunidades; Rio Pardo, General Câmara e Santa Cruz do Sul.

Fazer parte da equipe de colaboradores oportunizou-me um enorme crescimento pessoal e profissional. Quando comecei na Sicredi, meu grau de instrução era de ensino médio e trabalhava no plantio de fumo com minha família. Após, fiz graduação na Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc) em Ciências Contábeis, duas pós-graduações, uma em Gestão Empresarial e outra em Cooperativismo de Crédito, e diversos cursos internos que a Sicredi proporciona aos seus colaboradores.

Tenho consciência de que a Sicredi faz parte da minha vida, pelas conquistas pessoais e profissionais e na aquisição dos bens materiais, que geram meu



Lula Helfer

conforto e o da minha família. Gosto muito de trabalhar na instituição, pelo meu perfil de precisar sempre estar em contato com pessoas, pela amizade com colegas e associados, também pelo desafio que cada novo dia impõe, além da intensidade e da dinâmica das informações que recebo.

O momento é propício para agradecer à empresa, pelo meu crescimento e pela valorização dentro do sistema. Sinto orgulho de fazer parte da família Sicredi Vale do Rio Pardo nestes quase 18 anos, onde, junto com os colegas, consegui contribuir para o crescimento de uma instituição forte, e espero fazer parte por mais tempo, com o mesmo empenho e com a mesma finalidade.

Márcio José Algayer

Iniciei atividades na cooperativa em 16 de fevereiro de **1998**, com a função de caixa na Unidade de Venâncio Aires, passando algum tempo depois para o Setor de Atendimento a Associados. Nesta época, ainda não havia distinção de setor de pessoa física ou jurídica.

Em julho de 2002, fui convidado a trabalhar na então URDC (Unidade Regional de Desenvolvimento e Controles), hoje chamada Sureg (Superintendência Regional) como auxiliar administrativo responsável pelo Setor de Informática e auxiliando no Setor de Crédito da Cooperativa. Em 2005, assumi a função de Assessor de Produtos e Serviços, especificamente na área de Crédito. Em outubro de 2009 fui convidado a ocupar o cargo de gerente regional, que em junho de 2010 passou a se denominar superintendente regional, cargo que ocupo até hoje.

Minha base e minha vida profissionais deram-se por meio da cooperativa, acompanhei seu maior período de expansão e, junto com ela, desenvolvi-me em minha área de atuação. Agradeço pela oportunidade que tive de conviver com grandes profissionais e mestres, que me proporcionaram crescimento e amadurecimento. A Sicredi tem sido, ao



Lula Helfer

longo destes 16 anos de trabalho e de trajetória como colaborador, mais que uma simples atividade profissional. Foi e continua sendo uma escola, que, de forma cooperativa e na vivência com colegas e associados, me oferece uma proposta diferenciada de convivência por meio de valores e princípios cooperativos.

Sinto hoje a responsabilidade de manter este empreendimento que completa 95 anos de história construído a muitas mãos, deixando para as próximas gerações e os futuros dirigentes uma cooperativa sólida e perene, alicerçada nos valores preservados ao longo de toda a sua caminhada, mantendo um bom desempenho e auxiliando a quem é sua razão de existir, os associados.

Cristiane Beatriz Wittke Kroth

Estou no quadro de colaboradores da Sicredi desde 14 de junho de 1999. Iniciei minhas atividades como caixa em Santa Cruz do Sul, na Unidade de Atendimento do Centro. Atualmente, estou na função de assistente de negócios na Unidade de Atendimento Venâncio Aires – STR.

A Sicredi para mim é a minha segunda família, é o local onde me sinto bem, gosto de atender pessoas com muito profissionalismo e respeito. Acho que é uma instituição muito respeitada, que está cada vez mais crescendo, fazendo parte de nossas vidas.

Estes 15 anos de atividades na cooperativa refletem a motivação do meu trabalho. Procuro cada vez mais atender melhor o associado e estou sempre em busca de mais conhecimento, fazendo mais uma faculdade. Em 2002, me for-



Fotos: Lula Helfer

mei na Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc) no curso de Matemática e Física licenciatura, e agora curso Ciências Contábeis na Faculdade Dom Alberto.

Pretendo continuar mais e mais anos fazendo parte desta cooperativa, que cresce, gera resultados e melhora a qualidade de vida de todos nós.

Juliana Andres Bencke

Minha trajetória na cooperativa começou em 2 de janeiro de 2000, na Unidade de Atendimento Venâncio Aires Centro, iniciando como caixa, depois como atendente, e em seguida como encarregada de atendimento.

Em março de 2006, fui convidada para trabalhar por um período na Unidade de Atendimento Santa Cruz do Sul Centro, retornando após à UA Venâncio Aires Centro, na mesma função. Com o projeto de reestruturação PRPO, fui promovida ao cargo de gerente administrativo financeiro em 2008.

Nestes 14 anos, a cooperativa evoluiu muito, oportunizando-me crescimento profissional e pessoal em prol de objetivos comuns. Trabalhar na Sicredi



é muito gratificante, pelo fato de a instituição investir no desenvolvimento do nosso conhecimento e reconhecer a dedicação do nosso trabalho.

Lairton Willms

Estou na Sicredi desde o dia 14 de junho de **1999**. Iniciei na função de caixa, logo depois atendente (Assistente de Negócios) e encarregado de atendimento, alternando entre as cidades de Vera Cruz e Santa Cruz do Sul. Em novembro de 2002, recebi a oportunidade de assumir a gerência da Unidade de Atendimento de Passo do Sobrado, onde eu e os meus colegas crescemos como pessoas e profissionais, desenvolvendo o cooperativismo e a comunidade local. Em novembro de 2010, assumi a Unidade de Atendimento Arroio Grande, em Santa Cruz do Sul.

Quando eu era pré-adolescente, entre 10 e 12 anos, o meu avô Luís, talvez por eu ser o seu neto mais velho, me perguntava o que queria ser quando crescesse. Sem hesitar, dizia: “quero trabalhar num banco”. Com 14 anos, comecei a trabalhar, e com 24 iniciei na Sicredi, realizando um desejo de infância. Tinha então pouco conhecimento de cooperativismo, o que logo



Fotos: Lula Helfer

o presidente Theodoro Paulo Musskopf tratou de modificar. Com o entendimento dos princípios e dos valores do sistema, que passam de geração a geração, assim como nas famílias tradicionais, e sendo a cooperativa uma organização de pessoas para as pessoas, logo ocorreu uma identificação, motivo pelo qual virei entusiasta do cooperativismo, e tenho a grande satisfação de fazer parte desta linda história.

Cristian Henrique Haas

Minha história na Sicredi iniciou-se em 23 de outubro de **2000**, quando entrei na cooperativa como estagiário. Naquela época, estava cursando Administração de Empresas pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). Após seis anos, fui efetivado na função de auxiliar de controladoria e, depois de alguns anos de serviço, passei pelos cargos de assistente administrativo, assessor de produtos e serviços e também como inspetor de controle interno. Atualmente, exerço a função de analista de crédito na Superintendência Regional.

Para mim, a cooperativa representa uma conquista pessoal e profissional, que incentiva a todo o momento o meu aperfeiçoamento, proporcionando treinamentos, cursos, palestras e encontros para incentivar



o bom relacionamento. Tenho uma enorme satisfação em fazer parte há praticamente 14 anos desta organização, que cresce a cada dia e oferece a todos um ambiente prazeroso e familiar para se trabalhar.

Rodrigo Miguel Harz

Entrei na Sicredi em 16 de outubro de 2000, quando o prédio da sede em Santa Cruz do Sul estava em reformas e a cooperativa funcionava provisoriamente na Galeria São Luís. Fui contratado para trabalhar como atendente na UA de Vera Cruz, onde atuei por dois anos. Iniciei no Caixa e depois fui para o Atendimento. Primeiramente, ia de carona ao local, e depois de ônibus. No final de 2002, diante de minha formação em Ciências Contábeis e do registro como Contador, fui convidado para atuar na sede regional e assinar como contador responsável pela cooperativa.

A primeira atividade que passei a realizar foi o processamento dos sistemas, na época em *off-line*, que diariamente precisavam ser importados pela manhã e exportados à tarde para a Central em Porto Alegre. Iniciava minha jornada às 6 horas da manhã, onde recebia os arquivos da central, importava para a nossa base e gerava individualmente para as UAs, que precisavam vir diariamente buscar os disquetes com as bases dos sistemas para poderem trabalhar. Durante o dia, fazia conciliação bancária e contábil e concluía jornada total de 12 horas.

Em 2004, passamos por uma grande reformulação, quando a Sicredi implantou o sistema *on-line* e o serviço de processamento passou a ser automatizado e realizado pela Central. Nesta época, passei a atuar também com o novo sistema de folha de pagamento e o processo de recrutamento e seleção. Depois, fiquei mais exclusivamente na área adminis-



Lula Helfer

trativa/contábil. Em 2010, participei da implantação do sistema SAP, de contabilidade, patrimonial e contas a pagar, que gerou outra grande mudança no trabalho. Atualmente, atuou como assessor de controles internos, com equipe de três colaboradores, que auxiliam nas diversas atividades.

Para mim, a Sicredi é mais do que a empresa onde trabalho. É a minha segunda casa e a segunda família, onde todos fazem parte da minha história de vida, e colhemos muitas alegrias e realizações. Tudo o que possuo hoje devo à Sicredi, e sou muito grato por isso; estou muito feliz e realizado em fazer parte de uma cooperativa que valoriza seus colaboradores e associados. Vejo, acompanho e participo do crescimento da Sicredi na nossa região e no País, e é gratificante fazer parte desse crescimento e dessa história, contribuindo para que os associados tenham sempre as melhores soluções financeiras e priorizando relações mais humanas do que simplesmente comerciais.

Eunice Kasper Hettwer

Iniciei minhas atividades na Sicredi em 16 de outubro de 2000; portanto, completo 14 anos na instituição. Na época, estava me formando no Curso de Administração e procurava uma nova oportunidade no mercado de trabalho. Fiquei sabendo do processo seletivo por uma colega de faculdade. Fui até a Unidade da Ramiro Barcelos preencher uma ficha e logo após fui chamada a participar da seleção. Quando recebi o retorno positivo, fiquei muito feliz. A vaga era para o cargo de caixa na Unidade de Sinimbu. Fiquei lá durante alguns meses, quando fui convidada a vir para a UP (Unidade de Processamento) em Santa Cruz do Sul, hoje Superintendência Regional.

Desde então, estou atuando na Superintendência, onde iniciei como auxiliar administrativo, passei a assistente administrativo e, atualmente, sou assessora administrativa, diretamente na área de Gestão de Pessoas. Dentro da Superintendência, tive a oportunidade de conhecer e atuar em diversas áreas, como Compensação, Convênios (pagamento de fumo), Contabilidade e Gestão de Pessoas.



Para mim, é muito gratificante ter participado de todo o crescimento que a cooperativa teve ao longo dos anos. Foram muitos os momentos de conquistas e alegrias, mas também de aflições, medos e angústias. Felizmente, elas se traduzem hoje em um crescimento sustentável de uma organização com pessoas que acreditam numa causa maior, que é “Ser Cooperativa”.

Devo à muito à cooperativa, pois tudo o que conquistei até hoje, inclusive meu jeito de ser, se reflete no que vivemos dentro da instituição. Somos únicos e especiais por fazermos parte desta organização.

Iro Beise

Após trabalhar durante 23 anos em uma instituição financeira privada, uma nova etapa na minha vida profissional se iniciava: a oportunidade de atuar em uma cooperativa de crédito. No dia 23 de outubro de 2000, fui contratado pela Sicredi Vale do Rio Pardo para gerenciar a Unidade de Atendimento Santa Cruz do Sul Centro. Após dois anos, fui transferido e tive a oportunidade de gerenciar a Unidade de Atendimento de Vera Cruz, durante quatro anos.

Retornei à cidade de Santa Cruz do Sul para a gerência da Unidade de Atendimento Santa Cruz-Afubra, onde atuei até 2011, quando me desliguei da cooperativa. Ausente durante um ano, em 2012 fui convidado a retornar para a Sicredi, assumindo o cargo de gerente de Negócios Pessoa Jurídica da Unidade de Sinimbu, onde estou até hoje.

O período de 13 anos dentro da Sicredi representa uma grande conquista, pessoal,



Fotos: Lula Helfer

profissional e social. Trabalhar de forma cooperada e em conjunto com a comunidade, onde todos são donos do negócio e compartilham os resultados sociais e financeiros com o objetivo de crescer em conjunto é muito satisfatório. Em cada sorriso no rosto e no aperto de mão de nossos associados, sei que sou reconhecido pelo esforço em bem atender aos anseios do povo do Vale do Rio Pardo.

Tiago Bastos Martins

Estou na equipe de colaboradores da Sicredi Vale do Rio Pardo desde julho de 2001, ano em que foi inaugurada a Unidade do Município de Rio Pardo. Comecei como estagiário, e em janeiro de 2002 passei a integrar o quadro de colaboradores efetivos da cooperativa como atendente; um ano depois, passei para a função de encarregado de atendimento e, posteriormente, à função de gerente de Unidade, sempre na Unidade Rio Pardo.

A Sicredi é uma empresa que valoriza os seus colaboradores e associados, que apoia, incentiva o aprendizado e estimula o crescimento das pessoas. Sou muito realizado profissionalmente com o meu trabalho, sinto-me incentivado constantemente por ser colaborador e também um associado, um dos donos do negócio. So-



mos todos responsáveis pela sustentabilidade da Sicredi, devemos sempre resgatar o espírito da cooperação entre os indivíduos, para o crescimento e para a perpetuação da Sicredi para uso por nossos filhos, netos e bisnetos.

Igor Alexandre Stertz

Faço parte da Cooperativa Sicredi Vale do Rio Pardo desde outubro de **2001**, iniciando na função de caixa na Unidade de Atendimento Vera Cruz. Após passar por outras funções, assumi a gerência da Unidade em março de 2006. Desempenhei esta função até o mês de abril de 2011, quando passei a atuar como assessor da área de Desenvolvimento na Superintendência Regional da Cooperativa em Santa Cruz do Sul.

Durante este período, tivemos muitas mudanças e passamos por profundas alterações no Sistema Sicredi e na Cooperativa, que contribuíram na minha formação e no meu amadurecimento como profissional. A motivação para que eu possa a cada dia procurar desempenhar melhor



Fotos: Lúlia Helfer

minha função está no desafio proposto pela missão do Sicredi e nas experiências que o convívio diário com colegas e cooperados me proporciona.

Mara Ines Frey

Sou colaboradora da cooperativa desde **15 de julho de 2002**. Iniciei minhas atividades na UA de Venâncio Aires-Centro como estagiária, passando pelas funções de caixa, atendente, encarregada de atendimento e gerente de Negócios Pessoas Jurídica. Em dezembro de 2010, fui convidada a assumir a gestão da Unidade de Atendimento de Passo do Sobrado, onde atuo até a presente data, como gerente de Unidade.

Neste período, muitas coisas mudaram, principalmente no que diz respeito à tecnologia. Quando do meu ingresso na Sicredi, o sistema não era integrado *on-line* com outras cooperativas, tudo se processava à noite. Hoje não, todas transações são eletrônicas e em tempo real. A gama de produtos e de serviços aumentou e melhorou para atendermos com mais qualidade às necessidades de nossos associados.

Como colaboradora, posso afirmar



que somos valorizados dentro desta instituição, tanto com benefícios como em oportunidades. Trabalhar nesta cooperativa de crédito significa muito na minha vida, pois é nesta instituição que estou realizando grande parte dos meus sonhos profissionais e pessoais. Adquiri muita experiência, conheci muitas pessoas e dividi conquistas com colegas, que se tornaram grandes amigos.

Anabel Wegner Sins

A Sicredi faz parte da minha vida desde 17 de junho de 2002, quando ingressei no quadro de colaboradores da Cooperativa Sicredi Vale do Rio Pardo como caixa na Unidade de Atendimento Santa Cruz do Sul Centro. Era apenas o início. A partir de então, durante estes 12 anos passei por várias funções e cargos: de caixa para atendente, encarregada de atendimento, gerente de negócios e, desde dezembro de 2010, gerente da Unidade de Atendimento Sinimbu. Fazer parte desta cooperativa integra minhas realizações da vida profissional e pessoal.

Doze anos se passaram. Não é muito. Mas é o suficiente para eu ter uma certeza: conquistei mais que um emprego, conquistei mais que um salário ao final do mês. Conquistei uma vida! Uma razão de ser feliz! Tenho muito orgulho de participar da história desta cooperativa de crê-



Fotos: Lula Heller

dito. Cresci pessoal e profissionalmente. Realizei sonhos, adquiri conhecimentos, compartilhei experiências, conheci muitas pessoas, cultivei as velhas amizades e conquistei novas. Considero-me uma pessoa extremamente privilegiada em trabalhar na Sicredi, pois amo meu trabalho, sinto prazer no que faço, me sinto realizada.

Cintia Goergen

Iniciei minha trajetória como colaboradora da Sicredi em Venâncio Aires em 2 de janeiro de 2002, na função de estagiária, na qual permaneci até maio do mesmo ano, quando fui efetivada como caixa. Exerci esta atividade com muita satisfação por seis anos, após fui promovida a assistente de Negócios Pessoa Física, função com a qual me identifico muito, pelo fato de poder estabelecer um contato mais próximo com o associado, a fim de atender da melhor forma suas necessidades.

Essa é uma das missões da cooperativa, mas que representa para mim enquanto colaboradora a realização de um objetivo pessoal e profissional, sempre que atingindo o interesse do associado de forma satisfatória.

É notória a evolução da cooperativa no decorrer desses 12 anos em que faço parte



do Sistema, considerando o crescimento estrutural, tecnológico e de formação de pessoas, beneficiando associados, colaboradores e a comunidade como um todo. E é por tudo isso que sinto uma imensa satisfação e orgulho em fazer parte desta família e desta história.

Rejane Maria Schaefer

Desde muito nova, alimentava o sonho de trabalhar numa instituição financeira, motivo que me fez escolher o curso de Ciências Contábeis. A Sicredi parecia um sonho, mas algo que eu observava de longe. Em 6 de novembro de 2000 abriu uma Unidade de Atendimento da cooperativa na cidade de Sinimbu, município onde morei por muitos anos, despertando ainda mais minha vontade de fazer parte dessa equipe. Em agosto de 2002, me inscrevi num processo seletivo para Sinimbu, e no dia 16 de setembro do mesmo ano recebi a notícia de que, a partir do dia 23 daquele mês, eu iria integrar a família Sicredi.

Iniciei no cargo de caixa, onde fiquei até o dia 1º de agosto de 2003, quando obtive minha primeira promoção, passando a ocupar o cargo de encarregada administrativa financeira, que ocupo atualmente na cooperativa, na Unidade de



Lula Helfer

Sinimbu. Trabalhar na Sicredi me traz uma dupla satisfação, pois participo da vida desta cooperativa como associada e colaboradora. Ter acompanhado todo o crescimento da Sicredi ao longo destes 12 anos é motivo de honra para mim, pois acredito na força do cooperativismo de crédito para a geração de desenvolvimento econômico e social.

ENTREVISTAS ESPECIAIS

Valfredo Mueller



Lula Heller

Testemunha de um dos períodos mais marcantes e decisivos do cooperativismo de crédito em realidade de Brasil, **Valfredo Mueller** é guardião de uma memória valiosa da evolução desse segmento. Esteve diretamente envolvido na criação da Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul (Cocecrer-RS), posteriormente Sicredi-RS, e assim pôde acompanhar a gradativa consolidação do modelo. Ao mesmo tempo, estabeleceu olhar privilegiado sobre o movimento cooperativo como um todo na região do Vale do Rio Pardo, e foi interlocutor de lideranças do setor em âmbito estadual e nacional. Na entrevista a seguir, recupera algumas de suas lembranças do período.

Em que período atuou e quais funções o senhor desempenhou no setor?

Meu período de atuação na Sicredi, na época Cooperativa de Crédito Rural União Popular Ltda., estendeu-se de março de 1976 até o final de dezembro de 2001, nos primeiros 12 anos como gerente de agência e, posteriormente, até o meu pedido de afastamento, como gerente regional. Portanto, dediquei 26 anos, o melhor da minha vida, à instituição.

Qual era sua trajetória anterior e como se deu o ingresso como funcionário da cooperativa?

Natural de Cerro Alegre Baixo, Santa Cruz do Sul, onde nasci aos 14 de julho de 1945, filho dos agricultores José Germano Mueller e Olinda Bertha Anna Mueller, caçula de mais oito irmãos, permaneci no meio rural até meus 16 anos, quando trabalhei na Juventude Agrária Católica (JAC) da Diocese de Santa Cruz, conhecendo quase todo nosso interior. Voltei também a estudar, para fazer o segundo grau, na Escola Estadual Ernesto Alves de Oliveira, onde também fui líder estudantil, inclusive presidente do Grêmio Estudantil. Talvez por este currículo fui trabalhar no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul, onde ocupei a chefia do Departamento de Assistência Médica. Quanto ao convite para assumir a gerência da então Caixa Rural, foi uma total surpresa e uma decisão bem difícil de tomar, porque era uma área operacional bancária nova para mim. Mas,

depois de reuniões e tratativas, aceitei o novo desafio, e nunca me arrependi. Só para recordar, quando assumi, chegou a ser aventada a liquidação da cooperativa, e éramos só três pessoas na administração. Mas quando me afastei, tínhamos seis unidades, com mais de 30 funcionários. Inclusive funcionários contratados no período hoje ocupam importantes postos na Sicredi.

Como viu o desenvolvimento do cooperativismo de crédito na região neste período?

Quando fui convidado para assumir a tarefa de gerente, pelo então presidente Eloi Junges, que simultaneamente passou a presidência ao senhor Pedro Avelino Junges, passamos talvez pela fase mais difícil de sobrevivência da Caixa Rural, como era mais conhecida na época. A situação então existente – quadro social mais de 90% inativo e se afastando, restrições normativas e sem instrumentos operacionais – quase inviabilizou o desenvolvimento. Mas, graças à abnegação de um pequeno grupo de algumas lideranças e de associados, e com muita perspicácia e criatividade, conseguimos manter as mínimas condições de funcionamento, com apenas três pessoas assumindo os trabalhos, incluindo o presidente. Na época, havia ainda no Rio Grande do Sul oito Caixas Rurais, praticamente todas nas mesmas condições, sobrevivendo bravamente e dando sua contribuição.

Pode destacar algum ou alguns fatos que o marcaram em sua atividade na área?

O que marcou foi, não lembro bem o

ano, mas deve ter sido em 1984 ou 1985, a convite do senhor Mário Kruel Guimarães, então superintendente da Fecotrig, a reunião de todas as Caixas para viabilizar a união e a criação de uma Central das Caixas Rurais. Após diversos seminários e encontros, foi criada então a Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul (Cocecrer-RS), posteriormente Central Sicredi Sul e, para nós, em Santa Cruz, Credivarp. Neste período, muitas restrições e normativas operacionais foram eliminadas e/ou modificadas, ocorreu a criação do primeiro Banco Cooperativo do Brasil e a eliminação da segmentação do cooperativismo de crédito no Brasil.

Como profissional que atuou por muitos anos no setor, quais os diferenciais que destacaria no movimento local e regional?

Nossa região não teve quase nenhuma boa lembrança do cooperativismo de produção (claro, com raras exceções), mas no segmento de crédito teve sempre uma boa imagem. Os mecanismos de fiscalização pela autoridade monetária são também um grande fator de credibilidade, bem como a própria auditoria do sistema integrado. O maior fator do nosso crescimento é, sem dúvida, a abertura das Unidades de Atendimento e da livre admissão de associados.

Qual o vínculo que ainda mantém com o atual sistema de crédito cooperativo?

Continuo como associado ativo, e ferrenho defensor dos princípios universais do cooperativismo como forma mais justa do desenvolvimento humano.

Theodoro Paulo Musskopf

“É o melhor sistema do mundo.” Com essa afirmação, o ex-presidente **Theodoro Paulo Musskopf** resume, de forma enfática, seu olhar admirado sobre um modelo de organização social, econômica e comunitária que aprendeu a respeitar e a defender. No bate-papo a seguir, Musskopf recupera passagens marcantes de sua atuação cooperativa. Não muito tempo após conceder a entrevista, acabou vindo a falecer. Como ele próprio explica, sua gestão ocorreu num momento de instabilidade e de turbulência econômica no Brasil, e a superação dessa fase deixou lições importantes para o período vindouro. Não por acaso, sua atuação é identificada com a criação de um importante programa, o A União Faz a Vida.



Inor Assmann

Como foi a criação do Programa A União Faz a Vida?

Tínhamos um projeto de educação cooperativa, em convênio com a Unisinos, o União Faz a Vida. Fui professor, e nesse ambiente, o único que promove a educação, da manhã à noite, é o professor. Tens que procurar o professor. Como é que se faz isso? Fui então à Unisc. Conhecia o Campis, ele era menino na época dos clubes 4-S, e o pai dele era diretor do Senai. E a Maria Kipper era filha do prefeito, Edmundo Hoppe. Fui lá e expliquei tudo. Disse: “O único plano é a educação, e vou abordar a coisa como professor. Agora, sem o apoio da Unisc, que é onde o professor se forma, não vai adiantar”. Os dois abraçaram a causa. Na verdade, abraçamos a ideia juntos. Aí melhorou muito. Acreditei nesse programa desde o início. O César Goes andava com o livro debaixo do braço, nas aulas dele. E o Feli-

pe Gustsack, que era diretor de educação, ia comigo para o interior.

O senhor foi presidente da Sicredi em meio a uma crise financeira no Brasil. Como o senhor conseguiu enfrentar essa crise e fazer com que a cooperativa se destacasse durante esse período?

Essa cooperativa foi fundada em 1919. Ela é um patrimônio da cidade, da região, e para fechar isso aqui não é bem assim. Mas a Sicredi estava quase fechando. Eram sessenta e poucas cooperativas de crédito; dessas, restavam apenas 11. O presidente Collor, com a Febraban, a Federação dos Bancos, do dia para a noite fechou o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), que era o único chefe que tínhamos. Então, tinha que ter muito cuidado. O juro era altíssimo, chegou a subir 86% ao mês. E tinha dinheiro no mercado, dinheiro não faltava. A questão

é que era perigoso manejar esse dinheiro. Aí nós criamos aquela central, a Sicredi Central, que no tempo era Cooperativa Central de Crédito Cooperativo. Foi a central que organizou a parte financeira. Contratamos especialistas através da Central, e fomos indo... Sobrava sempre um pouquinho para pagar o Valfredo e a Ângela, e depois comecei a receber também, um pouquinho. Aí começou a entrar cheque. O pessoal começou a movimentar. Tinha compensação nacional, do Banco do Brasil, e depois começamos a idealizar o Banco Sicredi. No fim, sempre sobrava um pouquinho para cobrir as despesas. E assim foi o primeiro ano, o segundo ano, e começou a ficar cada vez mais cheio, e o número de associados já começou a chegar aos oito mil, e daqui a pouco a dez mil.

O que levava o associado a se integrar na cooperativa, na época?

O contato. A relação entre presidente, diretoria e associado. Lá no interior, na casa dele, tem de se discutir a cooperativa. É preciso se igualar ao agricultor, é fundamental. Por que – é bom destacar – Cooperativismo e Cooperativa são coisas distintas. Garantíamos que estávamos mantendo o cooperativismo dentro da cooperativa. E não tem por que não funcionar; é o melhor sistema do mundo. Agora, no momento em que isso “matutar”, aí se transforma numa cooperativa, de nome “cooperativa”, mas administrada por direção e altos funcionários. E daí não dá.

O que o senhor gostaria de ter realizado e não conseguiu durante sua presidência na Sicredi?

Acho que o que a gente queria, a gente conseguiu. Dali era só tocar pra

frente, e aumentar aos poucos o número de associados. Não explodir demais no começo, e abrir pontos de atendimento da cooperativa. O primeiro que nós abrimos foi no sindicato de Vera Cruz.

O que o senhor exalta na atividade quando foi presidente? Quantos associados que o senhor conseguiu trazer, através de vínculos de amizade e como professor, de uma índole sempre correta?

Sim. Quando entrei, tinha cerca de 300 associados (antes de ser presidente), mas, como disse, é um patrimônio desde 1919. Vou contar uma história. Um dia veio a RBS fazer entrevista comigo. Conversamos, e a certa hora disse: “Olha, isso aqui é mais patrimônio de vocês do que meu. Sou apenas um dos associados. Vocês são da RBS. Isso aqui é um patrimônio, e tem de ser protegido por vocês.” Foi um episódio engraçado. Quando saíram da sala, a Ângela disse: “Ficaram abismados. Vieram aqui para interrogar o presidente e, no fim, os interrogados foram eles”.

Com esse grande número de associados que a Sicredi tem, hoje, como o senhor vê a cooperativa no futuro?

Ou se faz uma revisão nisso (e acho que vocês ainda são muito importantes, no registro histórico, na pesquisa, essas coisas...), ou ela vira mais um jogo comercial do que uma cooperativa.

O senhor pensa então que deve voltar a haver, de novo, maior vínculo do agricultor com a cooperativa, que ele deve se sentir integrado?

É fundamental. Associado e presidente têm de viver juntos. Se não, não dá. E ninguém gosta de se sentir desvalorizado.

Mário Kuntz



Divulgação

Fortemente identificado com o meio rural, no qual reside e atua como agricultor, **Mário Kuntz** ocupou a presidência da Sicredi Vale do Rio Pardo na primeira década do século XXI. Por quase 10 anos, esteve à frente da instituição em seu momento de aproximação com o centenário de existência do cooperativismo de crédito na região. Em sua gestão, como menciona na entrevista, esse modelo de organização viveu um salto histórico no Brasil, quando as cooperativas foram transformadas para terem a livre admissão de associados. Em pouco tempo, passaram a registrar forte crescimento e a alcançar ampla visibilidade em todas as áreas, o que igualmente se pôde verificar na Sicredi Vale do Rio Pardo. Acompanhe as reflexões de Kuntz.

Quais foram as principais características do período em que o senhor foi presidente da cooperativa?

Assumi em 2002, e em 2003 o Banco Central autorizou a transformação das cooperativas. Antes, ela era Cooperativa Sicredi Rural; ou seja, tinha de ser colono para ser associado. Já nessa ocasião foi autorizada a transformação da cooperativa em livre admissão de associados, de todos os segmentos. Isso é um dado importantíssimo, pois foi uma das principais ferramentas para promover todo esse crescimento. E é também um momento histórico para o País. O compromisso de atender outros segmentos, ou seja, o público urbano, exigiu da cooperativa também outra apresentação. Esse público tinha uma exigência diferente em relação aos associados agricultores; era um público acostumado a outros produtos, e até à própria aparência física dos prédios, além da tecnologia, que já estava se desenvolvendo, e que foi outro ponto ao qual a Sicredi teve necessidade de se adaptar.

Então, esse é o momento em que a Sicredi passa a ser percebida na sociedade?

Exatamente. O meu desafio como presidente, assim como o meu Conselho – sempre que falo “eu”, refiro-me também ao Conselho Administrativo – foi de trabalhar a credibilidade, a confiança. Essa relação, entre Administração, funcionário e, principalmente, associados, se resume em uma palavra: transparência. Então se começou a fazer um trabalho transparente, ou seja, ir para o interior, visitar as lideranças, falar com o padre, o pastor, o professor, com os as-

sociados, fazer reunião, mostrar o que é nossa cooperativa. E sempre foram convidadas todas as pessoas da comunidade, não associados também. O resultado disso foi a grande adesão. Muitos associados não sabiam que eram sócios, não sabiam da questão do capital. Eram pobres em conhecimento. E como é que as pessoas vão ajudar a divulgar, a convencer o vizinho, o parente, a se associar na Sicredi, a explicar o que é isso, e como funciona?

No decorrer desses cinco anos que o senhor se referiu, em que o Banco Central estava atuando, foi grande o percentual de adesão de novos associados?

Foi. Crescemos muito. Dobramos o capital social em um ano. E o capital social é a principal parte que forma o patrimônio.

Pudemos perceber que o senhor tinha um contato muito importante, próximo, do cooperado. Foi isso, essa questão da transparência, que garantiu que a Cooperativa se tornasse modelo nacional?

Exato. Outro fator importante é que, antes, eram no máximo 60 associados que vinham participar da Assembleia. A gente tinha cerca de cinco ou seis mil associados, então eu não concordava com isso. Como eu disse, a maioria nem sabia o que era a cooperativa, como é que ela funcionava. Então, isso nos levou a montar estratégias. O meu ditado era: “Não é o associado que tem de ir lá na cooperativa buscar informação, querer saber o que é a cooperativa. É uma obrigação da cooperativa ir ao encontro do associado e levar a informação”. Bom, tivemos grandes assembleias, outras nem tão grandes

assim, mas algumas tiveram cerca de dois ou três mil presentes. A gente ia nas principais comunidades, todo o interior, e havia uma assembleia local, onde eram debatidos os assuntos que eram tratados e votados na Assembleia Geral. Nessa Assembleia ainda ia um número “x” de pessoas, mas desse modo a gente conseguia atingir de cinco a seis mil associados, indo ao encontro deles.

É importante ressaltar que todas essas conquistas não foram da cooperativa sozinha, mas do Sistema como um todo. Mas nós investimos pesado em formação e treinamento dos funcionários. Quando assumi, eram cerca de vinte funcionários. Quando saí, já eram 173. A maioria gente nova, de primeiro emprego. O critério básico era: estar cursando faculdade ou formado, em Administração ou área afim. E depois, se começou a dar incentivo para o pessoal continuar estudando, a Sicredi começou a pagar 50% da faculdade, e outros cursos também, pós etc. Além de outros treinamentos e cursos que a própria Sicredi promoveu; então, se investiu pesado.

Vou fazer mais um comentário. Eu até devo um pouco para o Musskopf. Ele era muito filósofo, e foi quem me contagiou no cooperativismo, e eu entrei fundo. Eu via, assim, a Sicredi, como cooperativa, uma coisa tão boa, uma das poucas coisas boas ainda hoje, pois permitia que as próprias pessoas desenvolvessem seus negócios. Aqui na nossa região, e no geral também, ainda existe uma resistência ao cooperativismo. Ele ainda é muitas vezes visto como um fator negativo, porque na nossa região toda muitas cooperativas quebraram, faliram, e pessoas perderam dinheiro. Então, essa foi outra questão que tivemos de superar.

Bom, então participavas muito das atividades da comunidade. O senhor foi uma pessoa ativa em Rio Pardinho?

Cansaram de me procurar da escola, da igreja, e de tudo, mas eu nunca quis. Eu dizia: tem tanta gente para isso, trabalhando nisso. Eu queria fazer coisas diferentes. Sempre dizia que a dificuldade dos colonos era que quando ganhavam dinheiro, na safra, tinham dinheiro, e no resto do ano não tinham nada. Aí eu tive ideias, e vi que meu foco era outro. Era ajudar as pessoas financeiramente, no negócio delas. Meu foco foi sempre esse, ajudar as pessoas na sua estrutura. Foi aí que criamos a associação de produtores, de laticínios. Apesar de ela não existir mais, hoje temos produtores modelo aqui na nossa região, graças a isso. Eu estava sempre à frente dessas coisas, querendo ou não.

O senhor chegou a ser representante numa dessas associações?

Sim, eu fui presidente nos primeiros anos da associação. Fui presidente da laticínios do início ao fim. Chegou uma época em que eu era presidente de três ou quatro coisas. Mas nunca da Igreja ou coisa assim. Eu apoiava, convivia sempre, mas não assumia função.

Confesso que quando era novo não tive oportunidade de estudar. Com 16 anos fui para a cidade, mas nem cheguei a me formar na 8ª série. E quando eu era ferreiro aqui, vi que tinha a oportunidade de fazer curso supletivo, e então consegui me formar no 1º grau. E quando assumi a Sicredi, além de trabalhar dia e noite, fui no Mário Quintana e fiz os três anos do ensino médio em um só, e consegui me formar no 2º grau. Muitos me perguntaram: “Bah, mas agora vai fazer faculda-

de?” Mas não. Meu negócio é outro.

Investi em conhecimento, fiz cursos específicos para a minha atividade, dicção oratória, essas coisas. E foi bem cansativo, mas deu resultado. A entidade, o sucesso da entidade, não está no nome, mas nas lideranças, no bom sentido. Fazer uma boa liderança, mas nunca abrir mão da humildade.

E a Escola Família Agrícola?

Bem, ela não é da Sicredi. Nunca foi. Mas a ideia partiu do campo da Sicredi, de criar uma escola técnica agrícola. O conselho aprovou. Foi aprovado nas pré-assembleias. Foi aprovado em todas as instâncias, então a Sicredi podia investir nisso, e foi o que aconteceu. Mas, na verdade, essa era uma ideia, uma convicção, uma identificação, que eu tinha 10 anos antes, e que era uma necessidade para resolver o problema do êxodo rural. Ou seja, tanto se investiu, tanto se trabalhou, por meio de entidades, prefeituras, e até a Afubra, mas nunca se conseguiu ver resultados, o pessoal continuava migrando do campo para a cidade. Fiz um levantamento, e a média de idade dos nossos colonos era altíssima. E os filhos deles estavam todos na cidade. Ou seja, o campo estava morrendo aos poucos.

Agora, como se faz para segurar um filho no interior? Só por meio de uma formação adequada. Ou seja, a nossa educação do interior não é adequada às coisas cotidianas da agricultura. Quem é professor sabe disso, não é preciso explicar. Então, eu tinha identificado muitas famílias de conhecidos que mandaram o filho para estudar técnicas agrícolas, longe, e que se formavam técnico agrícola, para depois pegar a pastinha e ir vender fertilizante para as fumageiras, para a Afu-

bra, para sindicato etc. Isto é, não resolve o problema da agricultura.

E então eu estudei vários modelos, e o mais adequado foi esse da Escola Família Agrícola, pelo que ele tem de diferente. Ele mantém o vínculo com a agricultura, com a propriedade. Os outros estudantes vão para fora, ficam um mês fora e não têm como voltar; quando voltam, já perderam a paixão, o vínculo com a propriedade. Agora, nesse modelo o aluno fica uma semana na escola e uma semana em casa. Já faz pesquisa, levantamento de problemas, situações, e, na contrapartida, já aplica os conhecimentos que leva para casa. E toda a família se envolve junto.

A ideia então foi da Sicredi, mas ela não está vinculada à Escola Família

Agrícola?

Não. O papel da Sicredi, além do financeiro, foi fazer o primeiro trabalho, estruturar etc. Contratamos uma empresa de consultoria, agregamos um valor para pagar a eles, e para poder viabilizar precisou ser criada uma associação, com os membros que já eram lideranças automáticas, todos do interior. Ou seja, a Sicredi financiou, deu a ideia, também puxou a frente, até há bem pouco tempo, para deixar funcionando. Mais ou menos isso aí. Fui questionado, às vezes. Diziam que não contemplava o pessoal da cidade. E eu respondia que tinha certeza de que o empresário seria o que ia aplaudir por mais tempo. E não deu outra: a maior aprovação veio por parte do pessoal da cidade mesmo, dos empresários e de tudo mais.

Elsídio Alvino Frantz

Vice-presidente da Sicredi Vale do Rio Pardo no período de 2002 a 2011

Sempre atuante no meio rural, iniciei minha trajetória na Sicredi em 1986, quando passei a integrar o Conselho Fiscal da cooperativa. Após três anos, passei a compor o Conselho de Administração e, em 2002, tornei-me vice-presidente da Sicredi Vale do Rio Pardo. Foram ao todo 21 anos dedicados à gestão da cooperativa, o que muito me orgulha. Ao olhar para o passado e resgatar momentos marcantes da minha trajetória, destaco o recebimento do título de Produtor Modelo em nível nacional em 1983, pelo Ministério da Agricultura, e também a superação de desafios na Sicredi. Passamos por momentos difíceis e quase sofremos a incorporação a outra cooperativa; porém, com a efetivação de um trabalho focado em relacionamento com associados, representatividade e gestão, conseguimos manter nossa cooperativa e melhorá-la. Destaco o trabalho do Edson Schneider como fundamental neste processo, pois ele, como gerente regional, trouxe seus conhecimentos em gestão para nos ajudar a estruturar a Sicredi e fazê-la crescer. Lembro que em um mês recebemos seiscentos novos associados, o que fez



Divulgação

com que muitas cooperativas nos procurassem para conhecer o trabalho que estávamos realizando. Em 2002, a cooperativa tinha 6.200 associados e hoje somos mais de 54 mil. Comparo o cooperativismo a uma família: todos querem o melhor para o outro, se ajudam e tem objetivos em comum. Por isso, acredito na força da cooperação e tenho a honra de fazer parte desta história de sucesso.

Heitor Álvaro Petry

Na condição de presidente da Cooperativa Sicredi Vale do Rio Pardo desde 2011, **Heitor Álvaro Petry** afirma, na entrevista, ter em vista a busca constante da manutenção da essência da instituição: ser cooperativa, uma organização capaz de servir ao conjunto dos associados no atendimento de suas necessidades e, com isto, contribuir para a elevação da qualidade de vida e o desenvolvimento regional.

Além de sua trajetória pública, à frente de entidades de diversas áreas, e também com atuação na política, Petry teve presença ativa junto a organismos rurais. Foi presidente-fundador da Cooperativa Agrícola Progresso Ltda (Coaprol), em 1992; membro do Conselho Fiscal da Cooperativa Agroindustrial Rio Pardo (Coparroz), no biênio 2011/12; presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Vera Cruz (1991-94 e 1995-96), e vice-presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), de 2006 a 2011, permanecendo no Conselho Fiscal. Produtor rural, conhece de perto a realidade desse importante setor da socioeconomia.

Desde quando está ligado ao cooperativismo de crédito do Vale do Rio Pardo. Quem e o que o influenciou na sua adesão ao sistema? E quais os momentos que o marcaram na história do setor na região?

Tornei-me associado à Cooperativa Sicredi Vale do Rio Pardo em 20 de janeiro de 1987, sob matrícula nº 257, na então Credivarp. Recebi convite do então presidente Theodoro Paulo Musskopf. Ele era muito idealista em cooperati-



vismo e associativismo. Ainda em 1982, participei de um curso em cooperativismo voltado para jovens rurais, também a convite do professor Theodoro. Foi uma espécie de iniciação em cooperativismo. Este curso, cujo certificado guardo com cuidado, foi desenvolvido na cidade-berço do Cooperativismo de Crédito, Nova Petrópolis, em Linha Imperial, ao lado da sede da primeira cooperativa fundada pelo padre Amstad.

Por outro lado, sempre tive convicção e relacionamento no que se refere à organização associativa/cooperativa. Em 1992, fundamos a Cooperativa Agrícola Progresso (Coaprol), de Vila Progresso, Vera Cruz, que veio suceder a Cooperativa Sítio, anteriormente encampada pela Cooperativa Agrícola Soledade (Coagrisol). Auxiliei lideranças, entre elas o professor Theodoro Musskopf, a organizar e fundar a Cooperativa Veracruzense de Laticínios (Covel), hoje desativada, além da minha passagem pela presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vera Cruz, sempre mantendo relação institucional e de apoio ao associativismo. Inclusive no período em

que presidi o STR de Vera Cruz, reivindicava uma Unidade de Atendimento da Cooperativa Sicredi (então Credivarp) em Vera Cruz. O presidente Theodoro resistiu inicialmente, argumentando quanto à possível inviabilidade frente aos custos de instalação e de manutenção. Insistimos a ponto de adequar e ceder uma pequena sala do prédio do STR, onde então funcionava a farmácia veterinária, para a instalação inicial. Surgiu assim a primeira Unidade de Atendimento da Sicredi fora de sua sede em Santa Cruz do Sul. Isto foi o início de um processo de expansão. Cresceu, se fortaleceu, ampliou o quadro social e em pouco tempo o espaço já era pequeno demais, e tiveram de buscar novo espaço. O nosso colaborador José Buboltz foi o primeiro funcionário a trabalhar lá. Ele foi responsável pela instalação dos equipamentos. Foi ali, em Vera Cruz, o embrião para a cooperativa se expandir aos demais municípios. Acabou sendo um exemplo de sucesso e que encorajou as diretorias para instalar outras unidades. Este fato foi muito marcante para mim.

O que o motivou a ingressar na administração da cooperativa?

Foi toda uma conjuntura. Eu já havia apoiado outras administrações anteriores. Surgiu um movimento em 2011, envolvendo várias lideranças, defendendo a ideia de apresentar uma chapa alternativa à da situação. Fui convidado, indicado e incentivado para liderar o processo. Tinha algumas dúvidas e dificuldades, mas, enfim, me senti motivado e organizamos o grupo, definindo propostas e estratégias focadas não em oposição, mas em chapa alternativa. Os associados, em sua absoluta maioria, em

assembleia, elegeram nosso grupo para o Conselho de Administração. Tínhamos e temos a convicção de que poderíamos dar uma contribuição importante para que a Sicredi VRP cumprisse com sua missão e sua essência de ser cooperativa.

Em que lhe auxilia na atividade a experiência administrativa adquirida em outras áreas públicas, e que comparações pode fazer?

A minha passagem pela atividade pública e sindical proporcionou-me grandes oportunidades de conhecer a região, suas instituições e comunidades. A liderança num processo de gestão envolve relacionamento com pessoas e instituições. Neste âmbito, é importante conhecer bem o público com o qual nos relacionamos; seu perfil econômico, social e também cultural, pois isto amplia as condições de êxito na condução. As organizações possuem características distintas de acordo com sua finalidade, mas quando diz respeito ao trato com pessoas, existe muita semelhança tanto na relação com colaboradores, como com os associados, parceiros e fornecedores. Como a vida é um eterno aprendizado, nunca se sabe tudo ou nada, vamos acumulando experiências que nos aperfeiçoam, servem de base para iniciarmos um processo e para dar-lhe continuidade. O que não podemos é confundir instâncias; cada uma tem sua peculiaridade e precisamos conhecê-la e respeitá-la.

Quais são as prioridades na sua gestão administrativa à frente da Cooperativa Sicredi Vale do Rio Pardo?

A primeira diz respeito a conduzir as atividades de nossa cooperativa na bus-

ca constante de manter a sua essência: ser cooperativa, ou seja, uma organização capaz de servir ao conjunto de seus associados no atendimento de suas necessidades e com isto contribuir para a elevação da qualidade de vida. Isto impacta no próprio desenvolvimento regional, na medida em que agregamos renda, seja por termos custos de nossos produtos e serviços mais acessíveis se comparados ao mercado em termos médios, seja por buscar resultados positivos capazes de, em parte, fortalecer a organização ao destinar valores ao Fundo de Reserva e, de outra parte, retornar aos associados sob forma de pagamento de juros ao capital e distribuição de sobras. Cabe ainda salientar que parte do resultado também é direcionado para manter ações de educação e programas sociais, que igualmente reverterem em benefício do associado. Isto tudo enquanto associado usuário. Mas o associado, antes de ser usuário, é o dono do negócio, e assim procuramos garantir a ele a necessária transparência na prestação de contas, no encaminhamento das análises e propostas e estimular sempre a ampla participação dos associados na tomada de decisões, norteados pelo princípio democrático.

As metas estabelecidas vêm sendo alcançadas?

Temos convicção de que sim. Com a nucleação, ou seja, a organização dos nossos associados em núcleos, 80 atualmente, os encontros nas comunidades deixaram de ser pré-assembleias e passaram a ser assembleias deliberativas; isto é, o associado toma conhecimento e toma decisões. Esta é uma mudança sistêmica que foi adequada à nossa co-

operativa e amplia a participação do associado na hora de decidir. No modelo anterior, ele tomava conhecimento dos assuntos na pré-assembleia, podendo até discuti-los mas sem tomar decisões. Estas ocorriam apenas na assembleia geral. No atual modelo, a assembleia geral é uma espécie de colegiado formado pelos coordenadores de núcleos, que apresentam as decisões tomadas pelos respectivos associados nas assembleias de núcleo. Ocorre uma espécie de sistematização das decisões tomadas nos núcleos.

No que diz respeito a agregar renda, também entendemos que nossas metas e nossos objetivos estão sendo atendidos. Como exemplo, trago algumas referências: em 2013, os associados que realizaram operações com a cooperativa economizaram mais de R\$ 12 milhões a partir da comparação dos custos e das taxas médias praticadas pelo mercado e pela Sicredi, com base nos dados oficiais do Banco Central do Brasil. De outra parte, tivemos ainda um resultado histórico positivo de R\$ 7,9 milhões, que foram destinados ao fortalecimento da cooperativa, e, pela segunda vez em nossa gestão, parte foi destinada à distribuição entre os associados, o que há muitos anos não ocorria mais.

Assumimos com cerca de 38.000 associados, hoje já somos mais de 54.000. Além disso, atingimos nosso objetivo de ampliar nossa estrutura de atendimento com duas unidades novas, uma em Vale Verde, único município ainda sem unidade até então, e outra unidade operacional direcionada junto à empresa Universal Leaf Tabacos, em Santa Cruz do Sul. O Conselho também já aprovou a instalação de uma unidade em Linha

Santa Cruz, que deverá se concretizar no início de 2015. Temos uma extraordinária equipe de gestores e colaboradores; procuramos valorizá-los com remunerações, benefícios e treinamentos constantes, para compensá-los e aperfeiçoá-los na missão de bem servir nossos associados, razão maior de nossa existência.

Como vê o momento atual no desenvolvimento do sistema cooperativista de crédito na região?

Com o surgimento da Sicredi, enquanto Sistema, que integra todas as cooperativas Sicredi do Brasil por meio das quatro centrais e a Confederação na estruturação da Sicredipar (Sicredi Participações), ocorreu um fortalecimento de estrutura compartilhada e de apoio pelo CAS (Centro Administrativo Sicredi), sediado em Porto Alegre.

Esta estrutura operacional e de apoio tornou-se fundamental e hoje indispensável para a atuação das cooperativas singulares, sob a marca única de Sicredi, no competitivo mercado financeiro, inclusive para a nossa Cooperativa do Vale do Rio Pardo. O intenso trabalho de nossa equipe de gestores e colaboradores, valendo-se desta estrutura de apoio, levou nossa cooperativa a ocupar um espaço e uma posição mais relevantes, embora com potencial de crescimento.

O que enxerga como grande legado do cooperativismo de crédito na sua chegada ao centenário no Vale do Rio Pardo e o que espera para o futuro?

As condições atuais são bem distintas da época do surgimento do cooperativismo de crédito no Rio Grande do Sul há mais de 100 anos. Hoje, vivemos num mundo globalizado que induz à competição e a vantagens. Neste cenário, precisamos manter nossa essência de ser cooperativa com capacidade de gerar benefícios aos seus associados e não simplesmente vantagens passageiras. Precisamos nos espelhar na história de nossa cooperativa, entendê-la, respeitá-la, valorizá-la. Isto nos remete à responsabilidade de contribuímos para a sua perpetuação, pensando das gerações atuais para as futuras.

Vivemos um momento importante, de muitas transformações e precisamos nos adequar localmente e também sistemicamente, pensando em escala e otimização de nossos recursos. O diferencial cooperativista é tema de prática e de educação e conscientização. Muitos ingressam em nosso sistema como “clientes”, e precisamos praticar também o cooperativismo enquanto doutrina, para que efetivamente se tornem associados. Para isso contamos com programas sociais importantes, como o Crescer, que leva conhecimento ao associado, e o Programa A União Faz a Vida, voltado a crianças e adolescentes.

Renato Goerck

Vice-presidente da Sicredi Vale do Rio Pardo desde 2011

Natural de Linha Nova, onde resido ainda hoje, trabalhei desde pequeno na propriedade rural da minha família, e foi a partir dos conhecimentos adquiridos no campo que pude me aperfeiçoar em relação ao entendimento das necessidades dos trabalhadores rurais. Com este conhecimento, comecei a trilhar minha trajetória no sindicalismo em 2002 como suplente de diretoria no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul, entidade que, hoje, com uma bela equipe, lidero como presidente. Minha relação com a cooperativa começou no início dos anos 90, como 2º titular da conta do meu pai, associado desde 1984. Naquele tempo, ainda Credivarp, não tínhamos a noção de todos os benefícios de uma cooperativa de crédito, pois ainda não se falava tanto em cooperativismo e de seus diferenciais em relação aos bancos.

Hoje, como integrante da diretoria da Sicredi, vejo que nosso maior desafio é conseguir mostrar cada vez mais aos associados e à comunidade a Sicredi como uma alternativa, com benefícios que vão além da distribuição de sobras e taxas mais acessíveis. Em uma cooperativa de crédito, todos os associados são donos do negócio e podem participar ativamente da gestão. Quanto mais



Divulgação

as pessoas cooperarem entre si e conseguirem ultrapassar a tendência social do individualismo, mais a cultura cooperativista fará sentido e ajudará na construção de uma sociedade mais unida.

Como vice-presidente, sou muito grato pela oportunidade de aprendizado que a cooperativa me proporciona. Temos a responsabilidade e o compromisso de deixá-la preparada para no mínimo mais 95 anos. Obrigado a todos os que ajudaram a construir essa história de sucesso.

Lula Helier



Divulgação



ANEXOS

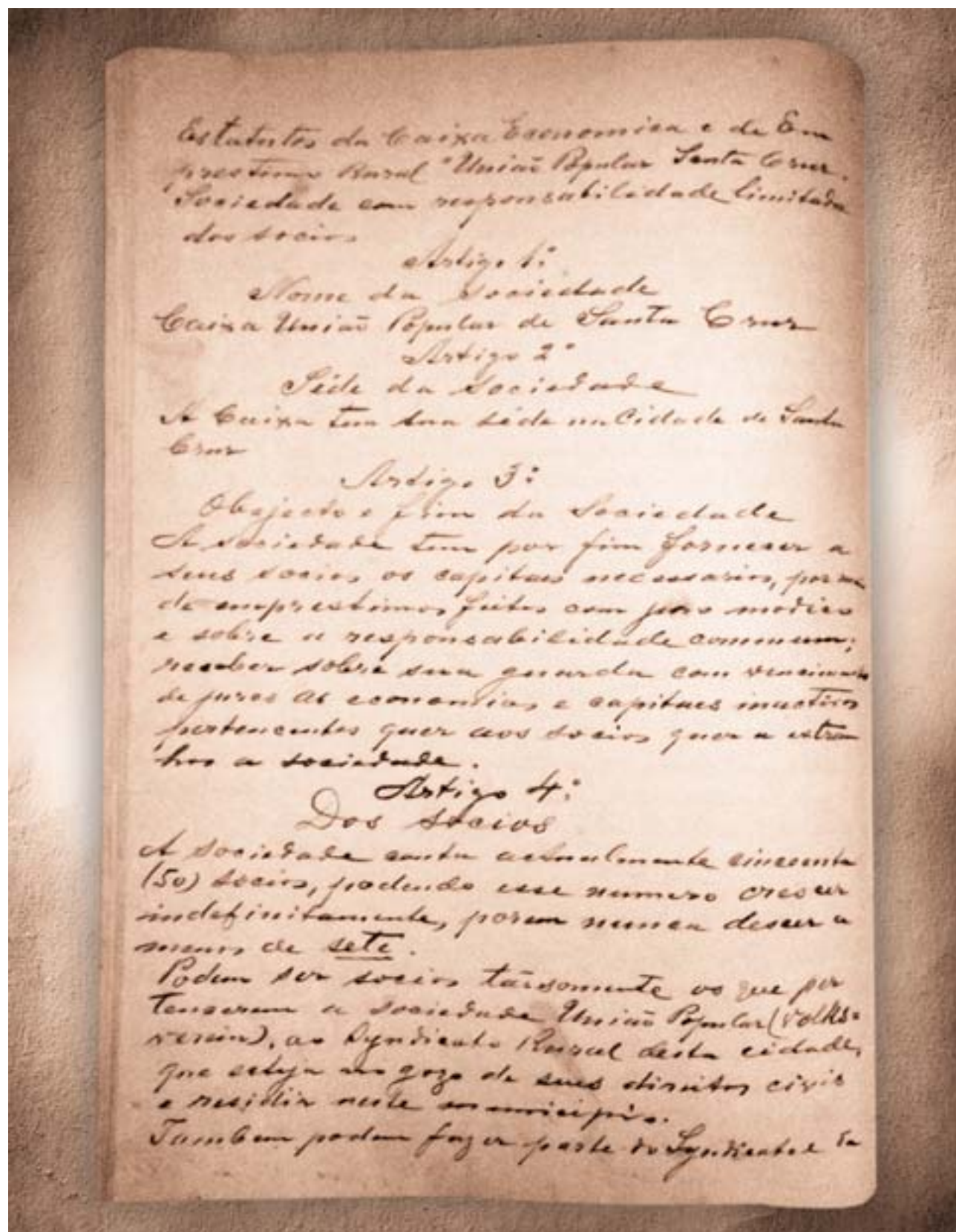
Sócios-Fundadores*

Sócios Fundadores da Caixa União Popular	
Sócios	Localidade
José Werlang	Santa Cruz
Felix Hoppe	Santa Cruz
Mathias Melchiors	Santa Cruz
José Kroth	Santa Cruz
Pedro Müller	Serro Alegre
Henrich Müller	Serro Alegre
Nicolau Mahle	Alte Pikade (Linha Santa Cruz)
Gustavo Theiemann	
Cristovão Agnes	Santa Cruz
Leonardo Melchiors	Linha Santa Cruz
José Sehnen	Linha João Alves
Jacob Kohler	Santa Cruz
José Mossmann	
Henrique Melchiors	Santa Cruz
José Frantz	
Germano Karl	Santa Cruz
Pedro Frolich Filho	Santa Cruz
André Back	Santa Cruz
João Werlang Sob.	Santa Cruz
João Etges	Santa Cruz
A.A.	
José Nicolau Werlang	Santa Cruz
Guilherme Kliemann	
Guilherme Kuhn	Santa Cruz

Sócios	Localidade
Hugo Jungluth	Santa Cruz
Frederico Rech	Santa Cruz
Guilherme Werlang	Santa Cruz
Leopoldo Kraether	Santa Cruz
Luiz Wirker	Santa Cruz
Ervino	
Arthur Jaeger	Santa Cruz
Humberto Eick	Santa Cruz
João Melchiors	Santa Cruz
João Etges Filho	Santa Cruz
João Morsch	Santa Cruz
Frantz Halfer	São João da Serra
João F. Klafke	
Bernardo Urbano Stein	Santa Cruz
João N. Kliemann	Santa Cruz
Fernando A. Azambuja	Santa Cruz
Joaquim Pedro da Silva Branco	Santa Cruz
Antônio Eick	Santa Cruz
Humberto Haesker	Villa Thereza
José Miguel Frantz	Villa Thereza
João Pritsch	Villa Thereza
José W. Koelzer	Villa Thereza
Jacob Putzke	Villa Tereza
João Rabuske	Alte Pikade (Linha Santa Cruz)
Julio Klafke	Arroio Grande

* A nominata de sócios-fundadores está relacionada à legibilidade dos documentos pesquisados e das fontes de época disponíveis

Estatutos da Caixa Econômica e de Empréstimo Rural 'União Popular Santa Cruz', sociedade em responsabilidade limitada



Caixa, aqueles que não possam fazer parte da sociedade União Popular, para o fim de obterem empréstimos, para fins puramente particulares, não sendo porém estes socios elegíveis e não sendo direito de voto nas deliberações da sociedade a admissão de socios é feita pela directoria, que para o fim reunir-se-ha em sessão e aceitará ou negará a candidatura.

Pode-se a qualidade de socio:

Por demissão ou exoneração.

Por transferência de domicílio para fora do município.

Por exclusão ou expulsão.

A demissão ou exoneração deve ser pedida a Directoria, por escripto, tres mezes antes do encerramento do anno commercial.

A exclusão ou expulsão recaiá a guisa da Directoria, sobre todo socio que contrariar manifestamente os fins da sociedade quer faltando com compromissos assumidos quer incorrendo em grave falta attentadora a moral ou a marcha da sociedade.

Serão ainda expulsos da sociedade os que incorrerem em alguma condemnação judicial que acarreta a perda dos direitos civis.

A joia para cada socio é de cincoenta mil reis, (50.000) que serão perdidos a conta de capital reuando o furo que a Caixa estipular para os depositos.

Os direitos dos socios consistem em fazer empréstimos a sociedade.

mediante as garantias exigidos tem com fim
A tomar parte nas assembleas germs, votar
e ser votado, salvo a excepção para aquellas
que não podem fazer parte da sociedade
União Popular dos Católicos do Rio Grande
do Sul

Artigo 5º

Da Direcção

A sociedade é regida por uma direcção
composta de tres membros, um presidente,
um thesauriro e um secretario e mais um
conselho fiscal composto de tres membros.
A Direcção bem como o Conselho fiscal
serão elitos em assemblea geral pelo tempo
de tres annos.

Artigo 6º

Das Assembleas Gerais

As assembleas dividem-se em germs e
parciais ou dezas da direcção
A assemblea geral reunir-se-ha obriga-
toriamente uma vez por anno, para presta-
ção de contas do anno social, podendo ser
convocada extraordinariamente toda vez
que a direcção o julgar necessario em a
terem parte os bens e exigir.
A convocação das assembleas germs será
anunciada nemem com menos de quinze
dias de antecedencia de sua realização.
A assemblea deliberará validamente com
a presença no minima de um terço de
seus socios, na primeira convocação, e na
segunda com qual quer numero de socios
presentes.

Nas deliberações das assembleas decidirem a
univocia absoluta presente.
As assembleas porções ou da Directoria
realizar-se-hão sempre que as circumstan-
cias o exigir.

Artigo 7º

Fundo de Garantia ou Reserva.

O fundo de garantia da sociedade é con-
stituido pela joia paga pelos socios
e tambem pelos lucros das transaccões com-
merciaes realizadas pela sociedade.

Artigo 8º

A sociedade não terá duração fixa mas
esta não excederá de trinta annos.

A sociedade dissolver-se-ha por votação
de dois terços, de seus socios, ou quando
o total dos annos, não mais attingir
a setenta.

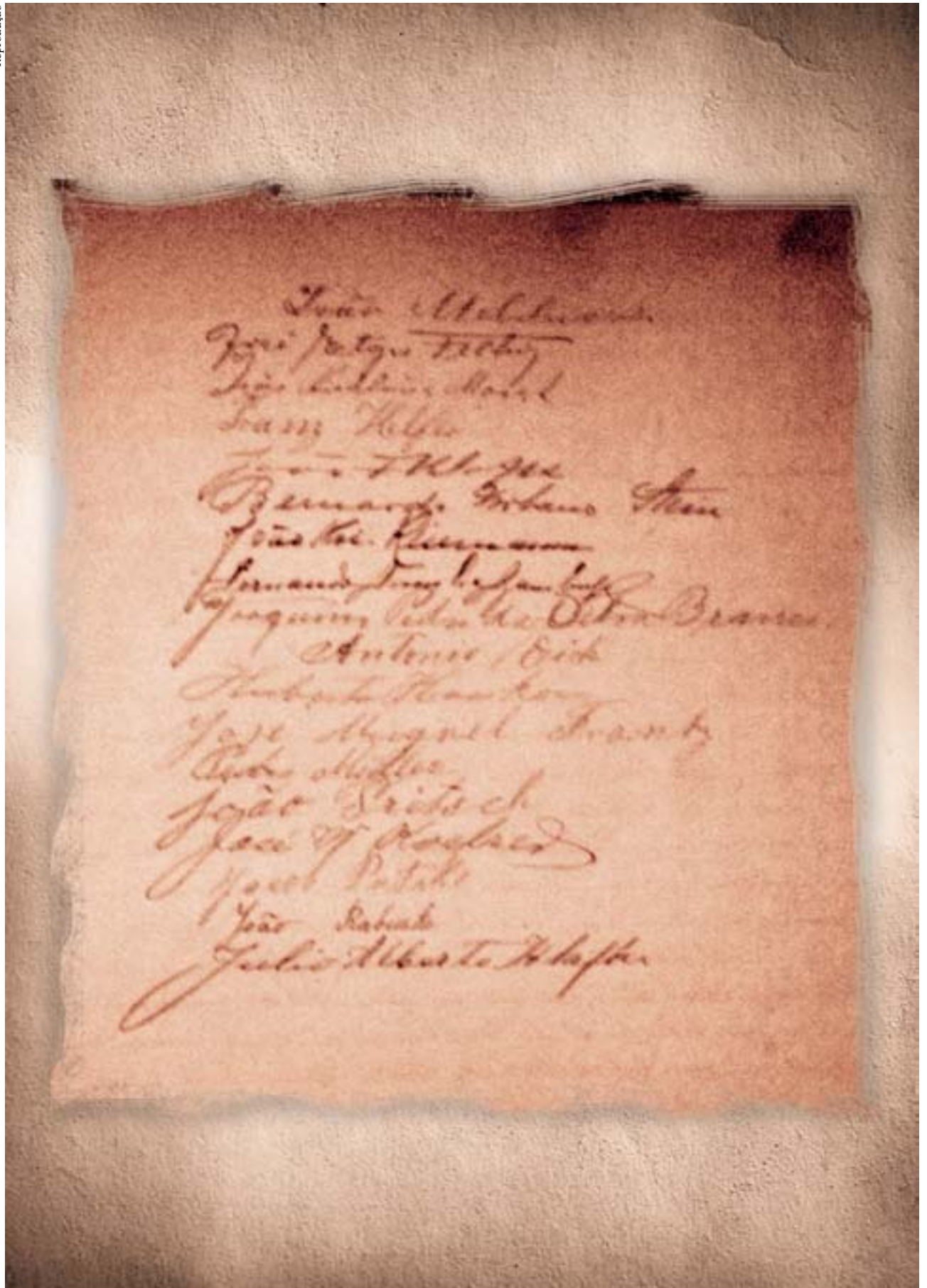
Em caso de liquidação da sociedade, antes
feitos os compromissos d'ella, uma reserva
terá o fim indicado pela assemblea que
decretar a dissolução.

Artigo 9º

O anno social terminará em 31 de Junho de
cada anno. Todas as despesas que judi-
ciaes ou extra judiciaes e honorarios de advogado
que se originarem com o emprestimo ou
liquidação destes correiras por conta do
director. Os casos omissos nestes de-
tallatos serão regidos pelo Decreto de N.º 37
e 6532 de anno de 1902 e subsequentes
legislações.

Santa Cruz 21 de Setembro de 1919

José Dörfling
 Felix Ruyter
 Mathias Malchies
 José Froth
 Mathias Jacobs
 Pedro Muller
 Heinrich Müller
 Nicolau Mable
 Gastão Hasmann
 Christovão Tynes
 Leonardo Malchies
 José Schumann
 Jacob Flehler
 José Albramos
 Henrique Malchies
 Jorge Fagundes
 André Bach
 Gerson Faria
 Pedro Fröhlich Filho
 João Werlang sobr.
 João Etges
 A. A. M. de Almeida
 José Antônio Werlang
 Guilherme Plessmann
 Guilherme Thun
 Hugo Langblatt
 Frederico Beck
 Wilhelm Werlang
 Leopoldo Kraemer
 Luiz Hirtes
 Antônio
 Arthur Jacson
 Huberto Bink



“Por ocasião do 33º aniversário da Fundação, a Caixa Rural União Popular prestou significativa homenagem a 4 Beneméritos da Organização”

Gazeta do Sul, terça-feira, 11 de novembro de 1952, Ano 8, nº 90, p. 4, 5 e 6





1950 - 1951 - 12 de Novembro de 1950

DIÁRIO DE JORNALISMO



Exposição realizada no âmbito do Departamento de Educação, Tecnologia e Comunicação e Administração

Cooperativa Rural

(Continuação de 17 de maio)

Segundo o Sr. João, a cooperativa rural é uma entidade que visa a melhoria da vida econômica dos produtores rurais, através da organização em grupo, para a aquisição de insumos, a comercialização dos produtos e a prestação de serviços comuns. A cooperativa rural é uma entidade que visa a melhoria da vida econômica dos produtores rurais, através da organização em grupo, para a aquisição de insumos, a comercialização dos produtos e a prestação de serviços comuns.

VIRANTE ORAÇÃO DO ACADEMICO...

A virante da oração do acadêmico é uma tradição que visa a melhoria da vida econômica dos produtores rurais, através da organização em grupo, para a aquisição de insumos, a comercialização dos produtos e a prestação de serviços comuns.



A virante da oração do acadêmico é uma tradição que visa a melhoria da vida econômica dos produtores rurais, através da organização em grupo, para a aquisição de insumos, a comercialização dos produtos e a prestação de serviços comuns.

A virante da oração do acadêmico é uma tradição que visa a melhoria da vida econômica dos produtores rurais, através da organização em grupo, para a aquisição de insumos, a comercialização dos produtos e a prestação de serviços comuns.

GENEROSO AMIGO:

Do seu generoso e de sua nobre natureza, o Sr. João, a cooperativa rural é uma entidade que visa a melhoria da vida econômica dos produtores rurais, através da organização em grupo, para a aquisição de insumos, a comercialização dos produtos e a prestação de serviços comuns.



Exposição realizada no âmbito do Departamento de Educação, Tecnologia e Comunicação e Administração

Termo de Abertura das Atas de 1945-1960

1

Edição

Termo de Abertura

Contem este livro 500 paginas quinquentas
 tipograficamente numeradas, e rubricadas em
 todas as fols com a rubrica de "Edição". e no-
 rma de Livro de Atas da Sociedade Cooperativa
 Caixa Rural União Populista de Santa Cruz
 em Santa Cruz do Sul, estado do Rio Grande
 do Sul para o cumprimento de que trata
 o decreto-lei nr. 2.892 de 19 de outubro de 1943
 alterado pelo decreto-lei nr. 6.371 de 11 de feverei-
 ro de 1944, em seu paragrafo primeiro do
 artigo 22.

Santa Cruz do Sul, 1 de junho de 1945
 Edmundo Hoppe.

Boletim Oficial da Prefeitura de Santa Cruz do Sul, quando do falecimento de Bruno Agnes



Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul

BRUNO AGNES

Bruno Agnes nasceu no dia 30 de julho de 1913 e faleceu a 25 de março de 1961, nesta cidade de Santa Cruz do Sul.

Depois de ter absolvido o então Colégio São Luiz, pagou a auxiliar os seus pais nas lides da lavoura, para, três anos após, tornar ao educandário para prestar o serviço militar e integrar durante três anos, a primeira turma de Perito-Contadores, formada em 1933.

Ultimados seus estudos, empregou-se na Caixa Rural União-Popular, como Contador. Mais tarde, tornar-se-ia Diretor-Presidente da mesma instituição de crédito cooperativo, função gratuita, que exerceu por muitos anos e, no exercício do mesmo, faleceu.

Além de dedicar-se aos seus negócios particulares, / Bruno Agnes encontrava, sempre, durante o dia e a noite, tempo para dedicar-se aos interesses da coletividade.

Foi, durante muitos anos, Presidente da Câmara de Vereadores e, Vereador em quatro legislaturas.

Exerceu as funções de Prefeito por diversas vezes. A primeira, há mais de quinze anos, quando da redemocratização e por / escolha do interventor Cilon Rosa. As demais vezes assumiu a administração municipal na sua condição de Presidente da Câmara de Vereadores.

Na Câmara sempre foi fator de equilíbrio, pois, era acatado por todos companheiros e adversários políticos. Todos o respeitavam pela sua linha de conduta.

Elemento destacado na Associação Comercial por vários anos, influuiu e participou da reorganização de seus serviços, e, foi sua a iniciativa de dar a Associação, também, amparo aos agricultores nos tempos difíceis da última Guerra Mundial.

Bruno Agnes foi, acima de tudo, um amigo do agricultor, como Presidente da Caixa Rural, já há muitos anos, sonhava, planejava, e, finalmente, organizou e zelou pelo funcionamento do Cen -



Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul

tro de Treinamento Agrícola, um dos meios, que os entendidos acham capaz de elevar o nível de capacidade e produção do homem da lavoura.

Fundador do Rotary Club e seu ex-Presidente, Bruno/Agnes, desempenhou, dentro desta entidade, muitos cargos, nos quais sempre demonstrou a sua capacidade e seu belo caráter.

Em muitas iniciativas de interesse local, Bruno Agnes foi parte atuante. Batalhou pela organização da Indústria de Lactícnios em Santa Cruz do Sul.

Foi um dos fundadores do jornal Gazeta do Sul, foi/membro da Diretoria da Comunidade Católica, Presidente do Círculo/de Pais e Mestres da Associação dos Ex-alunos e Amigos dos Irmãos/Maristas.

Bruno Agnes foi o fundador e primeiro Vice-Presidente do Centro de Desenvolvimento da Comunidade de Santa Cruz, que se propõem a estudar os problemas da coletividade santa-cruzense, e pugnar pelas soluções acertadas. Foi membro destacado da Sociedade União Popular do Rio Grande do Sul e, representante do distrito de Santa Cruz.

Foi membro do Conselho Fiscal da Central das Caixas Rurais em Porto Alegre e, exerceu, também, as funções de membro do Conselho de Revisão.

Invariavelmente, dava a sua colaboração a todas as boas iniciativas, fazendo-o com aquela franqueza habitual, a sua capacidade de trabalho extraordinária, a sua calma, a sua simplicidade, que punham à vontade desde o elemento mais culto e ilustre, até o operário mais simples.

Em sua vida particular, Bruno Agnes foi um homem / que soube honrar o seu nome de pai e esposo.

"Um grande amigo"

Gazeta do Sul, coluna de Francisco J. Frantz e companheiro

PAGINA 3

Francisco J. Frantz

UM GRANDE AMIGO E COMPANHEIRO

"Depois de mortos todos são iguais, mas do seu Bruno já todos diziam que era bom quando ainda vivia", disse o paginador do jornal, quando, segunda-feira à noite, na oficina, concluiu a sua tarefa, fechando a primeira página da "Gazeta".

Na sua simplicidade o paginador Paulo, Fagundes foi manifestar apenas aquilo que todos sabiam, sentiam e manifestavam a respeito do finado Bruno Agnes.

O que o "Carloca" e com ele praticamente a maioria ignorava a respeito do nosso amigo Bruno Agnes, tão prematuramente falecido, foram inúmeras atitudes e ações tão boas, tão dignas e tão desprendidas, que delas, na maioria das vezes, só tomavam conhecimento aqueles que intimamente tiveram a ventura de privar com o ilustre morto.

Foi, na mocidade, o rapaz que todos respeitavam, companheiros, como professores, porque só sabia tomar atitudes corretas.

Foi o colega que preferia receber uma punição a delatar o companheiro faltoso, mas particularmente depois regredia este; sempre que a bruxadeira passava dos limites e prejudicasse terceiros.

Era tão benquisto entre os seus colegas da 1.ª turma de Perito Contábil, que os resultados do estabelecimento comercial eram lugares de visita preferencial e obrigatória dos colegas radicados fora, sempre que aqui aparecessem.

Não vou falar de Bruno Agnes, amigo dos agricultores e que certa vez, em viagem pelo interior, me disse que, se fosse receptivo às ideias de cultura agronomia, para melhor poder orientar os negócios e a lavoura para uma agricultura mais racional.

Não vou falar também do Bruno Agnes, amigo dos operários e eternamente preocupado com os problemas de desemprego, moradia etc.

Nem quero aqui falar que foi um amigo de seus amigos e bom e leal até para os seus adversários políticos ou competidores. Inimigos não os tinha Bruno Agnes e competidores e adversários políticos eu os vi chorando na póle do velório.

No Bruno Agnes que participava ativamente em todas as iniciativas que visavam o desenvolvimento material e o aprimoramento cultural e moral desta comuna, e que no dia de sua morte, sábado às 11 horas, ainda participou de uma reunião com o Prefeito e o Dr. Lago para tratar da Biblioteca Pública e do Museu Municipal.

Quero aqui falar no grande amigo e companheiro de lutas Bruno Agnes. No Bruno que não deixava ninguém no meio da estrada. No Bruno que articulou entre 7 de seus amigos a fundação do jornal "Gazeta de Santa Cruz". No Bruno que, sem ter interesse financeiro na empresa, durante 15 anos se interessou pelo seu desenvolvimento e sofreu, conosco, os temporais pelo qual atravessou a empresa. No Bruno que sempre pôs de seu apoio moral e material. E mais do que isto. Quando era em época difícil. Quando vibrava com as nossas vitórias e sentia como se fossem dele, as nossas derrotas. No Bruno que se interessava por um elevado padrão ético desta folha.

Este é o Bruno Agnes que viverá sempre nos corações de seus amigos e companheiros de muitos anos de lutas.

Necrologia

Necrologia



Bruno Agnes - Sábado

passado, 25 de março, faleceu em Santa Cruz do Sul, vítima de derrame cerebral: o sr. BRUNO AGNES, sócio da firma Agnes, Frantz & Cia., que mantém uma filial nesta cidade (Agência Chevrolet). Gozava ele de grande estima, por seus dotes pessoais e simpática, como por ser um elemento de realizações úteis à coletividade, irradiando-se a municipal vizinhos os benefícios de sua ação.

Contava ele 47 anos de idade, deixou viúva a sra. Lory Mailaender Agnes e os seguintes filhos: sra. Miriam, esposa do sr. Milton Faller, funcionário do Banco do Brasil; os menores Nestor e Milton Agnes.

O prematuro desaparecimento teve dolorosa repercussão e as cerimônias fúnebres foram a demonstração de quanto era estimado e como eram reconhecidos os serviços prestados pelo sr. Bruno Agnes. Na Missa do corpo presente, a Catedral de Santa Cruz do Sul ficou superlotada e todas as cerimônias constituíram-se numa autêntica conagração popular ao benquisto cidadão e numa demonstração do reconhecimento de uma coletividade a um homem que, durante toda a sua vida, dedicou-se aos interesses da comunidade e principalmente do agricultor, praticando o bem e contribuindo para construir obras de valor inestimável. Estiveram presentes numerosas delegações de Porto Alegre, Rio Pardo, Vera Cruz, Venâncio Aires e do interior do município. O diretor desta folha, Vereador Azull Cintra, em nome do Prefeito, sr. Antônio Olinto Meurer, e do sr. Ernesto Protásio Wunderlich, Presidente da Câmara de Vereadores de Rio Pardo,

acompanhando de um dos maiores cortejos fúnebres já verificados em Santa Cruz.

A Prefeitura de Santa Cruz do Sul decretou luto oficial por cinco dias, comungando com o sentimento de pesar do povo santacruzense pela perda de seu ilustre filho e eminente homem público, Vereador Bruno Agnes.

Na Câmara daquela cidade foi ele sempre um fator de equilíbrio, pois era atacada por todos, companheiros ou adversários políticos. Todos o respeitavam por sua linha de conduta.

Bruno Agnes concluiu o curso do então Colégio São Luiz e, posteriormente, integrou a 1.ª turma de Perito-Contador, formada em 1933, na vizinha cidade. Empregou-se após, na Caixa Rural União Popular, como Contador, tornando-se mais tarde, Diretor-Presidente da mesma instituição de crédito cooperativo, função gratuita, que exerceu por muitos anos e em cujo exercício faleceu.

Três anos depois de seu ingresso na Caixa, associou-se a seu irmão Luiz Cristóvão Agnes e ao sr. Carlos Cristóvão Frantz, fundando a firma Agnes, Frantz & Cia.

Além de dedicar-se à mencionada empresa e à filial de Rio Pardo, encontrava ele sempre tempo para ainda dedicar-se aos interesses da coletividade.

Foi, durante muitos anos, Presidente da Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Sul, exercendo a vereança em quatro legislaturas.

Há mais de quinze anos, por escolha do então interventor Gilson Rosa, exerceu as funções de Prefeito, cargo que veio a ocupar posteriormente, em várias ocasiões, na condição de Presidente do Legislativo.

Militou, desde a fundação, no P.S.D. e desempenhava atualmente as funções de líder da maioria na Câmara de Vereadores dali.

Foi elemento destacado da Associação Comercial de Santa Cruz, tendo tido a iniciativa de empenhá-la também no amparo aos agricultores, nos tempos difíceis da última guerra mundial. Na Caixa Rural, planejou, organizou e zelou pelo funcionamento do Centro de Treinamento Agrícola, um dos meios que os entendidos acham capaz de elevar o nível de capacidade e produção do homem da lavoura.

Foi fundador do Rotary Clube daquela cidade e seu ex-presidente, a cuja entidade prestou valiosos serviços.

Batalhou pela organização da Indústria de Laticínios em Santa Cruz. Participou também da organização da Cervejaria Estrela, mais tarde Polar S.A., tradicional indústria estrelense e desta região. Foi um dos oito fundadores da "Cazeta de Santa Cruz", expressivo órgão de imprensa da vizinha cidade.

Como católico praticante que era, foi membro da Diretoria da Comunidade Católica, participando ultimamente do Movimento Familiar Cristão, ora em desdobramento na Diocese. Foi Presidente do Circulo de Pais e Mestres da Associação dos Ex-Alunos dos Irmãos Maristas. Foi fundador e 1.º Vice-Presidente do Centro de Desenvolvimento da Comunidade de Santa Cruz.

Foi membro destacado da Sociedade União Popular do Rio Grande do Sul (Volksverein) e representante do distrito de Santa Cruz do Sul.

Foi membro do Conselho Fiscal da Central das Caixas Rurais em Porto Alegre e exerceu também as funções de membro do Conselho de Revisão (Contrôle das Caixas filiais).

Invariavelmente dava a sua colaboração a todas as boas iniciativas, fazendo-o com aquela franqueza habitual, a sua capacidade de trabalho extraordinária, a sua calma, a sua simplicidade que punham à vontade desde o elemento mais culto e ilustre, até o operário e agricultor mais simples.

Bruno Agnes, quando num momento em que, com um acréscimo de idade de pessoa avançada, tinha mais essa faceta admirável de seu caráter: encontrava, invariavelmente, algo de positivo na pessoa incriminada algo que lhe dava a possibilidade de fazer a sua defesa.

CASA FARROUPILHA
Sempre mais barato

Despedida

Impossibilitados de nos despedirmos de todos os amigos, o fazemos por este meio, agradecendo por tudo que fizeram por nós, nos longos anos em que convivemos nesta localidade.

de estima, por seus dotes pessoais e simpatia, como por ser um elemento de realizações úteis à coletividade, irradiando-se a municípios vizinhos os benefícios de sua ação.

Contava ele 47 anos de idade, deixou viúva a sra. Lory Mailaender Agnes e os seguintes filhos: sra. Miriam, esposa do sr. Milton Faller, funcionário do Banco do Brasil; os menores Nestor e Milton Agnes.

O prematuro desaparecimento teve dolorosa repercussão e as cerimônias fúnebres foram a demonstração de quanto era estimado e como eram reconhecidos os serviços prestados pelo sr. Bruno Agnes. Na Missa do corpo presente, a Catedral de Santa Cruz do Sul ficou superlotada, e todas as cerimônias constituíram-se numa autêntica consagração popular ao benquista cidadão e numa demonstração do reconhecimento de uma coletividade a um homem que, durante toda a sua vida, dedicou-se aos interesses da comunidade e principalmente do agricultor, praticando o bem e contribuindo para construir obras de valor inestimável. Estiveram presentes numerosas delegações de Porto Alegre, Rio Pardo, Vera Cruz, Venâncio Aires e do interior do município. O diretor desta folha, Vereador Azul Cintra, em nome do Prefeito, sr. Antônio Olinto Meurer, e do sr. Ernesto Protásio Wunderlich, Presidente da Câmara de Vereadores de Rio Pardo, transmitiu à família enlutada os sentimentos do povo rio-pardense. Idênticos gestos tiveram o Prefeito Nestor Henn, do município de Vera Cruz, e o sr. Augusto Hansel, Diretor-Gerente da Caixa Rural de Venâncio Aires, representando autoridades e povo daquele município. A beira do túmulo, falou, vindo especialmente de Porto Alegre o Deputado Federal Willy Carlos Fröehlich, grande amigo do extinto desde os bancos escolares, representando a Sociedade União Popular, a Central das Caixas Rurais e em nome da Caixa Rural União Popular de Santa Cruz. O Prefeito de Santa Cruz, sr. Edmundo Heppe, falou em nome do Executivo e Legislativo daquele município, enaltecendo a personalidade do ilustre extinto.

A encomendação foi procedida pelo Revmo. Padre Orlando Allgeyer, S.J., tendo o Côro Santa Cecilia entoado comoventes cânticos fúnebres.

A Tropa de Escoteiros compareceu uniformizada, par-

tes anos depois de seu ingresso na Caixa, associou-se a seu irmão Luiz Cristóvão Agnes e ao sr. Carlos Cristóvão Frantz, fundando a firma Agnes, Frantz e Cia.

Além de dedicar-se à mencionada empresa e à filial de Rio Pardo, encontrava ele sempre tempo para ainda dedicar-se aos interesses da coletividade.

Foi, durante muitos anos, Presidente da Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Sul, exercendo a vereança em quatro legislaturas.

Há mais de quinze anos, por escolha do então interventor Cláudio Rosa, exerceu as funções de Prefeito, cargo que veio a ocupar posteriormente, em várias ocasiões, na condição de Presidente do Legislativo.

Militou, desde a fundação, no P.S.D. e desempenhava atualmente as funções de líder da maioria na Câmara de Vereadores dali.

Foi elemento destacado da Associação Comercial de Santa Cruz, tendo tido a iniciativa de empenhá-la também no amparo aos agricultores, nos tempos difíceis da última guerra mundial. Na Caixa Rural, planejou, organizou e zelou pelo funcionamento do Centro de Treinamento Agrícola, um dos meios que os entendidos acham capaz de elevar o nível de capacidade e produção do homem da lavoura.

NOVIDADE NA CASA NECI

Novidade em sacolas, frangueiras, guarda-chuvas, sombrinhas, fatiolas, tecidos lisos e estampados, e ainda, a flanela mágica, à Cr\$ 30,00.

to de Santa Cruz do Sul.

Foi membro do Conselho Fiscal da Central das Caixas Rurais em Porto Alegre e exerceu também as funções de membro do Conselho de Revisão (Contrôle das Caixas filiais).

Invariavelmente dava a sua colaboração a todas as boas iniciativas, fazendo-o com aquela franqueza habitual, a sua capacidade de trabalho extraordinária, a sua calma, a sua simplicidade que punham à vontade desde o elemento mais culto e ilustre, até o operário e agricultor mais simples.

Bruno Agnes, quando punha pé em que, com ou sem razão se falava de pessoa ausente, tinha mais essa faceta admirável de seu caráter: encontrava, invariavelmente, algo de positivo na pessoa incriminada algo que lhe dava a possibilidade de fazer a sua defesa.

CASA FARROUPILHA
Sempre mais barato

Despedida

Impossibilitados de nos despedirmos de todos os amigos, o fazemos por este meio, agradecendo por tudo que fizeram por nós, nos longos anos em que convivemos nesta localidade.

Outrossim, põmo-nos ao inteiro dispor, no que estiver ao nosso alcance, na nova residência em Santa Maria, à rua da Cancela, s/n.º.

Família BADINELLI.
Ramiz Galvão, março de 1961.

CONVITE

— O Clube Literário e Recreativo tem a grata satisfação de convidar os associados e exma. família para o grandioso baile que fará realizar em seus salões de festa na noite de 24 do corrente mês (segunda-feira) com início às 23 horas.

— Orquestra: Tobias Troia, a mais original orquestra brasileira.

— Traje: passado - Ingresso: Rec. março, Reservas de mesas: Dia 17 do corrente às 20 hs. na Secretaria do Clube.

Nota: Convites especiais somente serão fornecidos com 24 hs. de antecedência.

A DIRETORIA.



A SICREDI HOJE

Como foi possível conhecer ao longo deste livro, as cooperativas de crédito e, nesse contexto, a Sicredi Vale do Rio Pardo, evoluíram ao longo das décadas para atender às necessidades do público e da economia regional e nacional.

Hoje, as cooperativas integram o Sistema Financeiro Nacional, são regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional (com supervisão do Banco Central do Brasil), representando uma associação voluntária de pessoas para satisfação de necessidades não somente econômicas, mas também sociais e culturais.

Estes organismos, fundamentais para a estrutura financeira, promovem o empreendedorismo, as oportunidades de negócios, o crescimento, a educação e o desenvolvimento das localidades nas quais estão inseridos.

Ao mesmo tempo, as cooperativas

de crédito estimulam a formação de poupança, a administração de recursos, a concessão de empréstimos, e oferecem produtos e serviços próprios de uma instituição financeira convencional.

No entanto, há diferenças muito claras entre bancos e cooperativas. Os bancos são sociedades de capital, de propriedade de investidores, que têm resultado distribuído proporcionalmente ao capital dos acionistas e com controle exercido a partir da participação no capital. Já as cooperativas de crédito, como a Sicredi Vale do Rio Pardo, são uma sociedade de pessoas, de propriedade coletiva e com controle democrático.

Os resultados são distribuídos aos associados proporcionalmente às operações e aos serviços e as decisões são compartilhadas, ou seja, uma pessoa representa um voto. Com o passar dos anos, o modelo de organização em sistema ganhou *status* de referência internacional.

Nossa missão

A missão da Sicredi é, como sistema cooperativo, valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossos valores

Os valores da Sicredi são a preservação irrestrita da natureza cooperativa do negócio; o respeito à individualidade do associado; a valorização e o desenvolvimento das pessoas; a preservação da instituição como sistema; o respeito às normas oficiais e internas; e a eficácia e a transparência na gestão.

Os sete diferenciais

Inserida no mais moderno conceito que norteia as cooperativas de crédito no Brasil, a Sicredi Vale do Rio Pardo possui sete diferenciais estratégicos em relação aos bancos convencionais, citados a seguir.

1) **Relacionamento:** É a essência do negócio. Por este caminho são identificadas as necessidades para a promoção do crescimento do associado e das comunidades nas quais estão inseridos.

2) **Instituição financeira da comunidade:** Os recursos administrados pelas cooperativas ficam em suas áreas de atuação, ajudando a promover o desenvolvimento do associado e de sua comunidade.

3) **Modelo agregador de renda:** As cooperativas de crédito integrantes da Sicredi agregam renda para seus associados e, indiretamente, para a comunidade.

4) **Ato cooperativo:** Mais do que usuário, o associado é dono do negócio, o que estabelece uma relação diferenciada, com benefícios reconhecidos em lei.

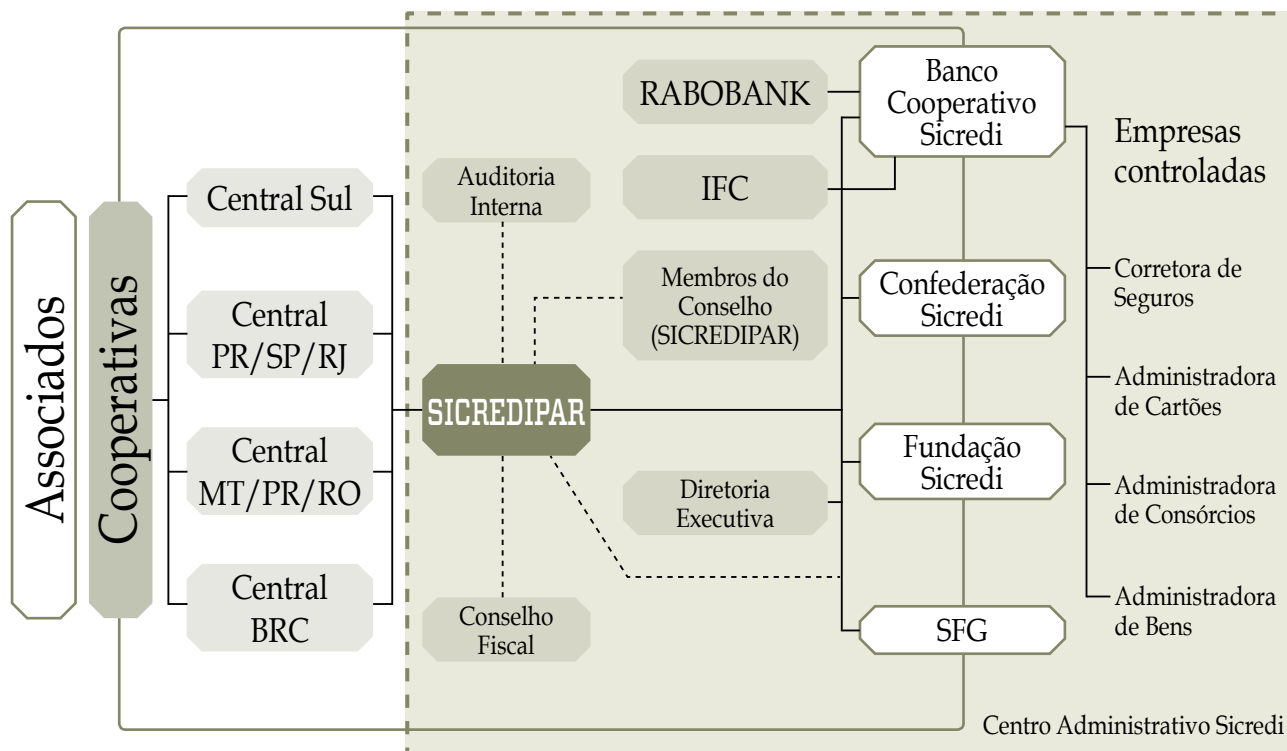
5) **Autonomia das cooperativas:** As cooperativas possuem autonomia para a tomada de decisão na sua região de atuação, o que as deixa ainda mais próximas dos associados.

6) **Responsabilidade solidária:** Sendo integrantes da Sicredi, as cooperativas de crédito diminuem seus riscos e se fortalecem, contando com instrumentos que garantem segurança e confiabilidade.

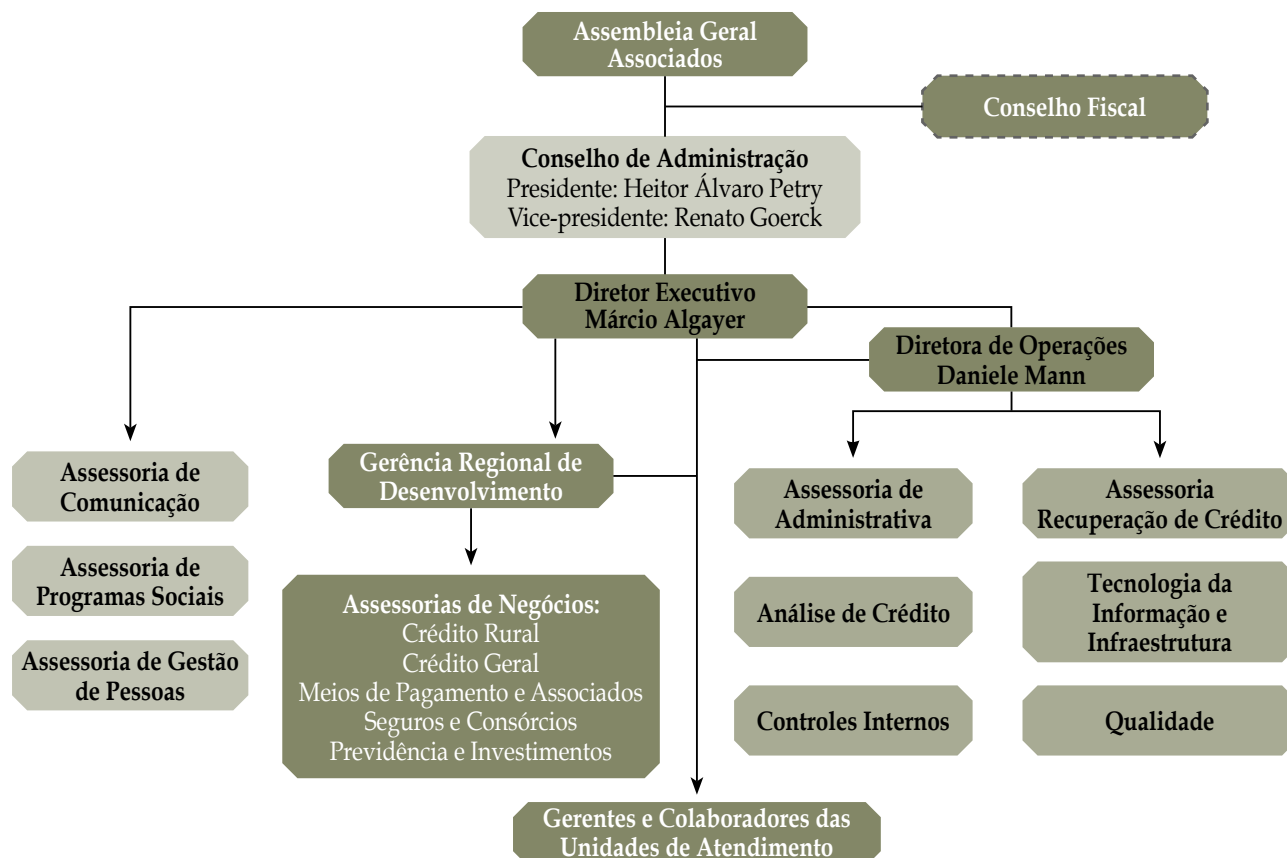
7) **Organização sistêmica:** As cooperativas de crédito integrantes da Sicredi possuem uma marca corporativa forte, com ganhos de escala que determinam o crescimento sustentado e continuado.

Referência Internacional no Modelo de Organização em Sistema

Sicredi Vale do Rio Pardo é uma das 101 cooperativas



Estrutura de governança e operacional da Sicredi Vale do Rio Pardo



Dimensão regional

Aos 95 anos, e com a proximidade do centenário de criação da instituição, muitos números reforçam a importância da Sicredi Vale do Rio Pardo. Confira alguns deles:

- * Mais de **54 mil associados**;

- * **201 colaboradores**;

- * Presença em **nove municípios**: Santa Cruz do Sul, Vera Cruz, Venâncio Aires, Passo do Sobrado, Sinimbu, Rio Pardo, Herveiras, General Câmara e Vale Verde;

- * **15 pontos de atendimento em operação** – o 16º será inaugurado em 2015 em Linha Santa Cruz, um dos bairros com grande expansão imobiliária de Santa Cruz do Sul e com localização estratégica, sede inclusive do aeroporto do município e berço da colonização germânica.



Divulgação

Em 26 de agosto de 2014 tomou posse a Diretoria Executiva da Sicredi Vale do Rio Pardo, de acordo com a Lei Complementar nº 130, de 17/04/2009, Art. 5º e Resolução 3859, de 27/05/2010, Art. 17º. Assim, os executivos Márcio Algayer, superintendente regional, e Daniele Mann, gerente regional administrativo financeiro, passaram a ocupar os cargos de diretor executivo e diretora de operações, respectivamente.

A economia

A Sicredi Vale do Rio Pardo gera economia que agrega renda a seu associado. Considerando-se dados de dezembro de 2013 e comparando-os com os do mercado financeiro convencional, é possível estimar em R\$ 12,3 milhões a economia proporcionada pelas operações da cooperativa de crédito ao conjunto dos seus associados. Considerando-se a remuneração do capital social e a distribuição de sobras, chega-se ao montante de R\$ 14,9 milhões direcionados aos associados.

Perfil macro

Os números atuais do Sistema Sicredi também impressionam.

São 2,6 milhões de associados, 16 mil colaboradores em 11 estados e mais de 1,2 mil pontos de atendimento, que geram empregos em 990 cidades.

Em 206 municípios, a Sicredi é a única instituição financeira presente.

Crescer e Pertencer

Além do aspecto econômico, a Sicredi também busca suprir as necessidades sociais e culturais de seus cooperados. Por isso, desenvolve uma série de programas e ações em suas unidades. O **Programa Crescer** visa a formação cooperativa que permite aos associados a compreensão sobre o modelo cooperativo e seu papel como proprietário de um empreendimento coletivo.

Já o **Programa Pertencer** torna o associado mais próximo de sua cooperativa, facilitando a participação no processo de gestão e desenvolvimento da instituição. Ele é chamado para reuniões, assembleias de núcleo e demais eventos, contando inclusive com relacionamento diário na unidade de atendimento. Atualmente, o quadro social da Sicredi Vale do Rio Pardo está organizado em 80 núcleos, representados e dirigidos por coordenadores/delegados.

Fotos: Divulgação



Programa A União Faz a Vida

O **Programa A União Faz a Vida** busca construir e vivenciar atitudes e valores de cooperação e de cidadania por meio de práticas de educação cooperativa. A metodologia é desenvolvida através da realização de atividades em sala de aula e na comunidade conduzidas por professores capacitados.

Na Sicredi Vale do Rio Pardo, o programa é realizado em 40 escolas dos municípios de Passo do Sobrado, Sinimbu, Herveiras e Rio Pardo, totalizando mais de 3 mil crianças.

Four Comunicação



REDE DE ATENDIMENTO DA SICREDI VALE DO RIO PARDO

Centro Administrativo

Avenida Independência, 3284 – Bairro Renascença

(51) 3713 9200

Site: www.sicredivaledoriopardors.com.br

Inaugurado em 1º de junho de 2006



Unidade de Atendimento Santa Cruz – Centro

Rua Ramiro Barcelos, 1086 – Centro

(51) 3713 9100

Inaugurado em 1º de outubro de 1919

Obs.: primeira unidade e sede até 2006



Silvio Ávila

Unidade de Atendimento Vera Cruz

Rua Cláudio Manoel, 50 – Centro

(51) 3718 1208

Inaugurado em 19 de setembro de 1994



Lula Hefner

Unidade de Atendimento Venâncio Aires – Centro

Rua Tiradentes, 1053 – Centro

(51) 3741 4557

Inaugurado em 16 de novembro de 1996



Unidade de Atendimento Passo do Sobrado

Rua São José, 206 – Centro

(51) 3730 1438

Inaugurado em 02 de agosto de 1999



Unidade de Atendimento Sinimbu

Avenida General Flores da Cunha, 755 – Centro

(51) 3708 1131

Inaugurado em 6 de novembro de 2000



Fotos: Lula Helfer

Unidade de Atendimento Rio Pardo

Rua Senhor dos Passos, 274 – Centro

(51) 3731 5588

Inaugurado em 3 de setembro de 2001



Unidade de Atendimento Herveiras

Rua 10 de Outubro, 131 – Centro

(51) 3616 2147

Inaugurado em 17 de março de 2003



Unidade de Atendimento Monte Alverne

Rua Dr. Pedro Eggler, s/n

(51) 3704 1380

Inaugurado em 29 de novembro de 2003



Unidade de Atendimento Santa Cruz – Afubra

Rua Júlio de Castilhos, 991 – Centro

(51) 3719 6360

Inaugurado em 24 de junho de 2005



Fotos: Lula Helfer

Unidade de Atendimento Santa Cruz – Arroio Grande

Avenida Deputado Euclides Nicolau Kliemann, 1700 – Arroio Grande

(51) 3719 1900

Inaugurado em 15 de dezembro de 2006



Unidade de Atendimento General Câmara

Rua Dr. Eugênio de Mello, 43 – Centro

(51) 3655 1593

Inaugurado em 20 de fevereiro de 2008



Fotos: Lula Helfer

Posto de Atendimento Avançado Alto Paredão

Alto Paredão, s/n – 12º Distrito

(51) 3056 9244

Inaugurado em 20 de junho de 2008



Unidade de Atendimento Venâncio Aires – STR

Rua Osvaldo Aranha, 197 – Centro

(51) 3741 4452

Inaugurado em 15 de setembro de 2008



Fotos: Lula Helfer

Unidade de Atendimento Vale Verde

Rua Assis Brasil, 448 - Centro

(51) 3655 9072

Inaugurado em 25 de janeiro de 2012





Bibliografia consultada

ALMEIDA, Rufino Porfírio. *Cooperativa de Crédito Santa Cruz Ltda*. Florianópolis: UFSC, 1987. 310p

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul (1858)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1980.

CEDOC – UNISC. Centro de Documentação da Universidade de Santa Cruz do Sul. Edições do periódico *Gazeta do Sul* (1941 – 1982) e fotos da cidade de Santa Cruz do Sul.

COOPERATIVA de Crédito Caixa Rural União Popular de Santa Cruz edital de venda de imóveis. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, ano 24, nº 63, 7 ago. 1968, p. 5.

EMPOSSADOS Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito do Município. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, ano 16, nº 1, 5 jan. 1960, p.6

FREITAS, Francisco Estigarribia de. *Cooperativa de Crédito Caixa Rural União Popular Santa Cruz: 1919 a 1963*. 1990. 331 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 1990.

MARTIN, Hardy Lúcio. *Recortes do passado de Santa Cruz*. Santa Cruz do Sul: Edu-nisc, 1999.

_____. *Santa Cruz do Sul: de colônia a freguesia, 1849-1859*. Santa Cruz do Sul: Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul, 1979.

NOVOS Rumos Para Santa Cruz do Sul. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, ano 6, nº 114, 01 out. 1955, p.5

RABUSKE, Arthur. *Eles se empenharam pelo erguimento do bem-estar material da colônia alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo:, Unisinos, 1974.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969

PESAVENTO, Fábio. *Memória histórica: Cooperativas de crédito no Brasil e o sur-*

gimento da Sicredi. Porto Alegre: Sicredi, 2010.

_____. *Memória histórica: Novas fronteiras: os avanços da Constituição de 1988 e a expansão para o Centro-Oeste*. Porto Alegre: Sicredi, 2010.

_____. *Memória Histórica: Retomada do crescimento: a força da união*. Porto Alegre: Sicredi, 2010.

_____. *Organização cooperativa: A consolidação da Sicredi como instituição financeira cooperativa da comunidade*. Porto Alegre: Sicredi, 2011.

_____. *Organização cooperativa: A marca Sicredi e o primeiro banco cooperativo do Brasil*. Porto Alegre: Sicredi, 2010.

_____. *Organização cooperativa: Integração, o diferencial que faz o Sicredi crescer*. Porto Alegre: Sicredi, 2010.

_____. *Os visionários: O relato dos desbravadores* / Ana Kist. Porto Alegre: Sicredi, 2011.

_____. *Os visionários: Ser cooperativa: o posicionamento estratégico do Sicredi* / Ana Kist. Porto Alegre: Sicredi, 2011.

_____. *Linha do tempo: Os principais fatos da trajetória do Sicredi*. Porto Alegre: Sicredi.

PINHO, Diva Benevides. *Que é Cooperativismo*. São Paulo: São Paulo Editora S.A. Coleção Buriti, 1966.

POR ocasião do 33º aniversário da fundação a Caixa Rural União Popular Prestou Significativa Homenagem A 4 Beneméritos Da Organização. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, ano 8, nº 90, 11 nov.1952, p.4-6.

SOCIEDADE Cooperativa Caixa Rural União Popular de Santa Cruz aceita DEPÓSITOS e concede EMPRÉSTIMOS aos agricultores e profissionais. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, ano 1, 23 fev. 1945.

UMANN, J. *Memórias de um imigrante boêmio*. Porto Alegre: EST, 1981.

VOGT, Olgário Paulo. *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS: 1849-1993*.

Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1997.

VOGT, Olgário Paulo. RADUNZ, Roberto. *De matriz conservadora a uma postura progressista: catolicismo social no Rio Grande do Sul – RS – Brasil*. REDES – Rev. Des. Regional, Santa Cruz do Sul, v. 18, n° 2, p. 124 – 141, maio/ago 2013.

Portal do Cooperativismo Popular – http://www.cooperativismopopular.ufrj.br/breve_hist_leia.php.

Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul – <http://santacruz.rs.gov.br/geo/>

Portal do Cooperativismo de Crédito – <http://www.sicoobmtms.coop.br>

Portal do Professor – <http://portaldoprofessor.mec.gov.br>

Portal Sicredi Pioneira – <http://cooperativismodecredito.com.br>

Memórias do Povo Alemão – <http://memoriadopovoalemao.blogspot.com.br>

Portal do Centro Cultural 25 de Julho – <http://www.25dejulho.com.br>

Site do Frigorífico Excelsior – <http://www.excelsior.ind.br>

Site árvore genealógica – http://www.myheritage.com.br/person-4000011_53351861_53351861/felix-hoppe

Da Caixa Rural à Sicredi: Rumo ao centenário
do cooperativismo de crédito no Vale do Rio Pardo
foi composto em tipo Book Antiqua corpo 13/16 e
impresso sobre papel Couche 115 g/m² (miolo) e
Couchê B (LD) 170 g/m² (capa) na Gráfica LupaGraf,
em Santa Cruz do Sul (RS), para a Editora Gazeta Santa
Cruz Ltda., em setembro de 2014, nos 163 anos
de nascimento do padre Theodor Amstad, numa
tiragem de 3.000 exemplares.





9 788563 336688
ISBN 978-85-63336-66-8



EDITORA GAZETA

95 ANOS
SICREDI
VALE DO RIO PARDO

